

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**A MIGRAÇÃO PIAUIENSE E AS ATIVIDADES  
SUCROALCOOLEIRAS EM MORRO AGUDO (SP)**

**ANA LUIZA DOS SANTOS COSTA**

**UBERLÂNDIA/MG**

**2011**

**ANA LUIZA DOS SANTOS COSTA**

***A MIGRAÇÃO PIAUIENSE E AS ATIVIDADES SUCROALCOOLEIRAS EM MORRO  
AGUDO (SP)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

**Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.**

**Orientadora: Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps**

Uberlândia/MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

C837m Costa, Ana Luiza dos Santos, 1983-  
A migração piauiense e as atividades sucroalcooleiras em Morro Agudo  
(SP) [manuscrito] / Ana Luiza dos Santos Costa. - 2011.  
147 f.: il.

Orientadora: Geisa Daise Gumiero Cleps.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.  
Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola – Morro Agudo (SP) - Teses. 2. Cana-de-açúcar -  
Cultivo - Morro Agudo (SP) - Teses. 3. Trabalhadores da construção - Morro  
Agudo (SP) - Teses. I. Cleps, Geisa Daise Gumiero. II. Universidade Federal  
de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

---

CDU: 911.3:631(816.1)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**Ana Luiza dos Santos Costa**

**A MIGRAÇÃO PIAUIENSE E AS ATIVIDADES SUCROALCOOLEIRAS EM  
MORRO AGUDO (SP)**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps (Orientadora)  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

---

Prof. Dr. Enéas Rente Parente  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Campus de Rio Claro

---

Prof. Dr. Júlio Cesar de Lima Ramires  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**À meus amados pais**

## **AGRADECIMENTOS**

Tantos anos de luta, de dedicação e finalmente chegou ao fim. Seria impossível concluir este trabalho sem a ajuda de muitos que se dedicaram tanto quanto eu.

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora professora Geisa, por me guiar e iluminar meus pensamentos fazendo com que eu pudesse concluir idéias antes tão indistintas, por ter paciência com minha falta de tempo e por sempre me defender, perante qualquer um.

Meus pais, minha base, sem eles seria impossível concluir qualquer coisa. Gostaria de agradecer o amor incondicional, os conselhos, as caronas e a força para jamais desistir e tentar fazer sempre o melhor.

A meu namorado, Eduardo, que, além de todo apoio, foi comigo à campo para auxiliar em minhas pesquisas e me “proteger” de qualquer apuro. Obrigada por me apresentar Morro Agudo e a bela história do município. À família Chapina, que sempre me auxiliou de todas as maneiras possíveis, seja me guiando pelo município ou buscando informações para mim à distância. Obrigada a todos por seu apoio incondicional; ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro Agudo, onde me forneceram informações de grande valia à minha pesquisa e à Carolina Tonelli por informações valiosas.

A minha amiga Mirna Karla (MK), que além de me animar sempre esteve disposta a me ajudar elaborando os mapas mais perfeitos que alguém pode pedir. O mérito cartográfico de meu trabalho é dela. Ao meu amigo Alécio que sempre estava disposto a me dar alguma ajuda a respeito das normas de relatórios, entre outros. À Érica e Tia Sandra por terem realizado a correção de meu trabalho com tanto carinho e rapidez. Obrigada!

Gostaria de agradecer também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, pela compreensão de que minha dedicação, infelizmente, não poderia ser exclusiva.

É imprescindível agradecer, também, os professores Dr. João Cleps Junior e Dr. Júlio César de Lima Ramires por suas contribuições essenciais em meu exame de qualificação.

Nenhum encontro com Geisa seria possível se a empresa em que trabalho não tivesse me liberado, por isso, gostaria de agradecer a meus chefes, Fatinha e Genésio, por acreditar em mim e apoiar meus sonhos.

Um de meus maiores agradecimentos é para aqueles que tornaram meu trabalho possível. Agradeço a todos os migrantes piauienses que me concederam as entrevistas essenciais a meu trabalho. Muito obrigada por suas contribuições.

É o final de uma longa jornada e o início de muitos outros sonhos. Obrigada a todos que tornaram este sonho possível e me ajudaram a concretizá-lo. Seria impossível sem a ajuda de qualquer um de vocês.

## RESUMO

A cana-de-açúcar trouxe o desenvolvimento a muitos municípios paulistas, tornando-se, ao longo dos anos, uma característica marcante daquele estado. O município de Morro Agudo (SP), localizado na Mesorregião de Ribeirão Preto, possui uma população de 29.127 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Desses, 95,85% residem na área urbana e 4,15% na área rural. Por não possuir mão-de-obra suficiente para a colheita da cana-de-açúcar e, pelo fato de ser um dos maiores produtores de cana do estado, precisa de grande quantidade de mão-de-obra. Por isso, todos os anos, centenas de migrantes oriundos do estado do Piauí, e outros estados nordestinos, passaram a migrar para Morro Agudo na época da colheita. Alguns ficam definitivamente, outros habitam no município somente no período de safra. Este trabalho teve como principal objetivo estudar a migração piauiense no município de Morro Agudo (SP). Nesta perspectiva, buscou-se compreender a dinâmica populacional do município, assim como sua organização, as principais atividades econômicas praticadas e a migração como fator de influência na economia e hábitos locais, bem como a importância da cana-de-açúcar para a economia morroagudense. A concentração de migrantes no município de Morro Agudo decresce a cada ano, pois, devido à mecanização das lavouras, os migrantes têm buscado novas localidades, onde os canaviais são recentes e a mão-de-obra braçal ainda é necessária. No entanto, muitos migrantes pretendem continuar em Morro Agudo, assim como aqueles que fixaram residência há muitos anos. A migração para Morro Agudo é importante e necessária; o essencial é melhorar a condição de vida dos trabalhadores rurais para que estes possam ter uma vida mais digna e propiciar às suas famílias conforto e maior qualidade de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** migração; Morro Agudo (SP); cortadores de cana; trabalho nos canaviais; atividades sucroalcooleiras.

## **ABSTRACT**

Sugarcane brought development to many municipalities in São Paulo state, becoming, over the years, an outstanding characteristic of that state. The municipality of Morro Agudo (SP), located in Ribeirão Preto's Mesorregion, has a population of 29.127 inhabitants, according to Brazilian Demographic Census of 2010. From these, 95,85% live in the urban area and 4,15% in the rural one. Due to not having enough workforce in the sugarcane harvest and, due to being one of the biggest sugarcane producers of the state, it was necessary an extent amount of manpower. Therefore, every year, hundreds of migrants coming from Piauí state, and other Northeastern states, began migrating to Morro Agudo at harvest. Some people stayed permanently, others live in the municipality only during the harvest. This paper aimed studying the migration from Piauí state to Morro Agudo (SP). Therefore we sought to understand de population dynamics in the municipality, as well as its organization, its main economic activities and the migration as an influence factor in the local economy and local habits, as sugarcane's importance to Morro Agudo's economy. The migrants' concentration Morro Agudo decreases each year, due to the mechanization of the harvests, the migrants have been seeking new locations, where the sugarcane crops are recent and the hand workforce is still necessary. However, many migrants intend to continue in Morro Agudo. The migration to Morro Agudo is important and necessary; what is essential is to improve the rural workers living conditions so they can have a better life and give their families comfort and a better quality of life.

**KEYWORDS:** migration; Morro Agudo (SP); cane cutters; work in sugarcane harvest; sugar-alcohol activities.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **FIGURAS**

|                                                                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 01 - Engenho Colonial Brasileiro .....                                                                                                   | 54  |
| FIGURA 02 - Usina Santelisa Vale, 2008 .....                                                                                                    | 54  |
| FIGURA 03 – Foto de um Auto de Infração, Imposição de Multa, Embargo, Advertência e Intimação da Prefeitura Municipal de Morro Agudo (SP) ..... | 118 |

## MAPAS

|                                                                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| MAPA 01 - Localização Geográfica do Município de Morro Agudo - Mesorregião de Ribeirão Preto (SP) .....                                           | 19  |
| MAPA 02 - Principais Áreas de Plantação de Cana-de-açúcar em Regiões Geográficas Brasileiras: São Paulo, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba ..... | 36  |
| MAPA 03 - Distribuição do Cultivo da Cana-de-açúcar por Município.....                                                                            | 43  |
| MAPA 04 - Evolução da Malha Urbana de Morro Agudo – SP (1851 – 2003) .....                                                                        | 86  |
| MAPA 05 - Produção de Cana-de-açúcar no País, 2005 .....                                                                                          | 92  |
| MAPA 06- Fluxo Migratório de Piauienses para Morro Agudo (SP) .....                                                                               | 111 |

## GRÁFICOS

|                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| GRÁFICO 01 - Produção de Cana-de-açúcar por Unidade Federativa em 2006 .....                        | 37  |
| GRÁFICO 02 - Área Colhida de Cana-de-açúcar no mundo em 2006 .....                                  | 38  |
| GRÁFICO 03 - Evolução da Produção de Cana-de-açúcar no Brasil e em São Paulo, 1990 – 2006 .....     | 39  |
| GRÁFICO 04 - Evolução da Produção de Açúcar e Álcool no Brasil, no Período de 1990 - 2007 .....     | 41  |
| GRÁFICO 05 - Destinos das Exportações Brasileiras de Álcool em 2006 .....                           | 42  |
| GRÁFICO 06 - Brasil: Evolução da produção de algumas culturas, 1970-2005.....                       | 44  |
| GRÁFICO 07 - Produção de Etanol no Brasil e no Mundo – 1975 a 2005.....                             | 51  |
| GRÁFICO 08 - Relação Produção/custo na Produção de Etanol mundial – 1980 a 2005.....                | 53  |
| GRÁFICO 09 - Grau de Urbanização no Município de Morro Agudo (SP), 2000 .....                       | 88  |
| GRÁFICO 10 - Proporção de Municípios Brasileiros com Incidência de Pobreza Acima de 50%, 2003 ..... | 114 |

## FOTOS

|                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FOTO 01 - Vista Aérea de Morro Agudo (SP) .....                                                    | 91  |
| FOTO 02 - O Trabalho Árduo no Campo em Morro Agudo - SP .....                                      | 96  |
| FOTO 03 - Vista do Local de Residência de Cortadores de Cana de Morro Agudo.....                   | 98  |
| FOTO 04 - População Migrante no Corte de Cana de Morro Agudo – SP, 2008 .....                      | 99  |
| FOTO 05 – Avenida Localizada no Bairro Jardim das Silveiras, 2011 .....                            | 103 |
| FOTO 06 - Escola Municipal Professor Lourenço Roselino, Morro Agudo (SP) – 2008...                 | 103 |
| FOTO 07 - Residência Temporária de Cortadores de Cana-de-açúcar em Morro Agudo (SP), em 2008 ..... | 116 |

## **TABELAS**

|                                                                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 01 - Produção de Cana-de-açúcar no Brasil 1990 – 2009 .....                                                                | 47  |
| TABELA 02 - Produção de Etanol por Litro no Brasil 1999 – 2009 .....                                                              | 50  |
| TABELA 03 - Desenvolvimento da Sede do Distrito de Morro Agudo .....                                                              | 84  |
| TABELA 04 - Estrutura Empresarial de Morro Agudo – 2006 .....                                                                     | 89  |
| TABELA 05 - Produto Interno Bruto de Morro Agudo - SP, (IBGE),<br>2007.....                                                       | 90  |
| TABELA 06 - Produção Agrícola de Morro Agudo (SP) - Lavoura Temporária<br>2007.....                                               | 90  |
| TABELA 07 - Morro Agudo: Número e área dos Estabelecimentos Agropecuários em Morro<br>Agudo, 2006 .....                           | 93  |
| TABELA 08 - População Residente no Município de Morro Agudo (SP) nos anos de: 1980,<br>1991, 2000, 2001, 2007 .....               | 96  |
| TABELA 09 - Faixa Etária da População Migrante Residente em Morro Agudo,<br>2008.....                                             | 105 |
| TABELA 10 - Número de Filhos entre os Migrantes Entrevistados,<br>2008.....                                                       | 106 |
| TABELA 11 - Município de Origem dos Migrantes Entrevistados,<br>2008.....                                                         | 108 |
| TABELA 12 - População Total, Urbana e Rural dos Municípios da Microrregião de Valença<br>do Piauí, Oeiras e Teresina (2010) ..... | 109 |
| TABELA 13 - Exclusão Social e Privação de Alguns Municípios da Microrregião de Valença<br>do Piauí e Oeiras .....                 | 112 |
| TABELA 14 - Índice de Pobreza de Alguns Municípios da Microrregião de Valença do Piauí<br>e Oeiras, 2000 .....                    | 114 |

## QUADROS

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| QUADRO 01 - Calendário Agrícola – Cana-de-açúcar.....                             | 34 |
| QUADRO 02 - Paralelo entre os enfoques Neoclássico e Neomarxista em Migração..... | 66 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGRIANUAL – Anuário da Agricultura Brasileira

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

CAI - Complexo Agroindustrial

CEFMA - Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo

CMA - Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis

COLONE - Companhia de Colonização do Nordeste

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COPERSUCAR - Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FERAESP - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FETAG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDE - Índice de Dinamismo Econômico

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDM - Índice de Dinamismo Municipal

IEA - Instituto de Economia Agrícola

IES - Índice de Exclusão Social

IG - Instituto de Geografia

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAM – Produção Agrícola Municipal

PHB – Polihidroxibutirato

PIB - Produto Interno Bruto

PPGEO - Programa de Pós-Graduação em Geografia

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar

WWF Brasil – World Wildlife Fund Brasil

## SUMÁRIO

|                                                                                                       |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Introdução .....</b>                                                                               | <b>16</b>  |
| <br><b>Capítulo 1 - Um Breve Histórico da Cana-de-açúcar no Brasil.....</b>                           | <b>27</b>  |
| 1.1 A Cana-de-açúcar no Brasil Colônia .....                                                          | 27         |
| 1.2 A Cana-de-açúcar no Brasil Moderno do Etanol .....                                                | 33         |
| <br><b>Capítulo 2 - A Migração Nordestina para os Canaviais Paulistas .....</b>                       | <b>57</b>  |
| 2.1. O Desenvolvimento Econômico Nordestino .....                                                     | 57         |
| 2.2. Migração: Aspectos Teórico-Conceituais .....                                                     | 63         |
| 2.3. As Migrações para o Complexo Agroindustrial Canavieiro .....                                     | 74         |
| <br><b>Capítulo 3 - A Migração de Piauienses para a Mesorregião de Ribeirão Preto (SP).....</b>       | <b>83</b>  |
| 3.1. Morro Agudo-SP: Um Histórico .....                                                               | 83         |
| 3.2. O Fenômeno da Migração Nordestina para Morro Agudo .....                                         | 94         |
| 3.3. A Condição Socioeconômica do Migrante Piauiense em Morro Agudo .....                             | 102        |
| 3.4. A Origem e os Fatores de Expulsão e Atração de Migrantes para Morro Agudo.....                   | 107        |
| 3.5. As Condições de Vida do Migrante em Morro Agudo (SP) .....                                       | 115        |
| 3.6 As Usinas Sucroalcooleiras em Morro Agudo (SP) .....                                              | 120        |
| <br><b>Capítulo 4 - Os Impactos Gerados pela Produção de Cana-de-açúcar em Morro Agudo (SP) .....</b> | <b>124</b> |
| <br><b>Considerações Finais .....</b>                                                                 | <b>134</b> |

|                          |            |
|--------------------------|------------|
| <b>Referências .....</b> | <b>139</b> |
| <b>Anexos .....</b>      | <b>144</b> |
| Anexo 1 .....            | 145        |
| Anexo 2 .....            | 146        |

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado como um dos maiores produtores mundiais de cana-de-açúcar. Isto se deve ao vasto investimento nesta cultura, principalmente, pela crescente busca de combustíveis menos poluentes, fato que incentiva vários países a cultivar a cana-de-açúcar.

No contexto atual, em 2011, a substituição dos combustíveis fósseis é o maior estímulo a produção da cana-de-açúcar, num momento em que se propaga a idéia de que o álcool seria um excelente substituto à gasolina, o que nos faz lembrar o Programa Nacional do Álcool<sup>1</sup> (Proálcool) que trouxe novas esperanças aos produtores de cana.

Devido a fatores físicos como, por exemplo, solo, clima e incentivos econômicos, o Brasil apresenta condições de atender a necessidade do mercado nacional e internacional tanto na produção do açúcar quanto na de álcool para fins combustíveis. No país, observamos a presença de duas grandes regiões produtoras, Nordeste e Sudeste, com destaque para o estado de São Paulo, com safras alternadas, o que torna possível suprir as necessidades derivadas dessa cultura no mercado mundial o ano todo. Além disso, vale destacar que, no país, novas áreas estão sendo incorporadas recentemente pelo cultivo de cana.

Embora a região Nordeste detenha um histórico importante na produção de cana-de-açúcar, visto que foi a área onde começou a produção deste produto agrícola, ainda no período de colonização; a região de São Paulo, desde o lançamento do Proálcool, há 36 anos, vem se sobressaindo em relação à primeira. Isso ocorre porque essa região possui solos melhores, áreas mecanizáveis e seus produtores colhem, atualmente, uma média de quase 80kg/ha, sendo que a colheita nordestina não passa de 60kg/ha.

---

<sup>1</sup> Programa de substituição em larga escala dos derivados de petróleo.

De acordo com Alves (2007, p.21), uma nova procura pelo álcool surgiu, fazendo com que os Complexos Agroindustriais Canavieiros no estado de São Paulo retomassem sua importância. Inúmeros pequenos municípios paulistas tiveram sua origem e desenvolvimento devido à cultura da cana-de-açúcar, sendo que grande parte destes têm sua economia voltada ao plantio e à industrialização desse produto agrícola. A cana trouxe investimentos e progresso para essas regiões. Além disso, por causa da pequena quantidade de habitantes em alguns municípios, houve uma crescente procura por mão de obra.

Diante do exposto, no presente trabalho, temos por objetivo apresentar as modificações territoriais e culturais ocasionadas pela atividade sucroalcooleira no município de Morro Agudo (SP), localizado na Mesorregião de Ribeirão Preto, região Norte do estado de São Paulo que, tradicionalmente, tem se destacado no cenário nacional nas atividades sucroalcooleiras, tanto na produção de álcool como na produção de açúcar. O município de Morro Agudo está localizado na região norte do estado de São Paulo, a 20°43'53" de latitude Sul e 48°03'28" de longitude Oeste (Mapa 1). Possui uma área total de 1.372 km<sup>2</sup>. No entanto, sua área urbana possui apenas 20km<sup>2</sup>, o que nos incita a questionar a urbanização ou ruralidade de tal município que conta com uma população total de 29.127 habitantes, segundo dados do IBGE (2010).

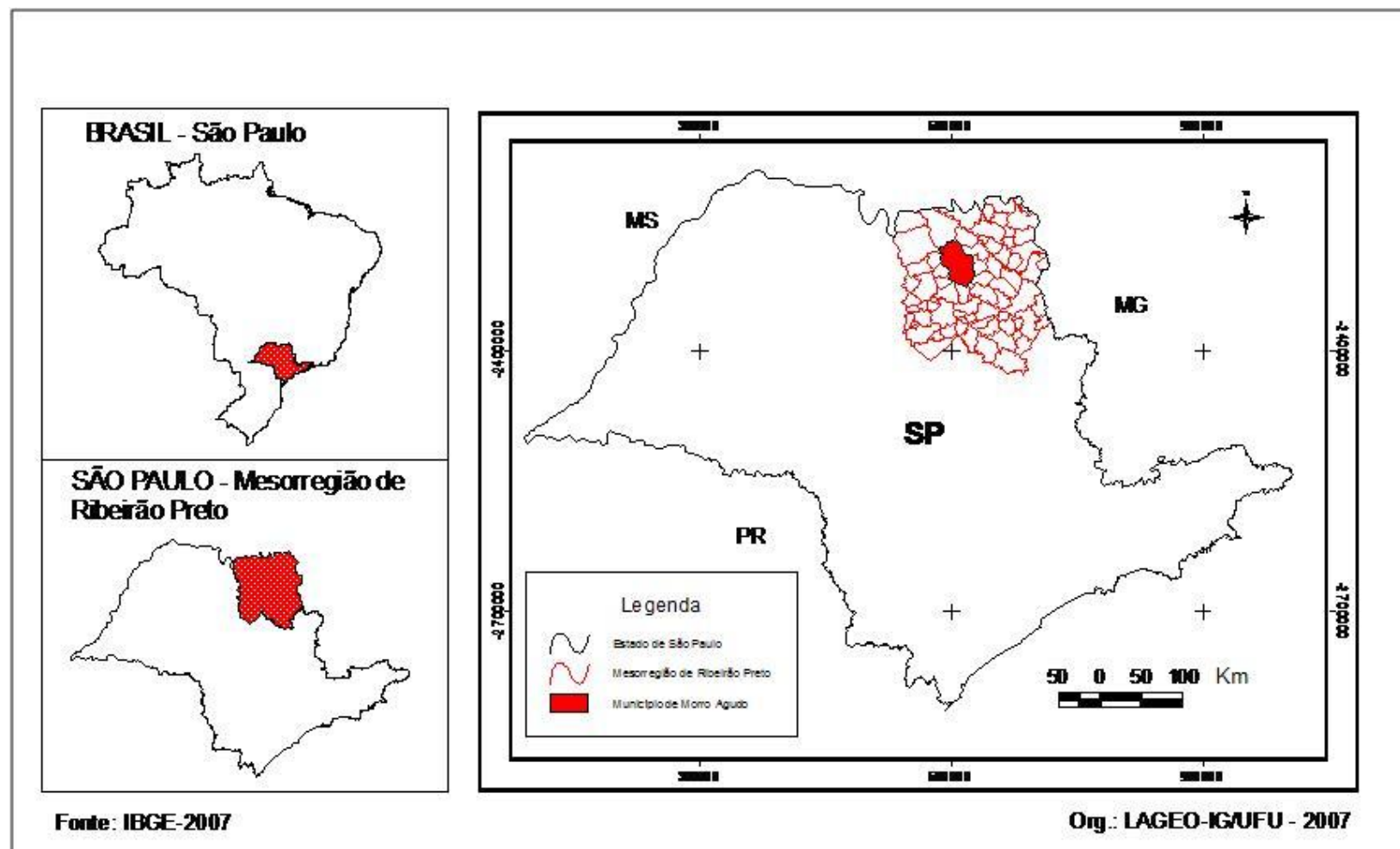
O clima dessa região é do tipo tropical quente, com temperaturas que variam de 19°C a 40°C. A umidade relativa do ar é sempre muito baixa, o que ocasiona problemas respiratórios nos moradores do município. Possui uma topografia plana, com ligeiras ondulações, excelente para a agricultura mecanizada como, por exemplo, para a cana. (BARBETI, 1987, p. 48)

Suprir a mão de obra com a população local tem sido a grande questão, pois a mesma não se sujeita ao trabalho nos canaviais. Por esse motivo, Morro Agudo apresenta um índice migratório extremamente alto, principalmente no período da safra nos canaviais.

Desta forma, devido à vasta oferta de mão de obra nos canaviais, trabalhadores rurais de várias partes do Norte e do Nordeste brasileiro migram para Morro Agudo, movidos, muitas vezes, pela promessa de emprego e pelo sonho de melhores condições de vida.

Segundo entrevista realizada com representante Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro Agudo, a maior parte da população, por volta de 90%, é oriunda do Piauí. Primeiramente, os trabalhadores vêm sozinhos, sem a família e, posteriormente, trazem todos os familiares e fixam residência no local. No entanto, grande parte dos entrevistados habitam o município somente na época da colheita, economizam o máximo que podem e volta para sua cidade de origem com a esperança de não precisar regressar mais a essa região.

Neste trabalho abordamos questões econômicas, culturais e organizacionais do município de Morro Agudo (SP), pois a migração modificou a paisagem morroagudense. A economia depende dos migrantes para que haja lucro; a cultura nordestina está presente na “Vila”, bairro onde a maior parte dos migrantes reside; e a questão organizacional do território é extremamente marcante, principalmente, quando a própria prefeitura se esforça para que as condições de moradia dos migrantes sejam, no mínimo, dignas de habitação, cuida para que haja escolas de boa qualidade de ensino etc., sempre visando o voto daqueles migrantes que decidiram fixar moradia no município. Morro Agudo é, assim, um exemplo da nova realidade canavieira.



Mapa 1 – Localização Geográfica do Município de Morro Agudo - Mesorregião de Ribeirão Preto (SP)

Em meio aos problemas ambientais e à forte migração nordestina no município, devido à produção de cana, neste trabalho buscamos também traçar um perfil do município morroagudense e dos moradores (migrantes ou não), bem como possíveis contribuições para a melhoria nas condições de vida e na própria organização e planejamento do município.

As primeiras plantações de cana-de-açúcar em Morro Agudo iniciaram por volta da década de 1970, quando se começava a pensar em outro tipo de combustível que pudesse ser lucrativo, renovável, de baixo custo e menos poluente. Em meados desta década, o município passou a sofrer modificações em sua base econômica, que sempre teve a agricultura como uma das mais importantes atividades. No entanto, as culturas eram, em sua maior parte, compostas por lavouras de soja, milho e sorgo.

Já na década de 1980, os produtores rurais começaram a enfrentar grandes dificuldades em manter suas terras e em encontrar mercado para suas lavouras, pois a cultura da cana-de-açúcar já se alastrava na região. Esse fato contribuiu para que pequenos e médios produtores deixassem esse município, além disso, muitos foram coagidos a vender suas terras às usinas de cana-de-açúcar que se instalavam nas proximidades. Nesse contexto, Ribeirão Preto se tornou uma mesorregião de grande importância com relação às atividades sucroalcooleiras. Morro Agudo, assim como São Joaquim da Barra, Orlândia, entre outros municípios, foi tomado por um “mar de cana” (SILVA, 2008, p.55), sua atividade agrícola de maior expressividade.

Podemos comprovar o avanço das lavouras da cana-de-açúcar nos estados brasileiros a partir da comparação dos dados de área plantada dos anos de 2007 e 2008. Em 2007, a área plantada de cana em Minas Gerais era de 496.406 ha, enquanto que, em 2008, essa área passou a ser 600.697 ha. Já no estado de São Paulo, em 2007 a área plantada era de 3.316.660 ha passando a 3.824.241 ha em 2008. (UNICA, 2010)

Com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar no estado de São Paulo e devido ao fato da mecanização ainda não ter chegado a todas as áreas cultivadas, houve uma nova procura por mão de obra para trabalhar na colheita da cana. Sendo assim, trabalhadores migrantes, em sua maioria formada por nordestinos, passaram a migrar para os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e, em especial, para São Paulo, em busca de trabalho e melhores condições de vida para suas famílias. A expansão dos canaviais trouxe também uma nova reestruturação para o município de Morro Agudo, onde foram criados novos bairros para os moradores e abertas novas escolas, o que proporcionou uma nova dinâmica comercial, inclusive, modificando o horário de funcionamento de muitos estabelecimentos para adequar às necessidades dos novos consumidores.

O cenário da monocultura da cana-de-açúcar trouxe, como consequência, a “expulsão” de produtores rurais locais, visto que outras culturas se tornaram secundárias no município. Ademais, as usinas canavieiras realizam grandes ofertas a esses produtores para que vendam suas terras a elas ou, ainda, incentivam o plantio da cana em terras onde, anteriormente, plantava-se soja ou milho, por exemplo.

Com a modificação do cenário agrícola de Morro Agudo na década de 1990, surgiu também uma nova problemática: a questão ambiental. Devido à queima da cana, para facilitar a colheita manual realizada pelos migrantes, a temperatura média no município, e também em toda a região, sofreu uma aparente elevação e a umidade relativa do ar reduziu, o que causa sérios problemas respiratórios aos moradores de Morro Agudo (ECO DESENVOLVIMENTO, 2010). Ao entrarmos em contato com o Governo Municipal para ter acesso aos dados climáticos do município, infelizmente, verificamos que não há registros a respeito dessas mudanças climáticas. Salientamos, contudo, que mesmo sendo proibida a queima da cana, essas são observadas durante a noite para que possam passar despercebidas

pela fiscalização. Tais queimas noturnas podem ser percebidas, principalmente, pela manhã, quando as casas, as calçadas e as ruas apresentam uma grande quantidade de cinzas e fuligem.

Após essa apresentação do cenário estudado neste trabalho, podemos perceber o quanto a temática é desafiadora e abrangente. A reflexão trata das relações entre migração, economia e aspectos sociais que, em conjunto, modificaram a cultura, a produção do espaço, enfim, toda a dinâmica local.

A escolha do tema desta dissertação, assim como a escolha do município de Morro Agudo, justifica-se pelo fato de que a cana-de-açúcar, devido à influência dos combustíveis “flex”, está em evidência; sendo assim, todos os assuntos relacionados aos biocombustíveis e como estes são produzidos, tem despertado o interesse de muitos pesquisadores. Ao estudar o tema, cana-de-açúcar, foi possível constatar a fundamental importância dos cortadores de cana para a indústria sucroalcooleira e também para a economia dos municípios que os acolhem. Portanto, através de informações fornecidas por antigos moradores do município de Morro Agudo, que relataram a forte atividade sucroalcooleira na mesorregião de Ribeirão Preto, assim como a forte presença de migrantes para o corte da cana, e devido à facilidade de acesso ao município, Morro Agudo foi, então, escolhido como área de estudo desta pesquisa.

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica para que o suporte teórico fosse adequado à pesquisa. Para tanto, efetuamos o levantamento do maior número possível de publicações a cerca da temática, especialmente, no que concerne à busca de informações sobre a cultura da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, sobre a dinâmica populacional de mão-de-obra de nordestinos, seus aspectos sociais e as influências destes na cultura, nos hábitos e nos costumes da cidade, e também a respeito das relações campo-cidade. Desse modo, tratamos de temas como população, migração, clima, impactos ambientais, planejamento territorial, relações sociais, entre outros.

Posteriormente, foi realizada uma busca e consulta ao acervo histórico do município de Morro Agudo para que pudéssemos capturar o máximo de informações possíveis a respeito da origem da cidade, do desenvolvimento urbano e das principais mudanças ocorridas com relação à economia e à dinâmica populacional local.

Trabalhos empíricos foram realizados, compostos por visitas aos canaviais, onde foi possível acompanhar o trabalho dos migrantes cortadores de cana, e ao bairro onde estes moradores residem, “Vila”, para melhor compreender a dinâmica da migração no município, bem como a condição de vida dos trabalhadores migrantes. Foram realizadas também visitas em alguns estabelecimentos comerciais e de serviços a fim de buscar informações sobre a movimentação do comércio regida pelos migrantes. Fizemos, ainda, entrevistas com moradores locais, trabalhadores migrantes da lavoura de cana, famílias migrantes, comerciantes locais e a diretora de uma pré-escola, localizada no bairro onde a maioria dos migrantes reside. Tais entrevistas foram divididas em formais, com a utilização de relatório de entrevistas, e informais, onde os entrevistados forneceram dados além daqueles presentes no relatório, como, por exemplo, histórias a respeito da vida dos migrantes nos locais de origem e sobre a vida destes em Morro Agudo. As entrevistas foram realizadas em 2008, no início da pesquisa, pelo fato de que, posteriormente, a ida ao campo poderia ser comprometida pelo período da safra. Foram entrevistados 55 migrantes, o que representa, segundo o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, cerca de 2% da população migrante. A partir daí, traçamos o perfil sócio-econômico do migrante piauiense residente em Morro Agudo e a importância dessa migração para o desenvolvimento do município.

Vale salientar, ainda, que utilizamos, para embasar este trabalho, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo estes agrícolas, demográficos, entre outros, World Wildlife Fund Brasil (WWF Brasil) e Instituto Nacional de Meteorologia

(INMET), com o intuito de obter informação sobre o programa de agricultura e meio ambiente e dados climáticos, respectivamente.

A estrutura do trabalho compreende quatro capítulos que apresentam, respectivamente, os aspectos históricos do município de Morro Agudo (SP) e a expansão da cana-de-açúcar neste; a dinâmica migratória; o desenvolvimento urbano municipal, a presença das usinas e os impactos ambientais na localidade.

O primeiro capítulo constitui-se num histórico da cana-de-açúcar no Brasil, desde a sua implantação nos primeiros engenhos até a sua importância na economia mundial na atualidade. Num segundo momento, são discutidos os novos usos dessa cultura na produção de etanol para a melhoria da economia e do meio ambiente.

No segundo capítulo é relatado o desenvolvimento da região Nordeste brasileira para que seja possível compreender os motivos que levaram à migração de famílias para o Sudeste, em especial, para o setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo. Neste capítulo foram analisadas também as condições de trabalho às quais os migrantes piauienses estão sujeitos no corte da cana.

No terceiro capítulo optou-se por descrever histórico do município de Morro Agudo para que seja possível compreender os aspectos sociais e econômicos deste. Por meio dos dados municipais recolhidos, realizou-se uma análise dos motivos pelos quais os migrantes se sentem tão atraídos por esse município. Foi ressaltado, ainda, neste capítulo, o trabalho nos canaviais e as condições a que os cortadores de cana são submetidos, e a dinâmica migratória para o município devido às atividades sucroalcooleiras. Posteriormente, o perfil socioeconômico do migrante piauiense residente no município de Morro Agudo é apresentado, com base nos dados de entrevistas realizadas em 2008.

No quarto e último capítulo abordamos alguns impactos que a cultura da cana-de-açúcar pode acarretar, como, por exemplo, os impactos sócio-econômicos, ambientais, trabalhistas e fundiários.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos nossas impressões sobre o objeto de estudo, assim como algumas indagações que ainda esperam por respostas num cenário de incertezas com relação ao trabalho nos canaviais, à vida do migrante e seu retorno à terra natal e, ao mesmo tempo, de grandes perspectivas para a produção de agrocombustíveis no Brasil.

**CAPÍTULO 1**  
**UM BREVE HISTÓRICO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL**

## **1. UM BREVE HISTÓRICO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL**

Neste capítulo apresentamos um histórico da cana-de-açúcar no Brasil, desde a implantação da cultura no país, os primeiros engenhos e a importância da cana na economia mundial. Num segundo momento, abordamos a cana-de-açúcar no contexto atual. Para tanto, discutimos os novos usos desta cultura na produção de etanol para a melhoria da economia e do meio ambiente.

### **1.1 A CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL COLÔNIA**

Para que possamos compreender a influência da produção de um determinado produto agrícola no desenvolvimento de um município precisamos, primeiramente, analisar a implantação deste em nosso país. A cultura da cana-de-açúcar tem origem na Nova Guiné e foi introduzida no Brasil por volta do século XVI. A produção dessa cultura em nossa nação alterou o processo produtivo e industrial, além disso, provocou mudanças nos setores sociais e étnicos.

Inicialmente, houve uma expansão nas áreas destinadas ao seu plantio, as sesmarias e, com estas, a criação dos engenhos e, conseqüentemente, o tráfico negreiro (MIRANDA, 2008, p.21). O plantio da cana no Brasil data de nossa colonização e não seria possível analisar o avanço de tal cultura sem que possamos, primeiramente, compreender o conceito de colonização e a influência desta na expansão canavieira e territorial.

Segundo Laranjeira (1983, p.3), colonização é um processo de ocupação de território. O termo colonizar não abrange somente o sentido de ocupação territorial, mas também o desenvolvimento de uma atividade econômica. Laranjeira ainda afirma que colonizar é o ato de ocupar o território de modo racional. Segundo o autor, “a colonização é o processo

correspondente de povoamento com seletividade, para exploração econômica do solo”. (LARANJEIRA, 1983, p.4)

Ainda de acordo com o mesmo autor, existem dois tipos de ocupação. Um tipo seria a ocupação do território por imigrantes, pessoas físicas estrangeiras; o outro tipo seria a ocupação do território por nacionais, que se instalam em regiões onde não nasceram, mas que permanecem em seu próprio país. Nas colônias de povoamento, a produção se processou em função do consumo interno, havendo então a predominância da pequena propriedade. Já nas colônias de exploração, a economia foi voltada ao mercado externo, metropolitano, havendo então a grande propriedade escravista de monocultura. (LARANJEIRA, 1983, p.7)

Como o processo de colonização de um território em desenvolvimento demanda atividades econômicas, ele também é político. Sendo assim, a criação das Capitanias Hereditárias, em 1534, ajudou a implantar a organização político-administrativa do território. No entanto, o modelo das Capitanias não prosperou em todos os lotes nos quais o país foi dividido: Santana, Santo Amaro, São Vicente, São Tomé, Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus, Bahia de todos os Santos, Pernambuco, Itamaracá, Rio Grande, Ceará, Segundo do Maranhão e Primeiro do Maranhão.

As Capitanias não progrediram, pois não houve uma só maneira de governar, uma lei geral. Sendo assim, o regime foi substituído para que fosse possível haver uma centralização do poder no território, o controle da população e dos atos comuns. (LARANJEIRA, 1983, p.5) A partir daí, o desenvolvimento econômico passou a ser notado e o distanciamento das classes sociais tornou-se nítido.

Naquela época, houve um grande incentivo ao sistema de plantation com a expansão da cultura da cana-de-açúcar e da fabricação do açúcar. Segundo Miranda (2008, p.41), documentos históricos provam que povoados de Pernambuco, por volta de 1526, já produziam algum açúcar, mas somente mais tarde tal cultura chegaria à pequena Capitania de São

Vicente, em São Paulo. Ainda segundo o autor, as primeiras mudas chegaram a tal Capitania em carros de boi e foram plantadas ao redor do povoado, sendo que, logo após um ano do plantio, já se havia produzido mudas o suficiente para todos os colonos.

O primeiro engenho foi construído em Pernambuco a mando do governador, sendo então chamado de “Engenho do Governador”, devido ao fato de ter sido edificado em sua propriedade. Tempos depois, o número de engenhos cresceu de forma substancial, acompanhando o valor do açúcar no mercado europeu. Desde então o cultivo da cana tornou-se algo lucrativo e desejado por muitos, gerando fortuna aos donos dos engenhos e também às áreas produtoras.

No século XVI tivemos a evolução técnica e, com ela, a agroindústria se sofisticou. Esse fato contribuiu para que aumentassem os interesses pela produção de cana, haja vista as condições de solo e clima ideais que os produtores encontram no Brasil. No início do século XVII, as lavouras e as indústrias de cana já haviam se tornado um dos investimentos mais lucrativos que se tinha notícia, sendo o Brasil o maior produtor de açúcar do mundo, posição mantida até os dias atuais. (MIRANDA, 2008, p.51)

É interessante compreender como era o funcionamento dos engenhos na Antiguidade para que possamos entender o processo de beneficiamento da cana naquela época. Segundo Miranda (2008, p.52), a casa do engenho possuía maquinarias e instalações para que pudesse ser realizado o processo de obtenção do açúcar. Após a colheita, o açúcar era manufaturado em instalações industriais, constituídas pela moenda movida pela força animal, humana ou pela água; pela casa das caldeiras, onde ocorria a purificação e o cozimento do caldo; e pela casa de purgar, onde se completava seu “branqueamento”. Após todo esse processo, o açúcar era então guardado em caixas de cerca de 750 kg e enviado para Portugal.

Os custos para montar e manter um engenho eram extremamente altos. Segundo Miranda, um bom engenho deveria contar com cinquenta escravos, no mínimo, quinze juntas

de bois e muita lenha. Ainda de acordo com o autor, há uma imagem estereotipada dos engenhos de cana, em que a atividade é interpretada como retrógrada predatória e escravocrata. No entanto, muitos autores a consideram como uma atividade industrial e, talvez, a mais complexa, mecanizada e avançada naquele período. Possuía uma estrutura de produção em larga escala, divisão de tarefa, etc. Tal estrutura levou alguns autores denominarem os engenhos como as “primeiras fábricas” do Brasil colonial.

Além de toda essa estrutura organizacional, os engenhos empregavam também mão de obra na coleta da lenha e da madeira, pois a maioria destes engenhos possuía suas próprias serrarias que tinham como função prover qualquer tipo de maquinário, tábuas, vigas etc., tudo que fosse necessário.

A maior nação concorrente de Portugal, tratando-se do mercado açucareiro, era a Espanha, que cultivava a cana desde 1506 na América Central. No entanto, assim que os colonizadores espanhóis descobriram as riquezas Astecas e Incas, a Espanha perdeu parte de seu interesse no mercado açucareiro passando a se interessar em metais preciosos. Com a menor oferta de açúcar pela Espanha, tal produto, considerado de luxo, passou a sofrer uma maior valorização no mercado, favorecendo o domínio português sobre a produção do açúcar no século XVII.

Após 50 anos do “descobrimento” do Brasil, ou seja, 1550, o monopólio mundial da produção de açúcar passou a ser de Portugal. Naquela época, o açúcar brasileiro era embarcado com destino à Holanda onde seria refinado e comercializado pelos holandeses. Portanto, ambos, holandeses e portugueses, obtinham grandes lucros com o mercado açucareiro.

Em 1578, após a morte de Dom Sebastião, rei de Portugal, Felipe II, rei da Espanha, anexou Portugal a seu território. Com a oposição de Felipe II a Holanda e a Inglaterra, as relações comerciais com esses países foram interrompidas. A partir desse episódio, a corte

holandesa decidiu tomar o Nordeste brasileiro em 1630. Em 1654, os holandeses foram expulsos e levaram conhecimento e técnicas do cultivo da cana para as Antilhas e a América Central. Por estas localizações serem mais próximas à Europa, o açúcar holandês substituiu o açúcar brasileiro, que perdeu esse monopólio. Tal fato, somado a descoberta de ouro em Minas Gerais, no século XVII, fez com que o açúcar deixasse de ocupar o primeiro lugar na geração de riquezas. (MIRANDA, 2008, p.63)

Segundo Miranda (2008, p.63), no Brasil Colônia, de 1500 a 1822, a renda obtida pelo comércio açucareiro atingiu quase duas vezes a renda conquistada pelo ouro e quase cinco vezes a de todos os outros produtos agrícolas juntos (café, algodão, madeira, entre outros). Acredita-se, de acordo com o autor, que a renda com o açúcar brasileiro foi de aproximadamente 300 milhões de libras esterlinas.<sup>2</sup>

No início do século XVIII, o Haiti, colônia francesa, exerceu o monopólio do mercado açucareiro. No entanto, em 1871, uma violenta revolução de escravos destruiu a produção de açúcar por completo e expulsou os franceses da localidade.

No século XIX, a Inglaterra passou a cultivar beterraba e iniciou sua produção açucareira por meio da utilização desta como matéria-prima, visando não depender unicamente da importação do açúcar de cana de outros continentes. Naquele mesmo período, o Brasil foi prejudicado no mercado açucareiro devido à grande distância entre nosso continente e os demais compradores da produção.

Em 1750, o modelo de produção de açúcar brasileiro sofreria uma grande modificação, pois, naquele ano, foi abolido o tráfico de mão de obra escrava. Enquanto os engenhos brasileiros eram tradicionais e obsoletos, os países concorrentes possuíam fábricas modernas, dificultando ainda mais a concorrência desse produto. Segundo Miranda (2008, p.66),

---

<sup>2</sup> Equivalente a 477 milhões de dólares hoje.

somente no início do século XIX o processo de produção de açúcar brasileiro foi melhorado para que pudesse competir no mercado mundial.

No século XIX, o comércio açucareiro brasileiro não ia bem, ficando em quinto lugar na lista de produtores de cana com somente 8% da produção mundial. Contudo, dois fatores beneficiaram a produção açucareira brasileira: o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas em 1808 e a Independência do Brasil em 1822.

Em 1857 o imperador D. Pedro II determinou um estudo para que fosse elaborado um programa de modernização açucareira. Assim, surgiram os Engenhos Centrais, cuja função era apenas moer a cana e processar o açúcar, os quais não eram responsáveis pelo plantio que ficava por conta dos fornecedores. Foi aprovada a construção de 87 engenhos, mas apenas 12 foram implantados, sendo o primeiro destes localizado na região de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, que entrou em operação em 1877 e, até hoje, continua em atividade.

A maioria dos Engenhos Centrais foi arrematada pelos próprios fornecedores de equipamentos como, por exemplo, o Engenho Central de Piracicaba, adquirido por franceses que foram responsáveis por sua montagem. No início do século XX, a Companhia Sucrerie se tornou a maior produtora de açúcar de São Paulo.

Os antigos engenhos sofreram transformações, passando a cultivar também cana-de-açúcar para que não houvesse dependência de fornecedores. Os engenhos foram modernizados e denominados de “usinas de açúcar”. (MIRANDA, 2008, p.79)

Por volta de 1900, a produção européia de açúcar de beterraba era expressiva, sendo detentora de mais de 50% da produção mundial. Entretanto, a Primeira Guerra Mundial, em 1914, provocou a destruição da indústria açucareira européia, ocasionando o aumento no preço do açúcar, o que incentivou a construção de novas usinas no Brasil, especialmente, em São Paulo onde os produtores de café buscavam diversificar a produção agrícola.

Segundo Miranda (2008, p.83), a cultura da cana no Brasil tomou proporções ainda maiores por volta de 1910, quando Pedro Morganti, juntamente com seus irmãos e outros pequenos refinadores de açúcar se uniram para criar a Companhia União dos Refinadores, uma das primeiras refinarias de grande porte do país. O objetivo dessa companhia era tornar o comércio de açúcar mais lucrativo e garantir ao mercado produtos de qualidade. A idéia deu certo e, tempos depois, a União incorporou o segmento café e mudou sua razão social para Companhia União dos Refinadores – Açúcar e Café. Em 1928, a companhia foi vendida para usineiros de Pernambuco e passou por reformulações no seu quadro administrativo.

Em 1973, a União teve seu controle acionário adquirido pela Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Alcool (COPERSUCAR) do estado de São Paulo, dobrando sua capacidade produtiva de açúcar no período de 1974 a 1987. Em março de 2005, o Grupo Nova América adquiriu a União e passou a distribuir todos os produtos destinados ao varejo com as marcas União, Glaúcar, Doçúcar, Cristalçúcar e Único. (UNIÃO, 2010)

## **1.2 A CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL MODERNO DO ETANOL**

Após conhecermos a expansão da cana-de-açúcar no Brasil colonial é possível compreender a dinâmica de tal cultura no Brasil moderno/atual. No entanto, para que possamos entender tal dinâmica, precisamos, primeiramente, compreender como ocorre o cultivo da cana.

A cana-de-açúcar é caracterizada como uma planta semiperene, com safra anual. Sua brota e rebrota duram cerca de quatro anos, após esse período o plantio deve ser renovado. Sua safra é sazonal, tendo início no mês de maio e término em novembro. Neste período ocorre o amadurecimento da cana, devido à diminuição das chuvas, luminosidade e temperaturas mais frias.

A cultura da cana-de-açúcar é total mente planejada. Constitui-se de várias etapas. O quadro a seguir apresenta o calendário agrícola dessa cultura.

| <b>CANA-DE-AÇÚCAR</b>                                                                    |                                                                                                    |                                                                         |                                                                                                             |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>JANEIRO</b>                                                                           | <b>FEVEREIRO</b>                                                                                   | <b>MARÇO</b>                                                            | <b>ABRIL</b>                                                                                                |
| Controle biológico; tratos culturais                                                     | Capina manual; limpeza da área                                                                     | Preparo do solo; correção; plantio/adubação; aplicação de herbicida     | Preparo do solo; correção; plantio/adubação; aplicação de herbicida; cultivo/adubação dos viveiros de mudas |
| <b>MAIO</b>                                                                              | <b>JUNHO</b>                                                                                       | <b>JULHO</b>                                                            | <b>AGOSTO</b>                                                                                               |
| Plantio; aplicação de herbicida; colheita; comercialização; cultivo/adubação da soqueira | Colheita; comercialização; cultivo/adubação da soqueira                                            | Colheita; Comercialização; cultivo/adubação da soqueira                 | Colheita; cultivo/adubação da soqueira                                                                      |
| <b>SETEMBRO</b>                                                                          | <b>OUTUBRO</b>                                                                                     | <b>NOVEMBRO</b>                                                         | <b>DEZEMBRO</b>                                                                                             |
| Colheita, preparo do solo; correção em áreas de reforma; aplicação de herbicidas         | Colheita; preparo do solo; correção; aplicação de herbicida; plantio; cultivo/adubação da soqueira | Correção; aplicação de herbicida; plantio; cultivo/adubação da soqueira | Aplicação de herbicida; cultivo/adubação da soqueira                                                        |

**Quadro 1 - Calendário Agrícola – Cana-de-açúcar.**

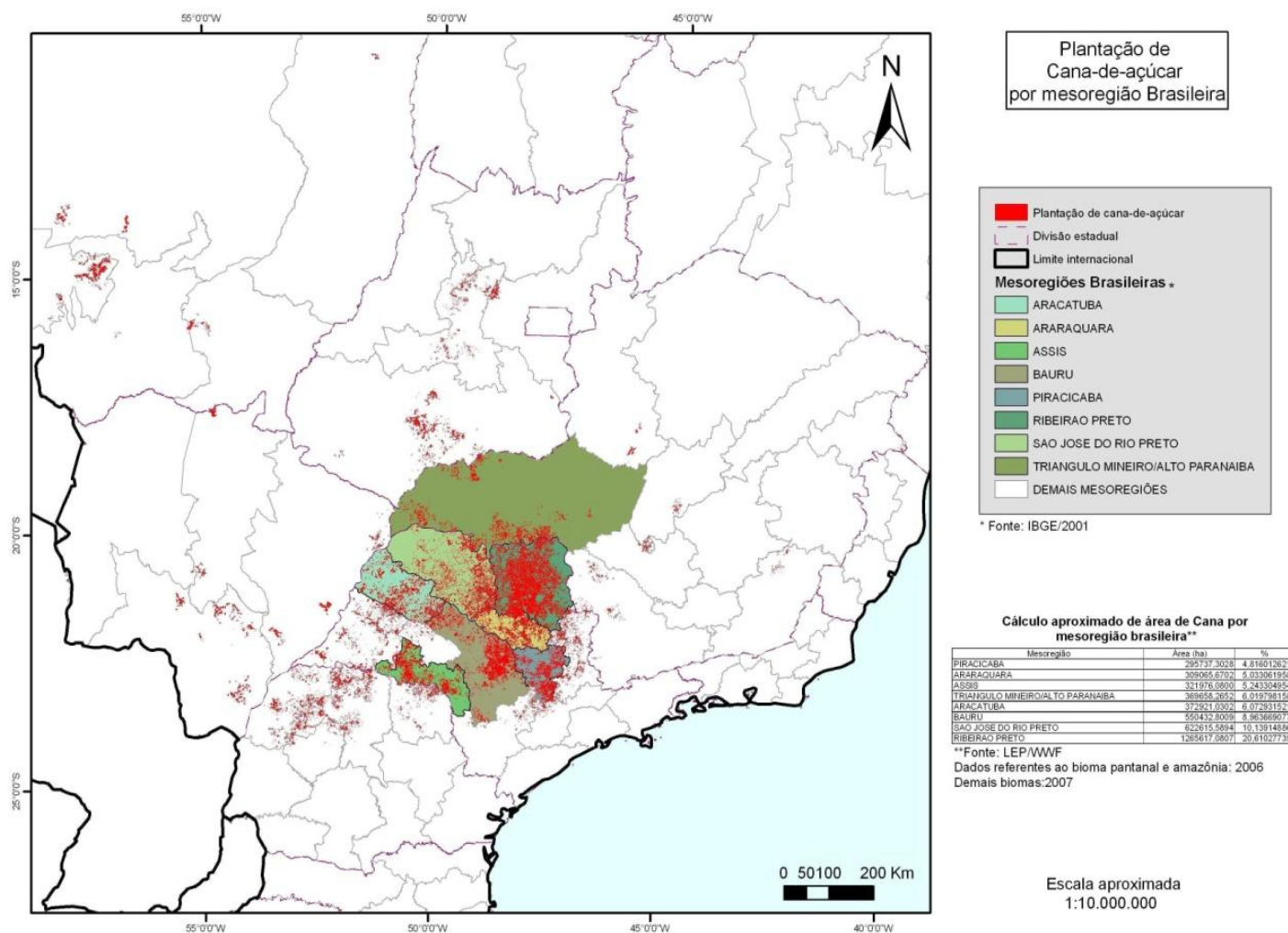
Fonte: DEFAGRO, 2010.

Site: [www.defagro.com.br/calendario.pdf](http://www.defagro.com.br/calendario.pdf)

Analisando os dados apresentados no quadro 1 é possível compreender o calendário agrícola da cana-de-açúcar. Nos meses iniciais, são realizados controles biológicos, limpeza dos canaviais, preparo do solo, plantio, adubação e aplicação de herbicidas. A partir de maio é iniciada a colheita que se estende até o final do ano, mais precisamente até outubro e, em alguns casos, novembro. A partir daí, o ciclo é retomado.

As áreas de plantio são localizadas próximas às usinas, num raio de até 100 quilômetros. A produtividade por área é variável, mas em média são produzidas cerca de 100 toneladas por hectare.

O estado de São Paulo é responsável por cerca de 50% da produção nacional de cana-de-açúcar (Figura 1) e 93% de todo o etanol.



**Mapa 2 – Principais Áreas de Plantação de Cana-de-açúcar em Regiões Geográficas Brasileiras: São Paulo, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.**

Fonte: LEP/WWF, 2006.

Site: [assets.wwf.org.br/downloads/fact\\_sheet\\_portugues.pdf](http://assets.wwf.org.br/downloads/fact_sheet_portugues.pdf). Acesso em julho/2010.

Analisando o mapa 2 podemos observar que a maior concentração de área plantada de cana-de-açúcar no país está localizada na mesorregião de Ribeirão Preto, com aproximadamente 1.265.617 hectares, o que corresponde a 20% do total; seguida por São José do Rio Preto com 622.615 hectares, 10% da área plantada; e Bauru com 550.432 hectares, que equivale a 8%. A respeito de outros estados produtores, Minas Gerais, mais precisamente região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, aparece em quarto lugar com 369.658 hectares, aproximadamente 6% da área plantada.

Em 2008, o setor sucroalcooleiro continuou em expansão. O Centro-Sul brasileiro foi responsável por 87,8% da produção de cana-de-açúcar destinada ao setor. Segundo pesquisa realizada pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA), o estado de São Paulo foi responsável por 59,5% da produção nacional de cana-de-açúcar, sendo a safra nacional de 2008 de 571,3 milhões de toneladas (Gráfico 1); um crescimento de 13,9% em relação ao ano de 2007. (CMA, 2008, p.7)

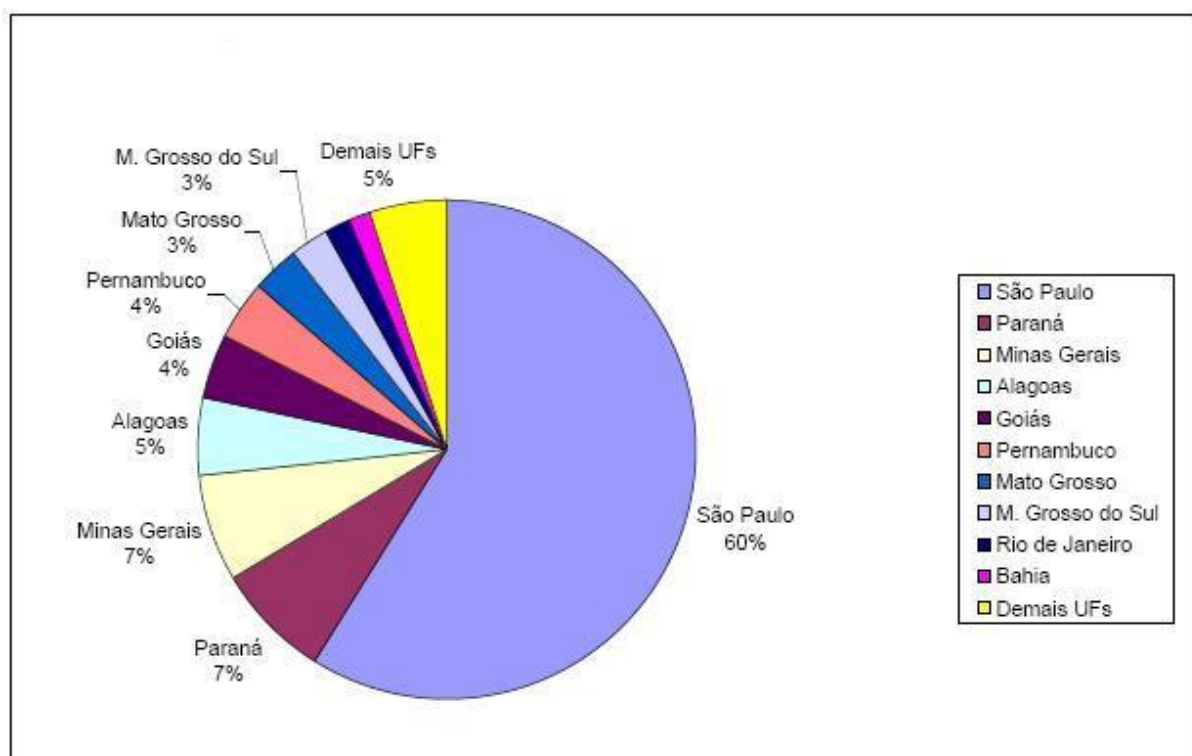


**Gráfico 1 - Produção de cana por Unidade Federativa em 2006.**

Fonte: PAM/IBGE, 2006.

<http://www.wwf.org.br/.../biblioteca/?17460/Cana...Milho-e-Soja> – Acesso em julho/2010.

A nova expansão na produção de cana se dá devido à crescente demanda por etanol. Segundo o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, na safra de 2008, cerca de 56,9% da cana colhida foi direcionada à fabricação de combustível e o restante para o açúcar. O gráfico a seguir representa a área colhida de cana-de-açúcar em nível mundial.

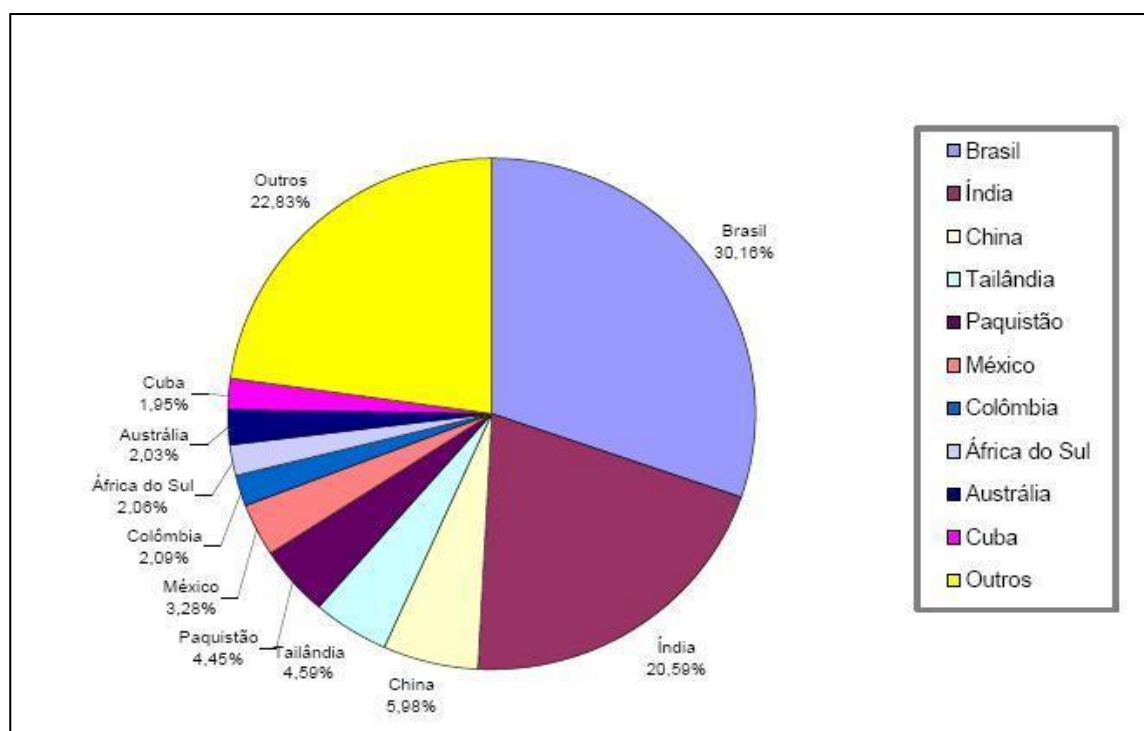


**Gráfico 2 - Área colhida de cana no mundo em 2006.**

Fonte: PAM/IBGE, 2006.

<http://www.wwf.org.br/.../biblioteca/?17460/Cana...Milho-e-Soja> – Acesso em julho/2010.

Analisando o gráfico 2 podemos observar a forte expansão da lavoura da cana-de-açúcar no Brasil, com uma participação de 30,16% da área colhida de cana no mundo (primeiro lugar), seguida pela Índia com 20,59%. Uma grande produção de cana-de-açúcar no Brasil está no estado de São Paulo, que apresenta uma vasta área plantada da cultura (Figura 4).

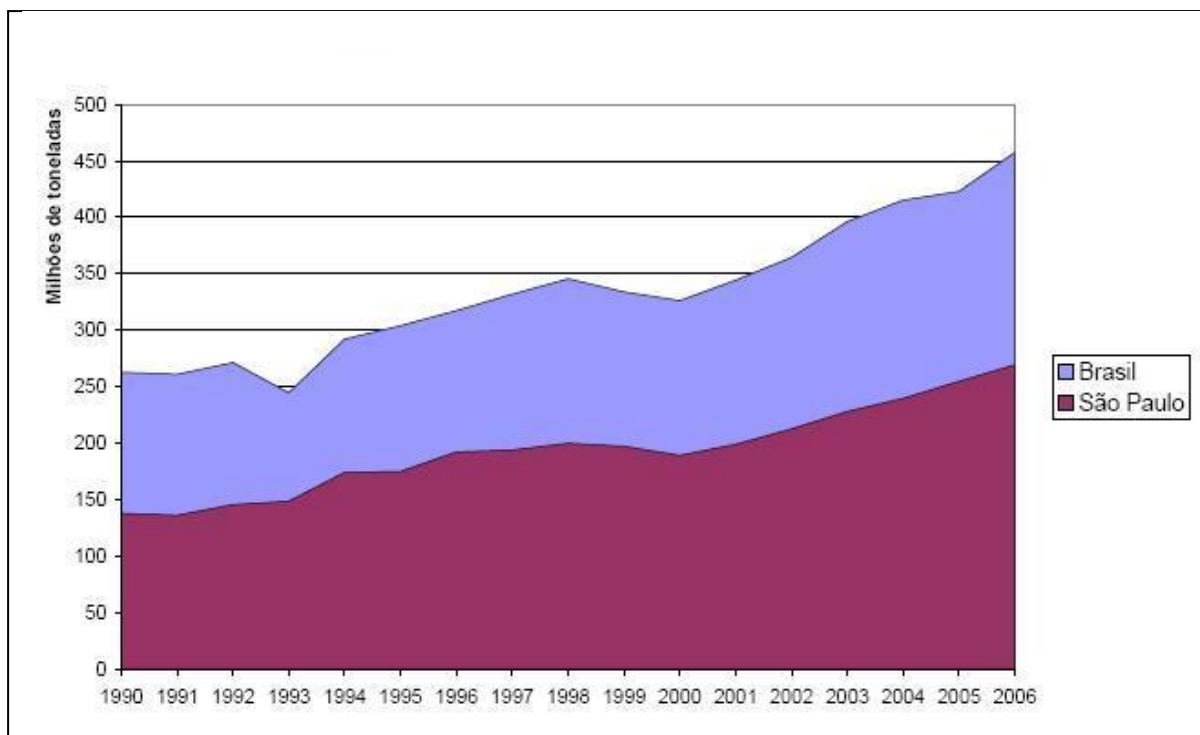


**Gráfico 3 – Evolução da produção de cana-de-açúcar no Brasil e em São Paulo, 1990-2006.**

Fonte: UNICA, 2008.

<http://www.wwf.org.br/.../biblioteca/?17460/Cana...Milho-e-Soja> – Acesso em Julho 2010.

No gráfico 3 podemos perceber a forte influência da cultura da cana no estado de São Paulo e também a produção da cana no estado em relação a produção nacional. De acordo com o mesmo gráfico, mais de 50% da cana produzida no Brasil concentra-se no estado de São Paulo com, aproximadamente, 250 milhões de toneladas, sendo a produção nacional de 450 milhões de toneladas.

O maior impulso para a expansão da cana em nosso país, assim como a produção de etanol, se deu pela produção de automóveis do tipo “flex” e pela crescente preocupação com os combustíveis fósseis e não renováveis. Em 2003, houve o lançamento dos veículos “flex” pela indústria automotiva. Menos poluentes, esses automóveis permitem ao motorista escolher o combustível de sua preferência no momento (gasolina ou etanol). Entre janeiro e outubro de 2008, tais automóveis representaram 93,7% dos 2 milhões de carros comercializados no Brasil (CMA, 2008)

Os automóveis “flex” favorecem tanto o setor sucroalcooleiro quanto o setor automotivo, pois, diferentemente do Proálcool da década de 1980, hoje a tecnologia favorece ambos os setores. Na década de 1980 96% dos carros eram à álcool, sendo que os carros à gasolina seriam vendidos apenas por encomenda. No entanto, na época do Proálcool, não havia a tecnologia “flex”, hoje os compradores podem escolher o combustível de sua preferência, de acordo com preço.

Segundo a União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), o uso do etanol como combustível no Brasil atingiu, em 2006, 13,4 milhões de metros cúbicos. Na safra de 2006/07, 14 bilhões de litros de etanol foram destinados ao mercado interno e 3,5 bilhões para o mercado externo. Hoje, 2010, o etanol substitui mais de 40% da gasolina no Brasil.

De acordo com José Carlos Grubisich, presidente da ETH Bioenergia, o setor sucroenergético brasileiro teve grandes conquistas em 2009. O consumo de etanol cresceu aproximadamente 20%, superando, pela primeira vez, o uso de gasolina no país. A consolidação do etanol se deu devido à anteriormente citada tecnologia “flex”, atualmente, presente em 90% dos novos veículos vendidos no Brasil. (UNICA, 2010)

Entre 2006 e 2008, o consumo de etanol passou de 12 bilhões para 24 bilhões de litros, com perspectivas de superar 50 bilhões de litros/ano até o final de 2015. (GRUBISICH, 2010)

Segundo a UNICA, a expectativa para a safra de 2012/2013 é de 700 milhões de toneladas de cana processadas, produzindo 36 bilhões de litros de álcool e 39 milhões de toneladas de açúcar (Gráfico 4). O aumento da produtividade ocorrerá devido à implantação de novas usinas e à expansão das unidades já existentes. Atualmente 50% da cana é destinada para a produção de etanol e espera-se que, em 2012, a produção direcionada a essa finalidade passe a ser de 60%.

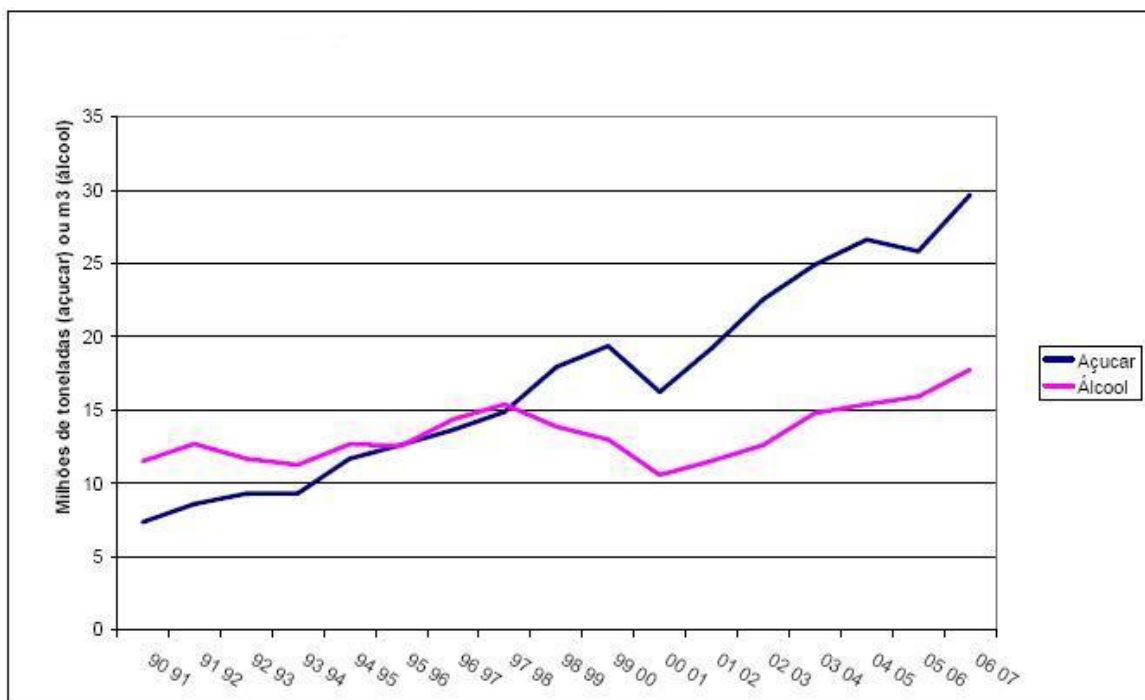


**Gráfico 4 – Evolução da produção no Brasil de Açúcar e Álcool, 1990 - 2007.**

Fonte: UNICA, 2008.

<http://www.wwf.org.br/.../biblioteca/?17460/Cana...Milho-e-Soja> – Acesso em julho/2010.

Analisando o gráfico 4 podemos observar a evolução da produção de cana para a sua transformação em açúcar e álcool. A partir de 2000, houve um aumento significativo tanto na produção de açúcar quanto na de álcool. A expansão de tais produtos se deu pela exportação do açúcar e pela explosão de vendas de veículos “flex”, especialmente, a partir de 2003.

Segundo o Anuário da Agricultura Brasileira (AGRIANUAL, 2010), os principais destinos do álcool etílico produzido no Brasil foram: Estados Unidos (1.749m³), Países Baixos (344m³), Japão (228m³), Suécia (201m³), El Salvador (183m³), Jamaica (133m³), Venezuela (103m³) e Costa Rica (92m³), conforme gráfico 5.

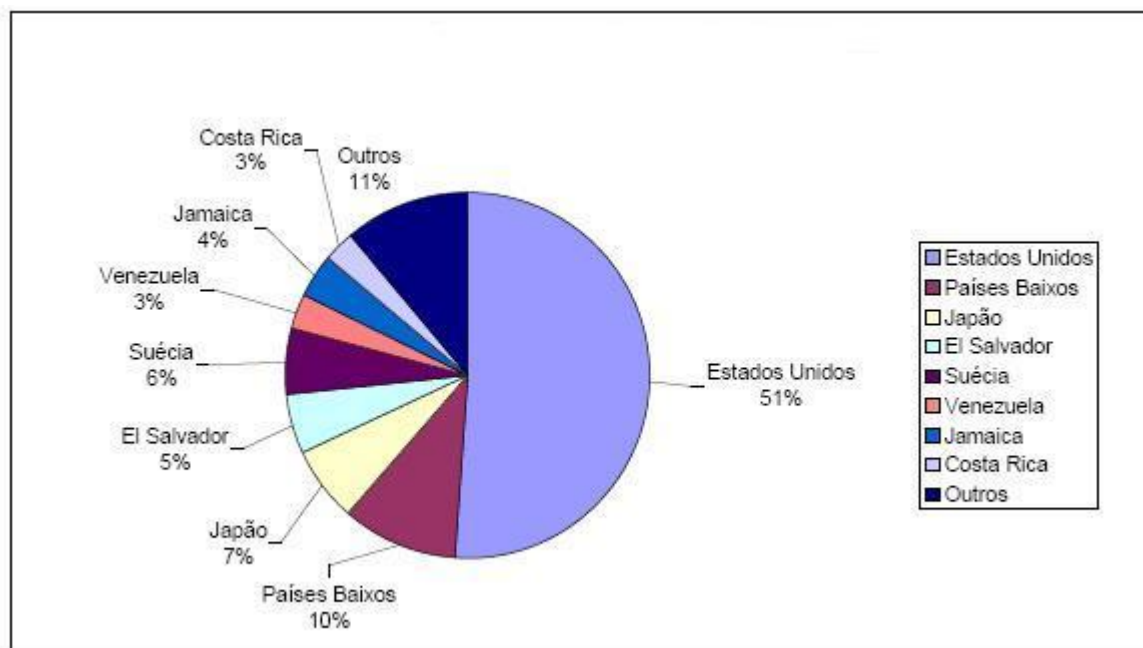


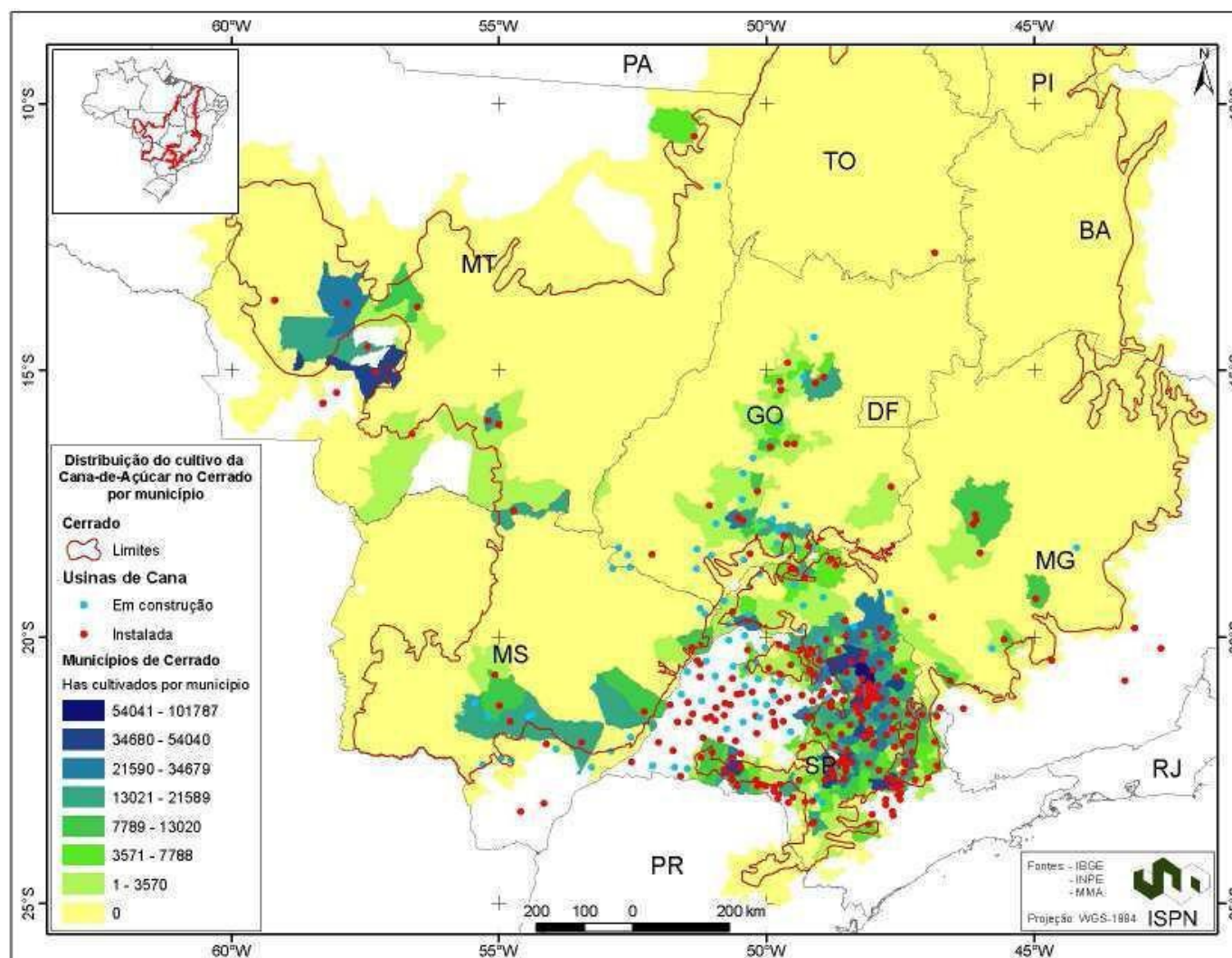
**Gráfico 5 – Destinos das exportações brasileiras de álcool em 2006.**

Fonte: AGRIANUAL, 2008.

<http://www.wwf.org.br/.../biblioteca/?17460/Cana...Milho-e-Soja> – Acesso em julho/2010.

Para que o álcool seja fabricado, o processo de moagem da cana é o mesmo da produção de açúcar, no entanto o caldo é desviado para que possa receber o tratamento específico para a fabricação de álcool. Todas as etapas do processo são monitoradas por meio de análises laboratoriais para assegurar a qualidade final do produto.

O etanol de cana-de-açúcar é o principal incentivo às mudanças no segmento agrícola, indústria e matriz energética do Brasil. (MIRANDA, 2008, p.160) Além disso, é a segunda fonte de energia do país, isso porque o etanol representa 16% de todo o consumo, superando, inclusive, a hidroeletricidade.



**Mapa 3 – Distribuição do Cultivo da Cana-de-açúcar por Município.**

Fonte: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 1994.

Site: [www.observatoriодоagronegocio.com.br/.../LevantamentoCanaNilo.pdf](http://www.observatoriодоagronegocio.com.br/.../LevantamentoCanaNilo.pdf) Acesso em julho/2010.

O mapa 3 apresenta parte do território brasileiro com foco na área de distribuição do cultivo da cana-de-açúcar em 1994. Como podemos observar, a maior parte da área cultivada está localizada no estado de São Paulo, com até 101.787 hectares de área plantada. Notamos também a expansão das usinas de açúcar e álcool no Cerrado, diversas em construção e centenas já instaladas. Quanto aos outros estados, Goiás está em segundo lugar, ainda em expansão, e Minas Gerais parece, também, com apenas algumas usinas instaladas e cerca de 10 usinas em construção.

O preço do barril de etanol baixou muito. Na década de 1980, esse produto custava US\$40 e, em 2008, passou a US\$30; enquanto o petróleo “saltou” de US\$12 para US\$150 o barril no mesmo período.

Há quem seja contra as lavouras de cana para produção do etanol, devido a tais lavouras substituírem outras que outrora produziam alimento para a população. Teme-se que o preço dos alimentos se torne exorbitante ou, até mesmo, que haja um grande desmatamento na Amazônia.

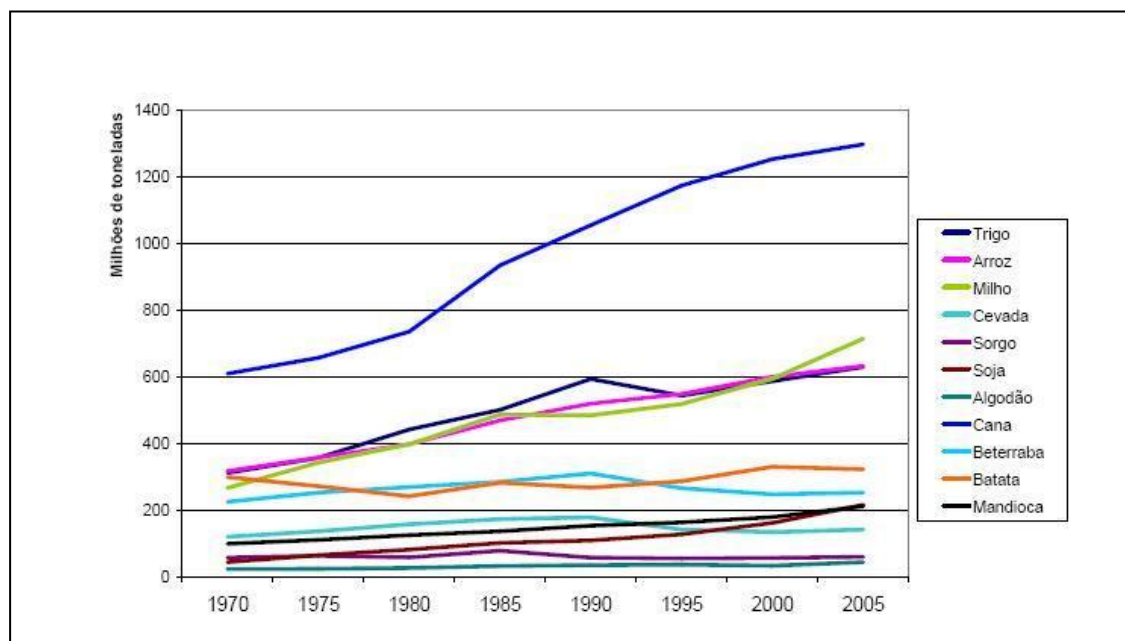


**Gráfico 6 – Brasil: Evolução da produção de algumas culturas, 1970- 2005.**

Fonte: AGRANUAL, 2008.

<http://www.wwf.org.br/.../biblioteca/?17460/Cana...Milho-e-Soja> – Acesso em julho/2010.

O gráfico 6 representa a evolução da produção de alguns produtos cultivados no Brasil até o ano de 2005. Conforme apresentado, podemos observar que algumas culturas estão estáveis, como o sorgo, a soja, a mandioca e a batata. Entretanto, o dado de maior destaque é a expansão da produção de cana que ultrapassa 1.200 milhões de toneladas.

Segundo Miranda (2008, p.161), os investimentos no setor sucroalcooleiro somam aproximadamente US\$17 bilhões no Brasil. São 90 novos projetos de usinas (Centro-Sul) que deverão começar a operar até 2011. A energia dessas novas usinas para funcionamento das caldeiras será fornecida, principalmente, pelo bagaço da cana, e a colheita será totalmente mecanizada, o que minimizará impactos no solo, no ar e na água. No entanto, devemos considerar a questão dos postos de trabalho e a própria compactação do solo.

Para a redução de impactos ambientais, os sistemas de produção de cana passaram a seguir modelos mais sustentáveis ambientalmente. Recentemente iniciou-se a produção de plásticos biodegradáveis a partir do açúcar, o PHB (polihidroxibutirato). Outro tipo de plástico obtido por meio da cana e derivado do etanol, chamado eteno, é matéria-prima de resinas como o polietileno. Segundo Miranda (2008, p.163), há grandes possibilidades de mercado para esses novos produtos nos EUA, Japão e Europa, que estão dispostos a pagar 20% a mais por eles.

O etanol é tido como um “combustível limpo” pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Banco Mundial. No entanto, no Brasil, apesar dos esforços do Governo e da indústria, a cultura da cana tem se destacado como uma das mais impactantes ambiental e socialmente, devido às questões trabalhistas.

O setor sucroalcooleiro tem ampliado a utilização de tecnologias de ponta em se tratando de produtividade. Contudo, o desrespeito às legislações ambientais ainda é um grande problema para a maioria das usinas.

A cultura da cana-de-açúcar está presente, atualmente, em 22 estados brasileiros (Tabela 1) e, segundo Grubisich, em 2009, a produção de etanol gerou mais de 800 mil empregos diretos. Ainda de acordo com o autor, a expansão da cultura levará às regiões produtoras mais investimentos e oportunidades. Os produtores deverão aliar sustentabilidade e competitividade para garantir a eficiência na produção. Além disso, novas tecnologias deverão ser introduzidas nos processos agrícolas e industriais.

A expansão do setor sucroenergético nos próximos anos se dará devido aos investimentos feitos em tal esfera à medida que o etanol se consolida em nosso país como um combustível competitivo, eficiente e ambientalmente favorável. Além desses fatores, tem havido investimentos elevados no setor sucroenergético representando cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Devido ao crescimento do setor, podemos observar também uma forte competitividade, que reflete nos preços de mercado, conforme quadro abaixo.

| ESTADOS/SAFRA         | 1990        | 2000        | 2001        | 2002        | 2003        | 2004        | 2005        | 2006        | 2007        | 2008        | 2009        |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>MARANHÃO</b>       | 594.940     | 938.174     | 799.490     | 1.094.115   | 1.105.114   | 1.303.509   | 1.275.119   | 1.797.490   | 1.660.300   | 2.134.604   | 2.280.160   |
| <b>PIAUÍ</b>          | 464.108     | 218.022     | 248.289     | 273.691     | 284.180     | 322.802     | 349.329     | 492.369     | 706.000     | 689.130     | 900.181     |
| <b>CEARÁ</b>          | 506.233     | 131.166     | 65.671      | 73.637      | 88.954      | 63.907      | 79.444      | 40.709      | 27.400      | 8.250       | 122.355     |
| <b>R. G. NORTE</b>    | 2.169.458   | 1.892.617   | 2.388.270   | 2.064.515   | 2.681.857   | 2.614.068   | 2.917.677   | 2.356.268   | 2.397.400   | 2.047.750   | 3.186.768   |
| <b>PERNAMBUCO</b>     | 18.679.258  | 13.320.164  | 14.366.994  | 14.351.050  | 14.891.497  | 17.003.192  | 16.684.867  | 13.858.319  | 15.293.700  | 19.844.415  | 18.949.518  |
| <b>ALAGOAS</b>        | 22.617.202  | 19.315.230  | 25.198.251  | 23.124.558  | 22.645.220  | 29.536.815  | 26.029.770  | 22.532.291  | 23.635.100  | 29.444.208  | 27.309.285  |
| <b>SERGIPE</b>        | 1.395.449   | 1.163.285   | 1.413.639   | 1.316.925   | 1.429.746   | 1.526.270   | 1.465.185   | 1.109.052   | 1.136.100   | 1.371.683   | 1.831.714   |
| <b>BAHIA</b>          | 1.052.942   | 2.098.231   | 1.920.653   | 2.048.475   | 2.213.955   | 2.136.747   | 2.268.369   | 2.391.415   | 2.185.600   | 2.522.923   | 2.541.816   |
| <b>MINAS GERAIS</b>   | 9.850.491   | 13.599.488  | 10.634.653  | 12.204.821  | 15.599.511  | 18.915.977  | 21.649.744  | 24.543.456  | 29.034.195  | 35.723.246  | 42.480.968  |
| <b>ESPIRITO SANTO</b> | 1.193.648   | 2.126.902   | 2.554.166   | 2.010.903   | 3.292.724   | 2.952.895   | 3.900.307   | 3.804.231   | 2.894.421   | 3.938.757   | 4.373.248   |
| <b>RIO DE JANEIRO</b> | 4.522.390   | 4.953.176   | 3.934.844   | 3.072.603   | 4.478.142   | 4.577.007   | 5.638.063   | 4.799.351   | 3.445.154   | 3.831.652   | 4.018.840   |
| <b>SÃO PAULO</b>      | 131.814.535 | 194.234.474 | 148.256.436 | 176.574.250 | 192.486.643 | 207.810.964 | 230.280.444 | 243.767.347 | 263.870.142 | 296.242.813 | 346.292.969 |
| <b>PARANÁ</b>         | 10.751.114  | 24.351.048  | 19.320.856  | 23.075.623  | 23.892.645  | 28.485.775  | 28.997.547  | 24.808.908  | 31.994.581  | 40.369.063  | 44.829.652  |
| <b>SANTA CATARINA</b> | 463.388     | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           | 0           |
| <b>R. G. SUL</b>      | 38.393      | 0           | 0           | 80.262      | 102.999     | 93.836      | 77.997      | 57.976      | 91.919      | 128.980     | 107.184     |
| <b>MATO GROSSO</b>    | 3.325.019   | 10.110.766  | 8.669.533   | 10.673.433  | 12.384.480  | 14.349.933  | 14.447.155  | 12.335.471  | 13.179.510  | 14.928.015  | 15.283.134  |
| <b>MATO G. DO SUL</b> | 3.977.877   | 7.410.240   | 6.520.923   | 7.743.914   | 8.247.056   | 8.892.972   | 9.700.048   | 9.037.918   | 11.635.096  | 14.869.066  | 18.090.388  |
| <b>GOIÁS</b>          | 4.257.804   | 7.162.805   | 7.207.646   | 8.782.275   | 9.922.493   | 13.041.232  | 14.006.057  | 14.559.760  | 16.140.043  | 21.082.011  | 29.486.508  |

**Tabela 1 - Produção de cana-de-açúcar no Brasil 1990 – 2009.**

Fonte: UNICA, 2009.

<http://www.unica.com.br/downloads/estatisticas/processcanabrasil.xls>. Acesso em agosto/2010.

Analisando a tabela 1 podemos perceber que a soberania da região nordeste na produção de cana-de-açúcar foi substituída. A produção de cana na região sudeste/sul tem expandido e passou a sobressair-se no mercado, principalmente, nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

A produção do estado de São Paulo passou de 131.814.535 toneladas por hectare em 1990 para 346.292.969 em 2008. Enquanto isso, o Paraná passou de 10.751.144 t/ha para 44.829.652 t/ha em 2008. No entanto, a maior revelação foi a inserção do estado de Minas Gerais no grupo de maiores produtores de cana-de-açúcar do país. Esse estado passou de 9.850.491 t/ha em 1990 para 42.480.968 t/ha em 2008.

Tais resultados, referentes ao aumento da produção de cana-de-açúcar nos estados brasileiros, retratam o momento em que estamos passando com a busca de novos combustíveis renováveis. O avanço da cana-de-açúcar nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná é o reflexo do setor sucroenergético na economia nacional. Segundo a UNICA, o Centro-Sul brasileiro concentrou, em 2008, 97,8% da produção de cana-de-açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro. O estado de São Paulo deteve 59,5% da produção nacional de cana. Com efeito, a produção brasileira de cana cresceu 13,9% em 2008, de 501,5 milhões para 571,3 milhões de toneladas. Os maiores responsáveis por esse aumento, no ano mencionado, foram os estados de São Paulo com 58,9%, Goiás com 12,3% e Minas Gerais com 10,9% (UNICA, 2010).

Além de deter a maior parte da produção de cana-de-açúcar do Brasil, o Centro-Sul também apresenta forte expansão do parque industrial de etanol. De acordo com a UNICA (2009), 29 usinas entraram em operação em 2008, entre elas 14 estão localizadas no estado de São Paulo, 9 em Goiás, 4 em Minas Gerais e 3 no Mato Grosso do Sul. Ainda segundo a UNICA, o Centro-Sul possui 372 usinas, o que representa cerca de 78% das 477 usinas cadastradas na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Destacamos, ainda, que apenas no estado de São Paulo há

230 usinas, representando 48,2% do total. A tabela 2 apresenta a produção de etanol no Brasil de 1999 a 2008.

| ESTADOS/SAFRA         | 2000             | 2001             | 2002             | 2003             | 2004             | 2005             | 2006             | 2007             | 2008             | 2009             |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| MARANHÃO              | 57.174           | 46.944           | 80.420           | 80.478           | 80.542           | 80.604           | 80.668           | 80.730           | 80.794           | 80.858           |
| PIAUÍ                 | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                |
| CEARÁ                 | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                | 0                | 7.224            |
| ALAGOAS               | 57.174           | 46.944           | 75.097           | 83.579           | 89.865           | 95.905           | 138.848          | 128.469          | 170.164          | 181.559          |
| R. G. NORTE           | 0                | 3.854            | 2.666            | 3.889            | 4.375            | 4.671            | 6.009            | 5.650            | 8.264            | 7.963            |
| SERGIPE               | 10.440           | 7.981            | 7.637            | 8.647            | 1.320            | 15.228           | 16.534           | 16.238           | 15.551           | 25.504           |
| BAHIA                 | 1.846            | 7.717            | 6.120            | 11.761           | 15.474           | 18.815           | 10.673           | 16.675           | 1.257            | 0                |
| MINAS GERAIS          | 31.662           | 26.457           | 16.190           | 9.534            | 14.565           | 31.581           | 39.989           | 64.402           | 71.916           | 57.174           |
| ESPIRITO SANTO        | 32.596           | 30.634           | 24.256           | 18.361           | 24.555           | 30.802           | 21.795           | 25.140           | 22.781           | 15.440           |
| RIO DE JANEIRO        | 15.949           | 12.772           | 5.123            | 3.007            | 2.997            | 17.101           | 17.047           | 12.554           | 17.122           | 2.435            |
| SÃO PAULO             | 106.214          | 84.626           | 96.869           | 58.938           | 104.604          | 118.864          | 127.586          | 131.768          | 110.188          | 68.558           |
| PARANÁ                | 264.424          | 285.772          | 247.914          | 113.857          | 268.325          | 277.683          | 332.300          | 310.279          | 257.090          | 201.593          |
| SANTA CATARINA        | 517.865          | 503.387          | 437.279          | 225.335          | 397.050          | 485.163          | 665.898          | 549.545          | 433.504          | 339.893          |
| R. G. SUL             | 778.368          | 726.566          | 718.636          | 412.072          | 633.215          | 614.123          | 874.152          | 838.583          | 561.233          | 550.514          |
| MATO GROSSO           | 29.735           | 27.532           | 34.776           | 27.901           | 40.484           | 50.087           | 67.950           | 78.129           | 64.186           | 46.839           |
| MATO GROSSO DO SUL    | 18.202           | 35.435           | 35.765           | 23.501           | 47.024           | 74.772           | 92.169           | 101.623          | 76.388           | 60.142           |
| GOIÁS                 | 427.359          | 481.216          | 399.535          | 392.709          | 470.931          | 418.556          | 471.977          | 641.667          | 636.595          | 643.805          |
| REGIÃO CENTRO-SUL     | 62.122           | 100.772          | 94.925           | 69.595           | 93.997           | 93.713           | 108.598          | 171.674          | 119.207          | 126.219          |
| REGIÃO NORTE-NORDESTE | 71.444           | 153.771          | 104.919          | 98.089           | 109.278          | 108.420          | 105.060          | 134.877          | 104.065          | 117.853          |
| <b>BRASIL</b>         | <b>7.766.944</b> | <b>8.619.674</b> | <b>7.911.668</b> | <b>8.274.879</b> | <b>8.696.357</b> | <b>8.112.257</b> | <b>8.950.958</b> | <b>9.496.528</b> | <b>9.020.128</b> | <b>8.492.368</b> |

Tabela 2 - Produção de Etanol por Litro no Brasil 1999 – 2009.

Fonte: UNICA, 2009.

<http://www.unica.com.br/downloads>

Na tabela 2 notamos o aumento na produção de etanol desde 1999 a 2008. O maior produtor, desde 1999, é o estado de Goiás, com 16.722.478 de litros; seguido pelo Rio Grande do Sul, com 2.167.616 de litros; e São Paulo com 845.363 de litros. Os incentivos fiscais fazem com que grande parte das produtoras de etanol se estabeleça no estado de Goiás. Em se tratando da produção de etanol num comparativo entre o Brasil e outros países, no período de 1975 a 2005, é notório o aumento da produção de etanol brasileiro, conforme demonstra o gráfico seguinte.

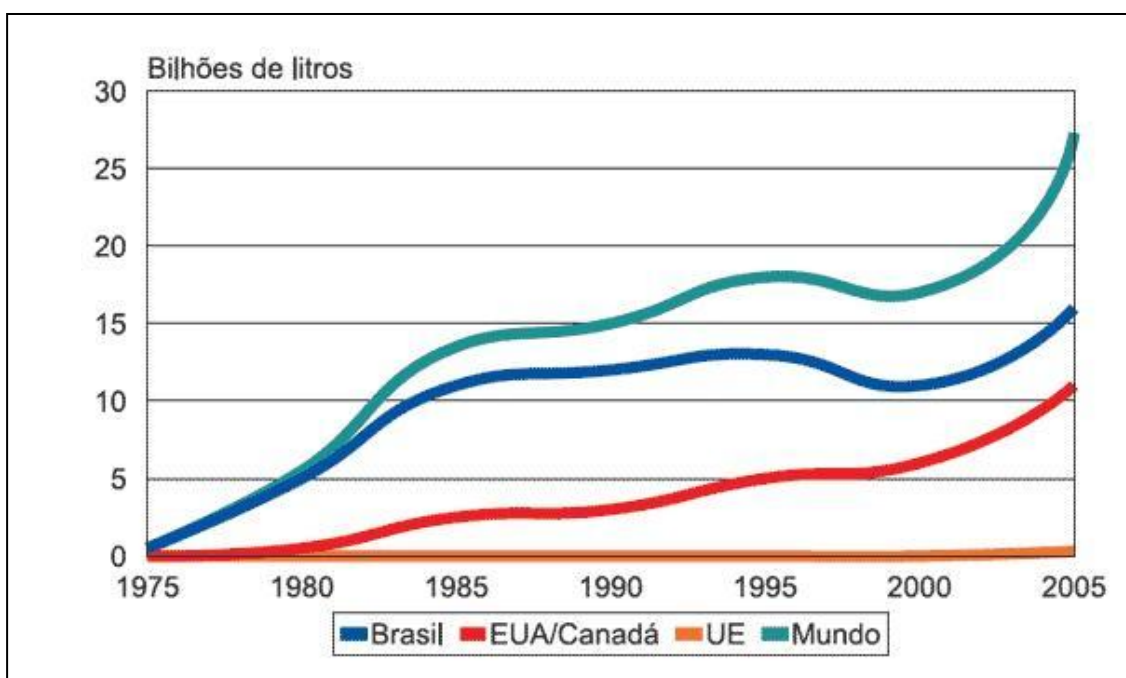


**Gráfico 7 – Produção de Etanol no Brasil e no Mundo– 1975 a 2005.**

Fonte: Biodieselbr.com, 2006.

<http://www.wwf.org.br/.../biblioteca/?17460/Cana...Milho-e-Soja> – Acesso em julho/2010.

Com base nos dados apresentados no gráfico 7, podemos observar que o Brasil possui uma grande importância na produção de etanol mundial. No período analisado, a produção brasileira passou de 600 milhões de litros em 1975 para cerca de 16 bilhões de litros em 2005, 29,1% da produção mundial. Enquanto a União Européia não teve produção, os Estados Unidos e o Canadá obtiveram juntos cerca de 11 bilhões de litros de etanol, 20% da produção;

e o restante do mundo produziu, aproximadamente, 28 bilhões de litros de etanol, cerca de 50,9% da produção de etanol mundial.

A respeito da “dominação” brasileira na produção de etanol, mundialmente falando, representantes da UNICA (2009) dizem o seguinte:

Acrescenta-se ainda o discurso ufanista de que o Brasil deve assumir papel de líder mundial na transição da civilização do petróleo para civilização da biomassa em vista da crise estrutural de geração de energia que se anuncia. Assim, o país não deveria perder esta oportunidade de desenvolvimento e “soberania” energética ocupando importante papel no mercado de agrocombustíveis. Neste sentido o Brasil estaria predestinado a comandar o processo de transição mundial de petróleo para biomassa.

Apesar do autor possuir uma opinião pessimista sobre a produção brasileira de etanol ou biocombustíveis, o que percebemos no cenário atual é um grande desenvolvimento de tecnologias voltadas à produção de tais combustíveis e à redução dos custos destes para que possa haver uma competição com o mercado externo.

Devido ao forte crescimento do setor sucroenergético, a tecnologia empregada na produção de etanol se desenvolveu de forma dinâmica ao longo dos anos. Sendo assim, o custo na produção de tal bicomcombustível passou a ser ainda menor. A figura 10 apresenta a relação produção/custo na produção de etanol.

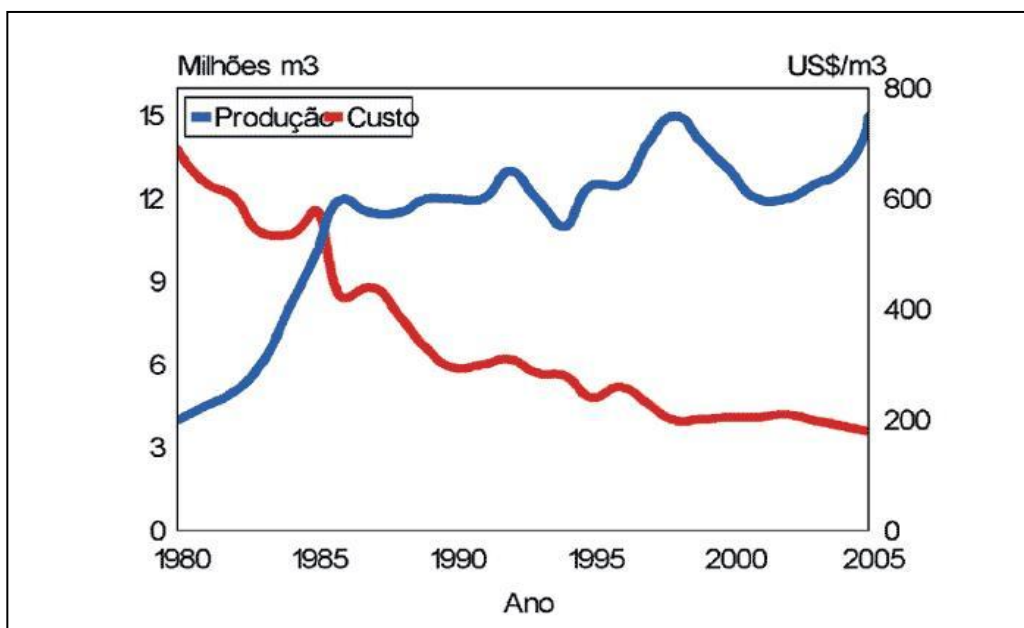


**Gráfico 8 – Relação produção/custo na produção de Etanol mundial – 1980 a 2005.**

Fonte: Biodieselbr.com, 2006.

<http://www.wwf.org.br/.../biblioteca/?17460/Cana...Milho-e-Soja> – Acesso em Julho 2010

Examinando o gráfico 8 verificamos, como dito anteriormente, que o crescimento da produção de etanol e o custo dessa produção são opostos, pois a produção de etanol foi de 800US\$/m³ enquanto o custo dessa produção caiu de 600 dólares por metro cúbico, em 1980, para 200 dólares por metro cúbico em 2005.

Para reduzir o custo na produção de cana-de-açúcar e etanol são empregadas algumas estratégias quanto à localização dos canaviais e à mão de obra empregada no corte da cana. A respeito da localização dos canaviais, desde o período colonial, as plantações de cana ficavam próximas aos engenhos (Figura 1).

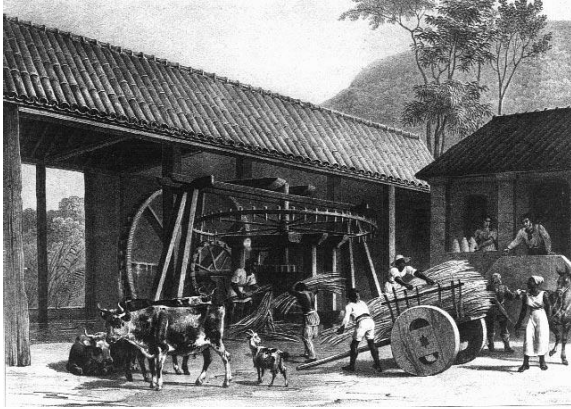


**Figura 1** - Engenho Colonial Brasileiro  
 Fonte: USA/BRAZIL Timeline  
 Site: <http://international.loc.gov/intldl/brhtml/br-1>  
 Acesso em Junho de 2010.



**Figura 2** - Usina Santelisa Vale  
 Fonte: Santelisa Vale, 2008.  
 Site: <http://www.santelisavale.com.br>

Atualmente, a organização das usinas não acontece de forma diferente dos engenhos coloniais. As usinas mantêm áreas próximas a suas dependências com o cultivo da cultura com o objetivo de evitar longas viagens, a fim de minimizar os custos com transporte. Grande parte das usinas possui ou arrenda terras ao redor de suas dependências. Além disso, muitas delas efetuam o corte mecanizado, para ser mais dinâmico, e a cana é imediatamente enviada às usinas. Em lugares mais distantes, o corte é realizado manualmente, primeiro ocorre a queima e posteriormente a poda da cana. Os trabalhadores que realizam esta atividade são denominados de “cortadores de cana” e são, em sua grande maioria, oriundos de estados nordestinos.

A partir das reflexões apresentadas, podemos compreender que a cana-de-açúcar sempre teve um papel de grande importância na economia nacional, desde os grandes engenhos até a “era do etanol”, mais recentemente. Estamos vivendo um novo momento, no qual a cana alcançou um novo patamar na economia nacional. A cultura da cana movimenta a economia, causa impactos no meio ambiente e também no meio social, modifica culturas e políticas.

Assim, trataremos, então, no capítulo seguinte, do estado de São Paulo, mais precisamente do município de Morro Agudo, próximo ao município de Ribeirão Preto. Nessa

localidade, verificamos como a produção da cana-de-açúcar influencia a economia local e os hábitos sociais. Além disso, a forte migração de trabalhadores contribui para a transformação desse ambiente.

**CAPÍTULO 2**  
**A MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA OS CANAVIAIS PAULISTAS**

## **2. A MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA OS CANAVIAIS PAULISTAS**

No segundo capítulo relatamos o desenvolvimento da região Nordeste para que seja possível compreender os motivos que levaram a “expulsão” de famílias para o Sudeste, em especial, para o setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo. Neste capítulo analisamos também as condições de trabalho as quais os migrantes piauienses estão sujeitos no corte da cana.

### **2.1. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NORDESTINO**

Para que possamos compreender a migração nordestina no estado de São Paulo, precisamos, primeiramente, entender como se deu o processo de povoamento da região Nordeste, bem como as condições de vida de seu povo, as quais têm motivado, ao longo de décadas, a migração.

Segundo Andrade (1979, p.89), até a primeira metade do século XX, o Nordeste estava quase totalmente povoado, apesar de se observar que este povoamento apresentava lacunas, visto que havia áreas de grande densidade demográfica e outras com pouca densidade. As áreas mais povoadas se encontravam no Litoral, enquanto as menos povoadas no interior nordestino.

Andrade explica, ainda, que, até a década de 1970, os movimentos migratórios eram opostos ao que vemos hoje, pois a população do Norte e do Sudeste migrava para as terras nordestinas, que, até então, eram tidas como locais que ofereciam melhores condições de vida. Os migrantes do Oeste do Maranhão buscavam terras virgens para desenvolver culturas de subsistência e de arroz; os migrantes do Oeste e Norte de Minas Gerais procuravam terras para criação de gado e para formação de pastagens, o que levou a grandes desmatamentos

para o plantio de pastagens artificiais. No entanto, várias áreas permaneciam com baixo povoamento, visto que possuíam pouca fertilidade dos solos.

A cana-de-açúcar, que antes era cultivada somente em vales e em encostas da região, passou a ser produzida também no interior nordestino, onde os solos eram silicosos e pobres em matéria orgânica. Entretanto, com o uso de corretivos, a cultura da cana poderia ser desenvolvida com baixo custo. (ANDRADE, 1979, p.90)

Na década de 1970, o Governo Federal desenvolveu uma política de povoamento para que pudesse ser feita uma melhor ocupação das terras do interior nordestino. Criou-se, então, a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE). O Governo Federal tentou lotear terras devolutas, procurando disciplinar o povoamento. No entanto, houve a formação de grandes latifúndios, fato que gerou poucas oportunidades de emprego e proletarizou o trabalhador rural. (ANDRADE, 1979, p.91) Várias empresas, até mesmo multinacionais, instalaram-se nas terras que deveriam ter sido entregues aos agricultores, os quais ficaram sem ter lugar de onde tirar seu sustento.

Segundo Andrade (1979, p.90), a diferenciação de países ricos/industrializados e países pobres/subdesenvolvidos aconteceu logo após a II Guerra Mundial. Naquela época, surgiu também a caracterização de regiões deprimidas, superpovoadas ou em processo de povoamento. As áreas superpovoadas eram aquelas que obtiveram um dinamismo econômico, mas que a economia era tida como estagnada ou um desenvolvimento freado, tornando-a incapaz de absorver a mão de obra que necessitava de emprego. Andrade acredita, ainda, que esse foi um grande motivo para que houvesse migração dessas áreas para regiões vizinhas ou mais dinâmicas.

Além desse, Andrade cita outro forte motivo para a fuga dos moradores da região nordeste: o clima seco. Segundo o autor (1979, p.111), a região semi-árida compreende quase

50% do território nordestino. Cerca de 40% da população, predominantemente rural, residia nessas áreas.

O problema do desenvolvimento do interior nordestino, devido à seca, ocorre há centenas de anos. Para ilustrar essa afirmação podemos citar a forte seca de 1958 que atingiu a região quando esta ainda não havia se recuperado da seca de 1952. O fenômeno das secas trazia e traz graves consequências aos moradores do nordeste, esses que temiam ser vistos como habitantes uma região subdesenvolvida.

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), analisando a economia da região, percebeu que os níveis de riqueza nessa localidade se distanciavam cada vez mais do Centro-Sul. Logo, foi possível notar que os subsídios eram enviados não para o Nordeste, mas sim para a região Centro-Sul, onde as possibilidades de desenvolvimento e industrialização eram mais mediatas. Como os processos de povoamento do interior do Nordeste deixaram de focar os agricultores de baixa renda, estes não tiveram alternativa senão migrar para outras regiões.

Segundo Andrade (1979, p.122), a região do Piauí, na década de 1970, ainda estava em processo de ocupação, com baixa densidade demográfica e amplas áreas despovoadas. Na época, acreditava-se que havia perspectivas de desenvolvimento de uma série de culturas e produtos de grande demanda nos mercados nacional e internacional nessa região. No entanto, o que vemos hoje não é o retrato do desenvolvimento, mas sim uma triste imagem da pobreza. Segundo dados do IBGE, o Índice da Incidência de Pobreza (IIP) no estado do Piauí é de 53,11%, contra 26,60% nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Outros fatores a serem destacados são a concentração de terras e as políticas de beneficiamento a poucos, geralmente, aplicadas apenas para aqueles que faziam/fazem parte da oligarquia agrária da região.

Para que possamos compreender melhor as migrações ocorridas em nosso território, precisamos, primeiramente, analisar o conceito de região. Segundo Oliveira (1978, p.28),

Uma 'região' seria o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.

Oliveira explica, de forma geral, o conceito de região e, implicitamente, os motivos da migração no Brasil, caracterizando-a como uma das causas das fugas regionais. Dessa forma, o capital, juntamente com os interesses políticos, expulsa a população para outras áreas, em busca de uma vida melhor. Ainda segundo Oliveira (1978, p.29), são as relações de produção que determinam o caráter da luta de classes, especialmente, no descompasso dos níveis das forças produtivas que apresentam combinações desiguais.

Outro conceito apresentado por Oliveira é o de região Nordeste (1978, p. 32). O autor estabelece uma discussão a respeito do conceito de região na geografia física, a qual compreende as divisões políticas, climáticas e biogeográficas. A partir disso, ele explicita que a região Nordeste necessita mais do que isso, pois ela é mais dinâmica. Portanto, as relações de produção e reprodução do capital interferem neste conceito.

A região Nordeste passou por diversas fases, como, por exemplo, as fases econômicas do algodão, da cana-de-açúcar e do café, todas com uma forte participação da divisão regional do trabalho. O que passou a ser visto, no Nordeste, a partir da década de 1930, no período da Revolução Industrial, foi uma mudança de papéis, quando a região tornou-se fornecedora de um exército industrial de reserva. Segundo Oliveira (1978, p.37), as migrações Nordeste/São Paulo passaram a suprir os postos de trabalho criados pela industrialização, o que contribuiu para manter os salários baixos.

Ainda na década de 1930, o Estado buscou intervir na economia açucareira do país, tentando beneficiar todas as regiões da nação com o intuito de estabelecer uma divisão regional do trabalho e econômica. Foi criado, então, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que tinha como função prescrever cotas de produção de açúcar para as regiões açucareiras do

país, garantindo também preços mínimos, relações entre fornecedores de cana e as usinas e financiamentos para a produção. Apesar das tentativas iniciais do Estado em beneficiar a todos, em pouco tempo, a direção do IAA passou para a burguesia açucareira do Nordeste, principalmente, pernambucana. Essa nova diretoria passou o eixo da produção do açúcar para São Paulo. (OLIVEIRA, 1978, p.67) Isso aconteceu, pois cada unidade produtora de açúcar que não conseguisse atingir as cotas de produção deveria devolver ao IAA o direito de atribuir tal cota a outra unidade. Então, gradualmente, a região industrial de São Paulo absorveu as cotas que a região Nordeste não conseguia preencher. (IDEM, p. 69)

Segundo Matos (2005, p.21), na década de 1950, o Brasil era um país essencialmente agrícola e subdesenvolvido, por isso a industrialização seria a única forma de superar essa condição. Naquela época, para cada pessoa ocupada na indústria brasileira, haviam cinco pessoas ocupadas na agricultura. Há, então, uma inversão de papéis, visto que o campo passa a estar a serviço da cidade e não o contrário, como se vê hoje, fato que contribuiu para o surgimento da discussão a respeito do que seria o urbano.

O urbano, segundo Matos (2005, p.24), associa-se com a cidade, sendo que esta se abria à inversão da primazia camponesa para a dominância urbana. O autor diz ainda que a cidade, que um dia já foi Cidade Política ou Cidade Comercial, evoluiu no século XX para a Cidade Industrial, trazendo consigo as grandes concentrações urbanas, o êxodo rural e a subordinação total do agrário ao urbano.

Segundo Lefèbvre (1999, p.70):

[...] a cidade envenena a natureza; a devora recriando-a no imaginário para que essa ilusão de atividade perdure. Assim, a grande cidade não é apenas vícios, poluições, doença. É, sobretudo a segregação que generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo. Multidão e Solidão.

Lefèbvre deixa explícita a violência decorrente da transição campo-cidade após a Revolução de 1930. Nesse contexto, o campo é compreendido como um ambiente inferior à

cidade, fato que corrobora para que a antiga relação entre esses ambientes volte a ser como antes. Os papéis se invertiam, trazendo modificações não somente econômicas, mas, sobretudo, sociais, pois aquele que residia no campo e não sobrevivia ao poder dos latifúndios se viu obrigado a fugir para as cidades que o acolheu sem oferecer o que o campo um dia foi capaz. Assim, damos início a um novo processo migratório no país conhecido como êxodo rural.

Segundo Matos e Baeninger (2001, p.17), na década de 1980, houve uma mudança na realidade das migrações. Segundo os autores, as regiões Nordeste e Centro-Oeste registraram taxas de crescimento da população entre 1,82% e 2,99% ao ano, respectivamente, enquanto a região Sudeste apresentava um crescimento de 1,76% e a região Sul 1,38% ao ano. Os autores especificam que o crescimento da região Nordeste em tal período se deu, especialmente, devido às atividades turísticas da região, ao dinamismo do Pólo Petroquímico de Camaçari e à produção de frutas para exportação.

Ainda segundo os autores, é importante destacar que a população rural nordestina, na década de 1980, era de 16,7 milhões, quase metade de toda a população rural do Brasil. No entanto, na última década, a região Nordeste passou por transformações econômicas, sociais e demográficas, fato que refletiu em seu decréscimo na população rural e crescimento da taxa de urbanização de 3,55% ao ano contra 2,97% da média nacional. Segundo Matos e Baeninger (2001, p.20), a urbanização do Nordeste, que era de 42% em 1970, passou para 50,5% em 1980 e 60,6% em 1991.

## 2.2. MIGRAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Para que possamos compreender as migrações nordestinas para o estado de São Paulo, é necessário, primeiramente, analisarmos os conceitos de fluxos migratórios para que seja possível apontar os verdadeiros motivos da migração nordestina.

Segundo Menezes (2002, p.10), “O senso comum compreende que migração corresponde a um “certo” tipo de movimento de população sobre o espaço. E que este deslocamento ocorreria por alterações que seriam o “motor” que impulsionaria a população ao movimento.”

Ainda segundo a autora, quando pensamos em migração, a idéia inicial é que esta recaía sobre o local de origem da população, bem como sobre as causas e as consequentes alterações neste território, as quais ocasionariam as deslocamentos.

Menezes (2003, p.15) acredita que muitos processos migratórios ocorrem devido à existência das desigualdades regionais. Segundo a autora, muitas vezes, as migrações internas acompanham a industrialização nos moldes capitalistas e, sendo assim, podemos dizer que existem áreas de atração e de repulsão.

Tratando a migração como um problema de “concentração de capital”, a referida autora considera que os fatores de expulsão podem ser considerados de duas maneiras: fatores de mudança e fatores de estagnação. Os fatores de mudança são aqueles que têm como objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego. Os fatores de estagnação, por sua vez, se manifestariam sob a forma de crescente pressão populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis.

Na década de 1970, a lógica da atração e da repulsão torna-se seletiva, pois a retenção migratória passou a ser associada aos níveis hierárquicos dos centros urbanos e aos níveis sócio-econômicos dos migrantes. Sendo assim, a probabilidade de um migrante permanecer

fixado estaria diretamente associada há um maior nível sócio-econômico, ou seja, a migração seria vista como uma estratégia para a maximização de acesso às oportunidades. (MENEZES, 2002, p. 17)

Segundo Becker (1997, p.320), na visão neoclássica, até a década de 1970, as migrações eram estudadas como características individuais. Desse modo, a sociedade tinha um enfoque individualizado, e a migração era tida como uma decisão pessoal. A partir da década de 1970, a migração passou a ser reconsiderada pelo enfoque neomarxista, sendo assim, foi compreendida como uma mobilidade forçada pelas necessidades do capital. (IDEM, p. 324)

Existem diversas teorias a respeito dos fluxos migratórios. Há mais de 100 anos, Ravenstein apresentou as “Leis da Migração”, teoria na qual discutiu questões como: migração e distância, por etapas, fluxos e contrafluxos, entre outros. (MENEZES, 2002, p. 17) Vale salientar, ainda, outro esquema sobre migrações que foi criado em 1966 por Lee. Tal autor tratou de hipóteses gerais sobre o volume de migrações sob condições variadas, como, por exemplo, hipóteses sobre o volume da migração; sobre fluxo e refluxo migratórios e sobre as características dos migrantes. (MENEZES, 2002, p. 17)

Apesar de vários estudiosos pensarem e repensarem as migrações, nenhuma das teorias elaboradas até o momento supracitado considerava o desemprego urbano e o subemprego nos países subdesenvolvidos. Desse modo, tais correntes ignoravam a força de trabalho que não era absorvida no mundo moderno, ocasionando migrações por trabalho.

Alguns autores, a partir de 1969, como, por exemplo, Todaro (TODARO, 1970 apud BECKER, 1997), começaram a estudar a ocorrência das mudanças nas economias dos países em desenvolvimento e os fluxos populacionais que tinham tendência a acompanhar o desenvolvimento da indústria e da agricultura. Após tais estudos, a industrialização passou a ser vista como uma força propulsora das migrações.

Segundo Becker (1997, p. 332),

A visão neoclássica das migrações baseava-se num enfoque determinista: o fenômeno migratório estava reduzido à identificação e quantificação de algumas causas e efeitos. Ao considerar a migração de uma forma isolada e pontual, esse enfoque torna-se a-histórico e pretensamente apolítico, em oposição ao método histórico dialético.

De acordo com este ponto de vista, a desigualdade social deveria acompanhar o modo de vida de uma população, e esta não teria a escolha da mobilidade para tentar solucionar seus problemas.

Segundo Alves (2000, p.20) enquanto o modelo econômico do neoliberalismo defende a abertura comercial e financeira, a quebra das barreiras comerciais e o livre fluxo do capital rentista, sua prática social restringe a livre circulação dos cidadãos e constrói muros, reais ou legais. O autor trata dos preconceitos entre nações do terceiro mundo, no entanto, sua escrita retrata, também, a realidade dos migrantes nordestinos que procuram ultrapassar barreiras reais e, ao mesmo tempo, irreais na sociedade brasileira.

Becker (1997, p. 341) escreve ainda que:

Na sociedade capitalista, a mobilidade representa um meio para a reprodução do capital, uma vez que uma força do trabalho livre e móvel torna-se essencial para o processo de acumulação. Nesse sentido, uma massa de trabalhadores latentes ou estagnados, seguindo os movimentos do capital, representa um indicador de desenvolvimento capitalista.

Segundo a autora, a migração, conforme essa visão seria um mecanismo na produção da força de trabalho, visto que esta teria como objetivo a expansão do mercado de trabalho. A migração pode ser definida como mobilidade espacial da população, sendo esta um mecanismo de deslocamento que reflete em mudanças nas relações entre as pessoas e o ambiente físico. (BECKER, 1997, p.341)

Para que seja possível compreender a visão de Becker é necessário, primeiramente, analisar os motivos pelos quais um indivíduo decide migrar. Há dois enfoques que explicitam essa decisão, assim como o significado desta e as implicações da mesma. O quadro a seguir apresenta um paralelo entre o enfoque Neoclássico e Neomarxista para a migração.

| <b>Enfoque Neoclássico</b>                                                                                                                                                                 | <b>Enfoque Neomarxista</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Decisão de migrar:<br>- Ato de caráter individual, de livre escolha não determinado por fatores externos.<br>- Enfoque atomístico reduzido ao indivíduo; pretensamente neutro e apolítico. | Decisão de migrar:<br>- Migração como mobilidade forçada pela necessidade de valorização do capital e não como ato soberano de vontade pessoal.                                                                                                                                                                                             |
| Significado:<br>- Elemento de equilíbrio em economias subdesenvolvidas, especialmente as mais pobres.<br>- Industrialização e modernização como força positiva propulsora da migração.     | Significado:<br>- Resultado de um processo global de mudanças.<br>- Expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital.                                                                                                                                                                                                                 |
| Metodologia:<br>- Análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno.<br>- Enfoque causal, isolado e pontual das migrações.<br>- Considera as características individuais dos migrantes.  | Metodologia:<br>- Análise histórico-estrutural das migrações. Visão de processo.<br>- Enfoque dialético.<br>- Considera a trajetória dos grupos sociais.                                                                                                                                                                                    |
| Categoria de análise:<br>- O indivíduo                                                                                                                                                     | Categoria de análise:<br>- Os grupos sociais.                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Dimensão espaço-temporal:<br>- Deslocamento do indivíduo entre dois pontos no espaço (fluxos, linhas, pontos).<br>- Visão fixa de mercado de trabalho homogêneo e pontual.                 | Dimensão espaço-temporal:<br>- Movimento de um conjunto de indivíduos, num certo período do tempo, sobre o espaço geográfico. A trajetória pode apresentar vários pontos e ser de longa duração, pois representa um processo e não apenas fluxos isolados.<br>- Mercado de trabalho multidimensional em transformação no tempo e no espaço. |

**Quadro 2 - Paralelo entre os enfoques Neoclássico e Neomarxista em Migração.**

Fonte: BECKER, 1997, p. 344.

Observando o quadro 2, é possível crer que a decisão de migrar é tomada a partir do momento em que a pessoa se vê obrigada a deixar sua terra de origem por falta de condições de moradia, as quais deveriam ser básicas para toda a população.

Ressaltamos, ainda, que tanto no enfoque Neoclássico quanto no Neomarxista o significado das migrações está fortemente ligado ao capitalismo, como se este fosse o único

responsável pelo fator migratório. O capitalismo influencia não somente no capital propriamente dito, como também nos aspectos sociais da migração, como, por exemplo, a ausência de saneamento básico, educação e incentivos à agricultura de subsistência, no caso da migração campo-cidade.

Creemos que a metodologia de ambos é extremamente interessante, além disso, a dimensão espaço-temporal apresenta-se de forma intrigante. Contudo, julgamos que tais estudos seriam mais eficazes se fossem unidos, assim como a categoria de análise, desse modo, o migrante seria estudado como indivíduo e também como parte de um grupo social.

Conforme a Pastoral do Migrante (2003, p.7), as migrações representam o lado visível de fenômenos invisíveis. Os grandes deslocamentos precedem ou seguem grandes mudanças, sendo que estas podem ser econômicas, políticas, sociais ou culturais. Com efeito, a mobilidade humana é, geralmente, sintoma de grandes transições. Dentre essas transições, é possível observarmos migrações “forçadas” ou “compulsórias” que, segundo a Pastoral, não subestimam a existência e a importância dos deslocamentos livres e espontâneos, ou seja, o direito fundamental de ir e vir.

As migrações temporárias, também conhecidas como sazonais, estão relacionadas às safras agrícolas, em especial, neste estudo, à safra da cana-de-açúcar. O trabalho nas lavouras é o maior responsável pelos grandes fluxos de trabalhadores temporários que deixam sua terra natal e se dirigem às regiões sucroalcooleiras, como, por exemplo, o estado de São Paulo, em especial, às regiões de Ribeirão Preto, Campinas, entre outras.

A migração para os canaviais paulistas é extremamente influente nas migrações nacionais. Segundo Thomaz Júnior (2002, p. 50) até 2002 existiam no Brasil 360 unidades processadoras ou agroindustriais sucroalcooleiras que envolviam, aproximadamente, 1,5 milhão de trabalhadores com empregos diretos.

Segundo Matos e Baeninger (2001, p.19), o Piauí apresentou um grande volume de entradas e saídas no início da década de 1980, por volta de 30 mil pessoas. Já na década de 1990, aproximadamente 25% desses migrantes retornaram ao seu estado.

O processo de desconcentração econômica, amparado pelas políticas de incentivo ao investimento industrial no Nordeste, influenciou a migração nordestina na década de 1980, onde se destacaram os fluxos de retorno. (CUNHA; BAENINGER, 2000, p.130)

Segundo o Dossiê da Rota da Mobilidade Humana para o Interior Paulista, publicado pela Pastoral do Migrante (2003, p.7), o Censo Demográfico de 2000 revelou que menos de 137.669.439 habitantes residiam na zona urbana, o equivalente a 81,22% do total da população brasileira. Segundo o IBGE, em 1960, cerca de 13 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade. Esse número, dez anos após esse levantamento, ampliou para 15,5 milhões. Ainda segundo a Pastoral do Migrante (2003, p.7),

[...] até os dias atuais mais de 40 milhões de brasileiros migraram do campo para as cidades. Se levarmos em conta que a região sudeste concentra 72.282.411 habitantes, ou seja, 42,6% da população do país, e tem um percentual de urbanização da ordem de 90,52% fica ainda mais claro o crescimento da cidade em detrimento do campo.

Para que possamos compreender as migrações internas no território brasileiro, é preciso entender a formação histórica e cultural de nossa sociedade. No Brasil, o processo migratório ocorre desde a colonização. Há indícios de deslocamentos populacionais nos séculos XVII e XVIII, muitos destes possuíam como estímulo acompanhar o desenvolvimento das atividades econômicas, como a açucareira e a aurífera, respectivamente.

A fim de ilustrar tais asserções, podemos mencionar o grande deslocamento que ocorreu no país devido à abolição da escravidão, em 1888, fato que ocasionou um movimento que hoje conhecemos como êxodo rural, que, segundo Moraes, é a marca registrada de nosso país. (MORAES, FRAZÃO e JÚNIOR, 2008, p.260)

Além deste processo de deslocamento que ocorreu no Brasil, podemos citar ainda as expansões das fazendas de gado pelos sertões no Nordeste; a “marcha” dos cafezais no Sul e Sudeste e da borracha na Amazônia. Com efeito, todos esses processos contribuíram enormemente para futuras migrações internas de fuga para outras regiões.

De acordo com Moraes, Frazão e Júnior (2008, p.260), há quatro categorias de migrações de nordestinos no Brasil, sendo elas: migrações do campo para a cidade; avanço das frentes agrícolas; migrações sazonais e fuga das secas. Os autores afirmam que podemos também incluir as migrações por necessidade de mão de obra agrícola em São Paulo, estas que passaram a ocorrer a partir da década de 1960.

Dentre os vários motivos da migração nordestina, temos aquele em que os camponeses perderam suas terras e migraram para outras cidades da região. Outros mantiveram suas propriedades, porém a terra apresentava-se desgastada, não produzindo mais o suficiente para alimentar a família. Assim sendo, muitas famílias recorrem à migração como uma busca por melhores condições de vida. No caso dos migrantes nordestinos para o estado de São Paulo, o que observamos é que muitos homens vão para o corte da cana enquanto que as mulheres passam a trabalhar como diaristas ou na confecção de artesanato. (SILVA, 2008, p.89)

Segundo Matos e Baeninger (2001, p.24), nas últimas décadas, foi possível notar mudanças no padrão migratório no Brasil como, por exemplo, alterações no volume, intensidade e espacialização dos fluxos migratórios. Os autores ressaltam que na década de 1980 houve uma redução nas migrações interestaduais e um crescimento nas migrações para as regiões metropolitanas, sobretudo, para a região Sudeste.

Apesar do foco das populações migrantes ser as regiões metropolitanas, o crescimento destas regiões passou de 4,7% entre as décadas de 1960 e 1970 para 3,8% ao ano entre 1970 e 1980. A busca pelas metrópoles passou a diminuir de 1,99% em 1991 para 1,5% em 1996.

Assim, já era possível perceber que o perfil das migrações havia mudado e que os migrantes procuraram novas localidades para trabalhar e, até mesmo, trazer a família.

Ainda segundo os autores, nos últimos quinze anos, 70% do incremento populacional ocorreram devido ao crescimento de municípios não-metropolitanos. É interessante lembrar que o Brasil passou por um intenso processo de desruralização da população sendo que, em 1996, 78,4% da população brasileira viviam em cidades. (MATOS e BAENINGER, 2001, p.29)

Na década de 1990, o Piauí apresentou um grande fluxo populacional tanto de migrações de saída quanto migrações de retorno, num total de cerca de 30 mil pessoas. Vale salientar que a migração de retorno foi extremamente expressiva, já que compreendeu 25%.

Segundo Silva (2008, p.90), no início do século XXI, a migração continua a refletir disparidades regionais que se realimentam em um mesmo processo que pressupõe não só a circulação dos produtos, mas também a circulação da mercadoria trabalho.

Com o surgimento das usinas de cana-de-açúcar e álcool no estado de São Paulo, na década de 1960, surge o trabalho temporário nas lavouras de cana. Esse tipo de trabalho é extremamente interessante de ser analisado, pois, apesar de ser considerado temporário, segundo Silva, ele se define pela permanência do temporário, ou seja, o temporário que se repete indefinidamente (SILVA, 1999, p.68). Isso ocorre devido ao fato de que os trabalhadores, percebendo a continuidade do trabalho nos canaviais, vêem tal ocupação não como temporária, mas sim como algo contínuo. O corte da cana é, muitas vezes, a única alternativa de emprego dos migrantes. Neste contexto, o trabalho pode ser definido como temporário, devido aos contratos, mas a migração se repete de forma indefinida. Ao longo dos anos, o perfil do migrante tem mudado.

Segundo a Pastoral do Migrante (2003, p.8), no contexto da economia globalizada, os deslocamentos revelam as contradições do modelo neoliberal.

[...] o processo de globalização revela-se excludente, assimétrico e paradoxal. A concentração da riqueza e da renda nos estados Sul e Sudeste concentra igualmente as oportunidades de trabalho. A tendência é o crescimento do fluxo dos estados pobres em direção aos estados ricos. Ou seja, do Nordeste para o Sudeste, especialmente para o estado de São Paulo.

Atualmente, os indivíduos que buscam trabalho nas lavouras canavieiras do Sudeste brasileiro são jovens, a maioria do sexo masculino, com idade entre 18 e 40 anos, um limite etário raramente violado. Somente os mais fortes e hábeis, com vigor juvenil e força física, são selecionados para o trabalho. Geralmente são solteiros, mas alguns migram com esposa e filhos. Esses trabalhadores, cujas condições de vida em sua região de origem são precárias, têm a migração como alternativa de grande significado, já que, em termos de atividade geradora de renda, na região, os homens limitam-se ao trabalho no corte da cana, como se já nascessem destinados à migração.

Segundo Moraes, Frazão, Júnior (2008, p.277), há famílias nas quais os avôs foram migrantes para a construção civil (São Paulo); os pais também foram migrantes e hoje os filhos migram para trabalhar na indústria canavieira, o que os caracterizam como gerações à procura de trabalho no Sudeste brasileiro. Ainda segundo os autores, a herança migratória passa, assim, de pais para filhos, que se vêem obrigados a “sair pelo mundo”, como dizem, à procura de trabalho. Apesar disso, o trabalhador migrante não consegue migrar positivamente, pois o drama social da migração se repete geração após geração, inclusive em uma mesma família.

Compreendemos que a sobrevivência na região de origem dos nordestinos é extremamente difícil e que faz sentido migrar. No entanto, trata-se de uma relação social, na qual a migração temporária, que para muitos compensa, para outros é tida como não-compensatória, embora seja uma fonte de renda, principalmente, para a força de trabalho masculina. Além disso, mesmo quando a família não migra em conjunto ela está envolvida,

pois existe a espera pela volta dos migrantes, assim como a prometida ajuda financeira a ser enviada por eles.

Destacamos, ainda, que os estados do Piauí e do Maranhão são os dois principais fornecedores de trabalhadores agrícolas temporários para os canaviais, especialmente, paulistas, inclusive para o trabalho escravo. Isso foi comprovado em um diagnóstico realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG/PI) e pela Pastoral dos Migrantes. Essa pesquisa registrou que 93% dos trabalhadores migrantes piauienses são do sexo masculino e possuem idade entre 18 e 35 anos, ou seja, estão no auge do vigor físico; sendo que 91% destes trabalhadores são temporários e 71% possuem renda familiar, no local de morada, de até um salário mínimo. (MORAES, FRAZÃO e JÚNIOR, 2008, p.261)

Segundo Alves (2008, p.30),

O processo de trabalho nos canaviais é capaz de esclarecer a necessidade de trabalhadores tanto em seu aspecto quantitativo quanto qualitativo, e são esses aspectos que definem o perfil dos trabalhadores a serem contratados, o que demonstra a necessidade de homens, predominantemente jovens e migrantes.

Nos canaviais, o processo do corte de cana ocorre da seguinte maneira: o trabalhador deve cortar toda a cana de um retângulo com 8,5 metros de largura, contendo cinco ruas de cana (linhas em que é plantada a cana, com 1,5 metros de distância entre elas), por um comprimento que varia de trabalhador para trabalhador. O comprimento deste retângulo, chamado de eito, varia, pois depende do ritmo de trabalho e da resistência física de cada trabalhador. É o comprimento do eito que será o indicador do ganho diário de cada cortador, checado no final de cada dia. Esse comprimento é medido em metros lineares e multiplicado pelo valor do metro. (ALVES, 2008, p.30)

Segundo Alves (2008, p.31), o trabalho no corte de cana envolve um conjunto de atividades, entre elas:

- limpeza da cana, com a eliminação de seu pendão que não tem valor para as usinas porque praticamente não contém sacarose;
- transporte de cana até a linha central do eito, que possui três linhas (fileiras) sendo a central a terceira linha;
- arrumação da cana, depositada na terceira linha, para o carregamento mecânico.

O corte na base de tal cultura deve ser feito bem rente ao solo porque é no pé da cana que se concentra a sacarose. Além disso, o trabalhador não pode atingir a raiz para não prejudicar a rebrota.

O que determina a quantidade de homens necessários no corte da cana é a quantidade de talhões, unidade de pés de cana a serem cortados manualmente, geralmente, por volta de 60 homens. A presença de mulheres é raridade no corte da cana, visto que o trabalho é extremamente árduo e difícil, até mesmo, para homens considerados fortes. Isso ocorre porque o conjunto das atividades realizadas por um cortador de cana requer um desgaste de energia que pode ser comparado ao desgaste de um atleta corredor fundista. (ALVES, 2008, p.33)

Alves (2008, p.33) afirma ainda que,

Um trabalhador que corta seis toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento, por 8,5 metros de largura, caminha durante o dia aproximadamente 4.400 metros, despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes no dia.

Além de todo esse esforço, o trabalhador deve abaixar-se a cada 30 cm para que possa cortar a cana bem rente ao solo e, além disso, carrega vários tipos de feixes de cana cortados para a linha central. Isso significa que um trabalhador, que desempenhou tal atividade, transportou em seus braços seis toneladas de cana em montes, com peso equivalente a 15kg, a

uma distância que varia de 1,5 a 3 metros. Um trabalho tão desgastante causa nos trabalhadores câibras, desidratação e overdose de trabalho, denominado por eles de “birola”. Algumas usinas, para evitar o transporte dos trabalhadores até hospitais, levam para os canaviais soro fisiológico e suplementos energéticos para a reposição de sais minerais.

A partir do exposto, podemos dizer que migrar deveria ser uma decisão livre e não forçada pela sobrevivência. Para que isso se efetive, é necessário que a sociedade, em especial o Governo, se preocupe mais com o processo de exclusão da população sertaneja, possibilitando que esta tenha condições de se manter na terra natal, atitude que diminuiria a migração “forçada” e traria à tona a migração por “livre arbítrio”.

### **2.3. AS MIGRAÇÕES PARA O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO**

Devido à nova influência dos biocombustíveis, sobretudo, do etanol, um novo processo de expansão do Complexo Agroindustrial Canavieiro está ocorrendo. A partir de 2003, este entrou em uma nova fase de crescimento (ALVES, 2008, p.21).

Atualmente, um grande conjunto de trabalhadores provenientes do Piauí são volantes e migrantes pendulares nesse processo. A maioria dos migrantes são homens, jovens, que tem como objetivo principal ganhar dinheiro para sustentar suas famílias, que permaneceram no estado de origem.

Segundo Alves (2008, p.49), é necessário deixar claro que a migração é um movimento determinado pela expulsão, ou seja, os trabalhadores migram quando as condições de reprodução em seus locais de origem encontram-se comprometidas. Dessa forma,

Considera-se expulsão todo e qualquer fenômeno social, econômico, étnico-racial, religioso, político, natural ou de gênero que comprometa, no sentido de impedir, as condições de reprodução do grupo social, colocando a busca por outro local como única alternativa para a sobrevivência. (ALVES, 2008, p.49)

De acordo com os dados obtidos em pesquisas realizadas em Morro Agudo, podemos afirmar que no estado do Piauí ocorre um processo de expulsão, devido: à impossibilidade de os trabalhadores conseguirem boas terras para o plantio de subsistência; à impossibilidade de acesso a outras formas de renda e às condições climáticas que não auxiliam aqueles que possuem terras. Além disso, tais indivíduos não possuem recursos financeiros e tecnológicos para manusear suas propriedades.

Ainda segundo Alves (2008, p.50), duas situações têm impedido a sobrevivência dos trabalhadores no Piauí. Uma delas é a elevação do preço do arrendamento de terra, que é pago em produto, independentemente, das condições climáticas. A outra é decorrente da redução de terras disponibilizadas para o arrendamento.

A expulsão de piauienses de um lado e a demanda por força de trabalho, com determinadas qualidades para o corte de cana em São Paulo, de outro são condições necessárias e suficientes para demonstrar a existência de um processo migratório de trabalhadores assalariados rurais para o Complexo Agroindustrial Canavieiro (CAI) paulista. (ALVES, 2008, p.21) Uma grande parte desses trabalhadores somente retorna ao Piauí quando termina a colheita da cana-de-açúcar, geralmente, em dezembro.

Alves (2008, p.21 – 22) elucida ainda que, a migração de retorno ocorre somente se:

- a safra tiver proporcionado rendimentos suficientes para o pagamento da passagem de volta, que é mais cara que a de ingresso;
- os trabalhadores não tiverem ficado doentes na lida, tendo a saúde necessária para acumular dinheiro da entressafra;
- os trabalhadores tiverem sobrevivido ao trabalho no corte de cana e não tiverem, como outros, sucumbido ao excesso de trabalho em São Paulo;
- as esposas dos cortadores de cana, deixadas sozinhas por tanto tempo, sem notícias e com tantas dúvidas sobre suas vidas, não tiverem decidido por outra vida com outros homens.

Em um pronunciamento, o prefeito de Barra D'Alcântara (Piauí), Gilvan Ferreira dos Santos, afirmou que cerca de 30% da população do município, algo em torno de 1.200 pessoas, encontram-se no corte da cana. Além disso, segundo ele, cerca de 200 pessoas migram, semanalmente, para exercerem essa atividade no estado de São Paulo. Desse total, 80% têm como destino Morro Agudo. (MORAES, FRAZÃO e JÚNIOR, 2008, p.278)

Ainda segundo os autores, os próprios migrantes afirmam que “Morro Agudo está cheio”. Desde a década de 1990 vem diminuindo o número de empregos na região de Ribeirão Preto, de modo que, só entre 1993 e 1997, foram dispensados, na região, dois milhões de trabalhadores em decorrência da mecanização. (MORAES, FRAZÃO e JÚNIOR, 2008, p.276)

Devido às condições precárias nos municípios de origem, parece-nos que faz sentido migrar. No entanto, devemos compreender que para muitos migrantes esse processo compensa e para outros não   tão compensatório. Segundo Moraes, Frazão e Júnior (2008, p. 279 - 280), o corte da cana, no leque das possibilidades de geração de renda para a fôrça de trabalho masculina da região, é a principal estratégia de sobrevivência, o que contribui para a formação de uma cultura da migração temporária que se estende por gerações.

Migrar representa a materialização das aspirações de quem migra, como, por exemplo, a aquisição de bens como motocicletas, objetos de uso pessoal, casa e, na maioria das vezes, a sobrevivência da família ou a compra de suprimentos de alguma necessidade imediata.

Segundo Moraes, Frazão e Júnior (2008, p.281),

Compreender por que esses trabalhadores ainda migram tanto, mesmo em condições desfavoráveis, significa entender a problemática social da migração, que se expressa, inclusive, na obrigatoriedade da separação do meio familiar e social para ir ao encontro do estranho, rompendo, em certa medida, com o substrato sociocultural ao sair de uma sociabilidade mais estável para uma transitória, sentida como a falta de um lugar e expressa nas falas locais como ‘andar pelo mundo’, como se fora um fardo e um desalojamento.

Embora o convívio familiar seja estável, a renda não o é, sendo assim, a migração se torna obrigatória para o migrante que não encontra outra solução para sustentar e reerguer a vida. É certo também que essa sociabilidade da migração não é sentida apenas pelo migrante, mas também por seus familiares que ficam nos estados de origem. Naqueles que ficam prevalece um sentimento de dor, vazio, saudade e incompletude. No entanto, a migração temporária é vista de forma positiva, já que o reencontro ocorre em um tempo mais curto.

O governo federal, juntamente com o governo do Piauí, vem tentando desacelerar as migrações através de programas sociais como o Bolsa Família, Merenda Escolar, Vale Gás, além de instalações de núcleos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) nos municípios piauienses para que seja possível colocar em prática as ações do Programa de Agricultura Familiar do governo. No entanto, mesmo com a implantação de tais programas as migrações piauienses para outros estados brasileiros continua bastante expressivas. Segundo Wellington Dias, ex-governador do Piauí, tal estado possui aproximadamente 200 mil famílias beneficiadas pelo Programa de Agricultura Familiar (PÉ DE FIGUEIRA, 2011).

Em 2011 o Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome (MDS) cancelou 273.263 auxílios do Programa Bolsa Família, de um total de 1,1 milhão de famílias que precisaram passar por uma revisão cadastral no ano de 2010. Segundo o site Pé de Figueira (2011), 26.928 famílias foram selecionadas para atualizar seus cadastros, no entanto, destas, 20.928 famílias fizeram a atualização e 6.263 ficaram pendentes por não o terem efetuado. Tal programa social consome mensalmente R\$42.576.931,00 do governo e para que a atualização do cadastro seja realizada é necessário que a população beneficiada compareça à prefeitura de seu município a cada dois anos. Ainda segundo o mesmo site, aproximadamente 550 mil famílias perderam o benefício em 2010 por não terem comparecido nos recadastramentos (PÉ DE FIGUEIRA, 2011).

Procurando fixar a população no meio rural, o Governo criou o Programa Garantia Safra, o qual tem como objetivo assegurar a produção dos agricultores em caso de perdas por escassez ou excesso de chuvas. Tal programa vem atendendo, desde 2003, a 68.272 famílias, com um gasto de 61 milhões de reais em pagamento a agricultores prejudicados. (ACESSE PIAUÍ, 2011)

Segundo o site Terra Piauí (2010), devido aos programas sociais do governo, tem havido um recuo nas migrações nordestinas para o sudeste brasileiro. No site afirma-se ainda que, juntamente a tais programas, a formalização do emprego no Nordeste e o ganho real do salário mínimo tornaram possível a desaceleração do fluxo migratório.

Empresas de viação nordestinas registraram nos últimos cinco anos uma queda de 10% no número de passageiros entre cidades do estado para São Paulo, onde a maioria desses migrantes procura emprego nos complexos sucroalcooleiros (TERRA PIAUÍ, 2011).

Estudos realizados, na década de 1980, a respeito do Complexo Agroindustrial Canavieiro, previam que, por volta do ano 2000, não haveria mais trabalhadores assalariados rurais no corte da cana, isso porque o complexo havia iniciado um novo ciclo de produção denominado de “modernização perversa” (ALVES, 1989, p.27). O termo “modernização” foi empregado na época devido à chegada do progresso técnico no corte e no carregamento de cana. Tal processo ocasionaria a perda de milhares de postos de trabalho. Em Morro Agudo o fluxo de migrantes, apesar das perspectivas de corte mecanizado, continua sendo expressivo.

Ainda sobre a modernização perversa e a extinção dos cortadores de cana, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, houve uma luta contra as queimadas, mobilizando amplo conjunto de organizações da sociedade civil em torno de uma expressão: “Basta de queimadas! Queremos respirar” (ALVES, 1989, p.27). Oito anos depois, em 1998, foi decidido, então, pela Câmara Setorial Sucroalcooleira Paulista o fim da queima da cana no estado de São Paulo até o ano de 2006. Porém, logo em seguida, deputados decidiram que o

acordo de 1998 deveria se tornar Lei. Assim sendo, a Assembléia Legislativa estendeu o fim da queima da cana em São Paulo para 2034, ganhando a queima uma sobrevida de mais de 30 anos.

Como vimos anteriormente, o trabalho nos canaviais, apesar da modernização e do emprego de novas tecnologias, é extremamente árduo. A exemplo disso, temos que um cortador de cana na década de 1980 cortava em média seis toneladas de cana em um dia de trabalho, nos anos 1990 e na presente década os trabalhadores têm declarado que cortam no mínimo dez toneladas por dia (ALVES, 2008, p.27).

Ainda segundo Alves (2008, p.27), a desregulamentação parcial do setor e a abertura comercial brasileira foram os elementos essenciais da nova dinâmica do CAI canavieiro a partir da década de 1990. Com essa desregulamentação, o preço do açúcar e do álcool passou a oscilar livremente no mercado e a lucratividade depende da capacidade interna de gestão do negócio.

A seguir, apresentamos um novo paradigma na produção de etanol e açúcar, devido à redução de custos na produção destes:

- a adoção da mecanização do plantio e do corte da cana crua;
- a automação no controle de processos de produção industrial;
- o aumento da produtividade do trabalho, com redução do número de trabalhadores empregados;
- a busca de uniformidade de produtos;
- a adoção de inovações nos sistemas logísticos para transferência da cana-de-açúcar do campo;
- o aumento da produtividade agrícola, medida em quantidade de sacarose;
- o aumento da produtividade industrial da capacidade instalada;
- a contínua diferenciação de produtos (açúcar líquido, invertido e natural; produtos

certificados; ácido cítrico; leveduras; rações; energia elétrica; etc.);

- as mudanças empreendidas nas formas de gestão da força de trabalho, voltadas ao pagamento por resultados;
- a alteração nas relações com os atores situados a montante e a jusante, implicando perdas aos atores sociais com menor poder de barganha.

Ao observarmos os paradigmas apresentados por Alves percebemos que, visando maiores lucros, o trabalhador no corte da cana é quase totalmente esquecido, deixado de lado. Isso ocorre porque a maior característica da modernização do corte é a mecanização total do plantio e corte da cana crua, visto que a queima deverá ser banida conforme mencionado anteriormente.

Em 2002, as exigências para que houvesse mudanças/progresso no CAI passaram a ser ainda maiores, segundo Alves (2008, p.29), devido aos seguintes fatores:

- excelentes perspectivas do comércio interno e externo, tanto para o açúcar quanto para o álcool;
- elevação dos preços internacionais do petróleo, que ultrapassou a expressiva marca de US\$60,00 o barril (agosto de 2005);
- crescimento da demanda interna de álcool hidratado, em decorrência do sucesso dos novos modelos de automóvel chamados “Flex Fuel”, movidos tanto a álcool quanto a gasolina;
- o efeito do Protocolo de Kyoto que impõe a redução, por parte dos países signatários, das emissões de CO<sub>2</sub>, que tem provocado o crescimento da demanda externa por álcool anidro, fazendo-o despontar como uma nova *commodity* internacional;
- a incapacidade dos EUA, maior produtor mundial de álcool de milho, de atender ao crescimento da demanda interna por álcool e tão pouco da demanda externa, o que deixa esse mercado aberto ao álcool do Brasil;
- baixos custos de produção das *commodities* açúcar e álcool. Os custos de produção do

açúcar no Brasil situam-se entre 5,5 e 7,5 centavos de dólar por libra peso (equivalendo de R\$0,36 a R\$0,48 por quilo), enquanto o álcool hidratado apresenta custos internos de produção em torno de R\$0,30 o litro (ALVES, 2008, p.29);

- crescimento da produtividade do trabalho agrícola e industrial na região Centro-Sul do país.

Alves (2008, p.30) afirma que até 2009 seriam instaladas 89 novas destilarias/usinas, sendo 38 no Oeste Paulista e o restante em Minas Gerais (Triângulo Mineiro), Mato Grosso e Goiás, seguindo a tendência de expansão da área com cana, já expressada durante o Proálcool. Em São Paulo, a instalação de novas unidades prioriza a região Oeste. A estimativa era de que, até o ano supracitado, seriam investidos R\$13 bilhões no complexo canavieiro, aumentando a produção da cana em 80%.

Com a expansão das usinas em outros estados e um aumento da produção da cana estimado em 80% nos próximos anos, a demanda por mão-de-obra será grande e, até mesmo disputada, o que torna interessante conhecer melhor os caminhos e escolhas desses migrantes da região que irão acolher. Em Morro Agudo (SP) o processo de mecanização está acelerado, devido a uma decisão por parte do governo municipal e iniciativa privada. Alguns produtores locais têm adquirido colhedadeiras milionárias de cana-de-açúcar e, assim, iniciando a substituição do trabalho manual nos canaviais.

**CAPÍTULO 3**  
**A MIGRAÇÃO DE PIAUIENSES PARA A MESORREGIÃO DE**  
**RIBEIRÃO PRETO (SP)**

### **3. A MIGRAÇÃO DE PIAUIENSES PARA A MESORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO (SP)**

A mesorregião de Ribeirão Preto recebe uma grande quantidade de migrantes todos os anos, especialmente, no período da colheita da cana-de-açúcar. No entanto, para compreendermos o motivo pelo qual os migrantes se sentem tão atraídos por esta região, é necessário, primeiramente, conhecermos a história da ocupação do município.

#### **3.1. MORRO AGUDO-SP: UM HISTÓRICO**

O município de Morro Agudo (SP) está localizado na mesorregião de Ribeirão Preto, que compreende 66 municípios agrupados em 7 microrregiões, sendo estas, Barretos, Batatais, Franca, Ituverava, Jaboticabal, Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra. A população total da mesorregião é de 2.387.542 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, com um PIB de, aproximadamente 40 bilhões de reais (IBGE, 2008). As atividades sucroalcooleiras são a grande influência econômica desta região.

Morro Agudo está localizado na microrregião de São Joaquim da Barra. O surgimento de tal município está relacionado ao avanço de posseiros que desbravaram o interior do estado de São Paulo em busca de terras propícias à cultura do café, isso nas primeiras décadas do século XVIII. O povoamento de Morro Agudo teve início na Fazenda Invernada, sendo que este primeiro núcleo de povoamento se deu ao redor da Capela São José de Morro Agudo, santuário que foi construído em um terreno cedido pelos proprietários da fazenda. Essa fazenda era um grande latifúndio de propriedade da família Junqueira, descendentes de imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil por volta do século XVIII. Por estes e outros

motivos, a Fazenda Invernada foi considerada, por muitos anos, como um núcleo político e social da região.

Gradativamente, migrantes passaram a se instalar em pequenos lotes de terra fora do domínio dos Junqueira. Salientamos, ainda, que a maioria dos migrantes, naquela época, vinha de Minas Gerais devido à decadência da mineração e pelo fato de que o solo naquela região do estado de São Paulo se apresentava de maneira propícia à agricultura.

Em 1885, o que era apenas considerado um aglomerado de casas foi elevado à categoria de Freguesia. Por causa do desenvolvimento da agricultura na região, pouco tempo depois, tal freguesia passou a condição de distrito do município do Espírito Santo dos Batatais com o nome de São José do Morro Agudo. Finalmente, em 1934, tal município passou a ser denominado Morro Agudo.

No período em que Morro Agudo passava de distrito a município (40 anos), o desenvolvimento econômico da referida localidade superava o de seus vizinhos, além disso, o crescimento urbano era surpreendente (Quadro 3).

| <b>Ano</b>  | <b>Número de prédios</b> |
|-------------|--------------------------|
| <b>1925</b> | 136                      |
| <b>1926</b> | 235                      |
| <b>1927</b> | 271                      |
| <b>1928</b> | 289                      |
| <b>1929</b> | 297                      |

**Tabela 3 - Desenvolvimento da Sede do Distrito de Morro Agudo.**

Fonte: TONELLI, 2007.

Segundo Tonelli (2007), o quadro 4 trata do período que vai desde a autorização para a construção da estrada de ferro de Pontal a Morro Agudo, em 1925, até a inauguração da Companhia Estrada de Ferro Morro Agudo (CEFMA) em 1929. Sendo assim, podemos dizer que o aumento do número de prédios na época não ocorreu ao acaso, e sim devido à função a chegada da CEFMA. Após este fato, ocorreu, então, uma ampliação do espaço urbano. Em

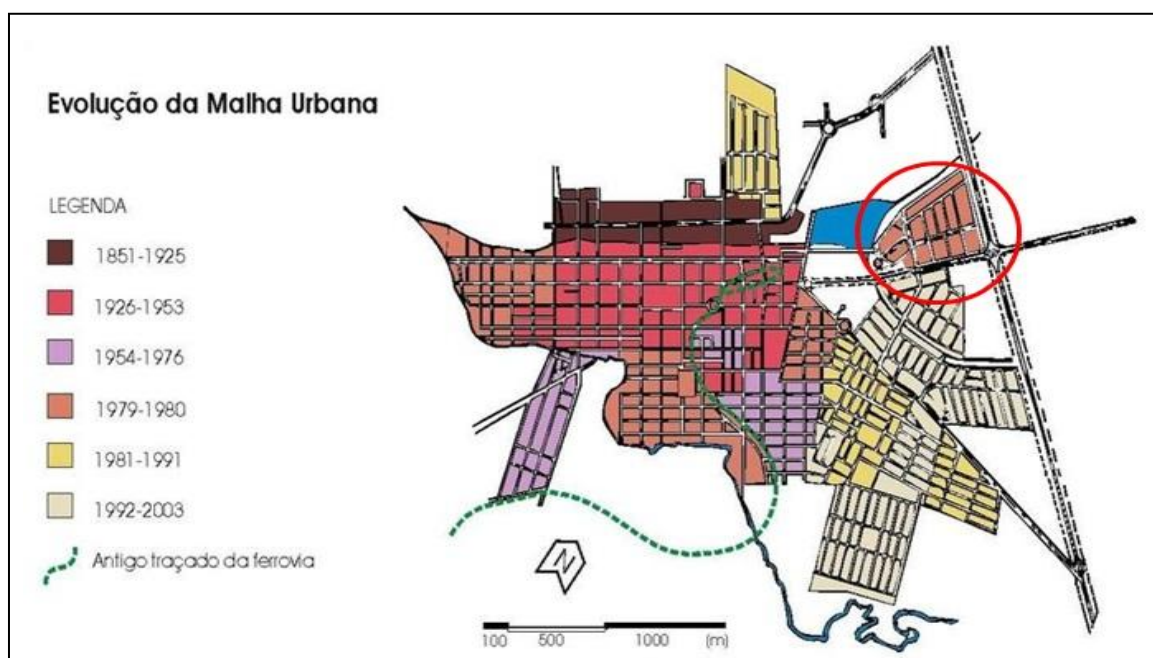
apenas quatro anos, o município de Morro Agudo cresceu, aproximadamente, 118,4%. No entanto, a CEFMA teve seu funcionamento paralisado em 1964 e seus trilhos retirados em 1966 (TONELLI, 2007. p.12).

Com efeito, a evolução da malha urbana de Morro Agudo se deu em períodos históricos de grande importância para o município. Primeiramente, no período de 1851 a 1925, Morro Agudo não passava de um vilarejo ao longo de uma estrada, hoje avenida XV de Novembro, servindo somente como local de reabastecimento e repouso para viajantes e boiadeiros. Com a chegada da estrada de ferro, em 1925, houve o crescimento apresentado quadro 4 devido ao desenvolvimento da CEFMA e as atividades cafeeiras.

Após uma forte queda na atividade cafeeira local, Morro Agudo continuou a crescer. Surgiu, então, em 1969, o primeiro bairro do município chamado Jardim São José. Posteriormente, outro bairro foi fundado, a Vila Martins; seguido pelo Jardim Silveira, sendo o último uma ocupação irregular (IDEM, p.17). No período entre 1979 e 1980, houve uma nova expansão no município com a criação de sete loteamentos novos. Naquele período, o Jardim Silveira começou a receber infra-estrutura básica para que fosse possível fazer parte da ocupação regular do município (Mapa 4).

Já nos anos de 1981 a 1991, houve muitos loteamentos de caráter social, isso ocorreu devido a quatro programas habitacionais que foram concretizados nesse período. Três destes foram destinados à construção de conjuntos habitacionais com casas populares. O quarto constituiu um loteamento onde ocorreu a construção de casas no sistema de “mutirão”.

A partir de 1992, a maioria dos loteamentos criados era de caráter privado. Ademais, apenas um programa habitacional foi concretizado. Este foi realizado por meio de uma parceria entre o estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Morro Agudo, sendo que esta última doou lotes à população, fundando, então, o Conjunto Habitacional Antônio José Abraão (TONELLI, 2007, p.17).



**Mapa 4 – Evolução da Malha Urbana de Morro Agudo – SP (1851 – 2003).**

Fonte: TONELLI, 2007.

Como observado no mapa 4 a respeito da evolução da malha urbana do município de Morro Agudo, percebemos o crescimento na ocupação municipal e também no número de bairros e de domicílios. As áreas mais recentes, 1981 a 2003, são compostas por novos bairros, entre eles, citamos o bairro Jardim das Silveiras, conhecido localmente como “A Vila”; onde a maioria da população migrante reside. Como pode ser visualizado no mapa, tal bairro está localizado na parte norte do município.

Segundo moradores morroagudenses, o município, antes repleto de campos de soja e de milho, passou por mudanças drásticas, uma vez que a produção dessas culturas foi reduzida a poucos hectares. Isso ocorreu porque o interesse dos produtores rurais sobressaiu pela cultura da cana-de-açúcar, por isso a maioria das propriedades rurais locais possui essa cultura. Como observado anteriormente, a área urbana do município é muito pequena. Dessa forma, a expansão da cana fica muito evidente. Nos dizeres de Silva (2008, p.55), um município como Morro Agudo pode ser considerado como “um mar de cana” que produz “um rio de álcool”. (SILVA, 2008, p.55)

Em meados da década de 1970, Morro Agudo passou a sofrer modificações em sua base econômica. Segundo registros da Prefeitura Municipal, o município sempre teve como base econômica a agricultura, no entanto, as culturas eram, em sua maior parte, compostas por lavouras de soja, milho, sorgo e grãos.

Na década de 1980, os produtores rurais começaram a enfrentar grandes dificuldades para manter suas terras e para encontrar mercado para suas lavouras, pois a cultura da cana-de-açúcar começava a se alastrar na região, fato que ocasionou a expulsão de pequenos e médios produtores. Além disso, muitos produtores eram coagidos a vender suas terras às usinas de cana-de-açúcar.

Já na década de 1980, os produtores rurais começaram a enfrentar grandes dificuldades em manter suas terras e em encontrar mercado para suas lavouras, pois a cultura da cana-de-açúcar já se alastrava na região. Esse fato contribuiu para que pequenos e médios produtores deixassem esse município, além disso, muitos foram coagidos a vender suas terras às usinas de cana-de-açúcar que se instalavam nas proximidades. Nesse contexto, Ribeirão Preto se tornou uma mesorregião de grande importância com relação às atividades sucroalcooleiras. Morro Agudo assim como São Joaquim da Barra, Orlândia, entre outros municípios, foi tomado pelos canaviais os quais representam a atividade agrícola de maior expressividade do município.

O gráfico 9 apresenta dados relacionados ao grau de urbanização do município de Morro Agudo relacionado ao estado de São Paulo e à região de Governo de São Joaquim da Barra, que compreende os municípios de Ipiã, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales de Oliveira e São Joaquim da Barra.

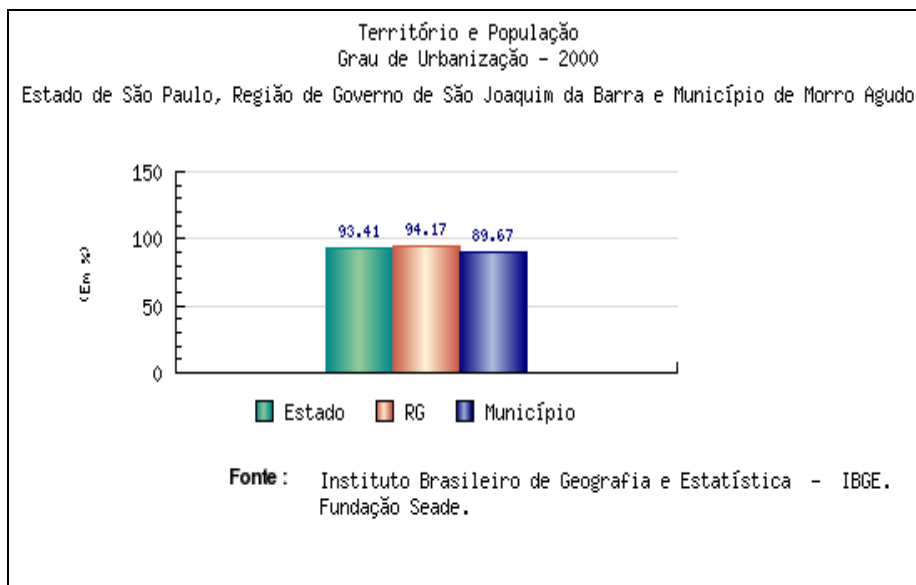


**Gráfico 9 – Grau de Urbanização no Município de Morro Agudo (SP), 2000.**

Fonte: IBGE, 2000.

Como examinado no gráfico 9, o índice de urbanização de Morro Agudo é alto, com 89,67% no ano 2000. Isso se ocorre porque a predominância da produção de cana em grande escala fez com que os pequenos produtores se mudassem para a cidade ou para outros municípios ou estados, como, por exemplo, Minas Gerais, uma vez que as usinas locais arrendaram ou compraram a maior parte das terras da região para o cultivo desta cultura.

Segundo o Censo de 2010, a população total do município é de 29.127, destes 27.918 residem na zona urbana do município, 95,85%, enquanto 1.209 pessoas residem na zona rural, 4,15% da totalidade da população residente no município. Sendo assim, podemos dizer que Morro Agudo é um município essencialmente urbano, mesmo que as atividades econômicas predominantes na localidade estão relacionadas à agroindústria.

Devido ao fato da economia municipal estar baseada no setor de agronegócios, podemos, novamente, perceber a influência da economia local na organização e na ocupação do espaço morroagudense, conforme demonstrado na tabela 4, a seguir.

| <b>Setor</b>                                                                        | <b>Número de Unidades Locais</b> | <b>Pessoal Ocupado</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------|
| Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração floresta                           | 181                              | 165                    |
| Indústrias de transformação                                                         | 50                               | 1156                   |
| Construção                                                                          | 9                                | 98                     |
| Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos          | 576                              | 1197                   |
| Alojamento e alimentação                                                            | 123                              | 163                    |
| Transporte, armazenagem e comunicações                                              | 169                              | 177                    |
| Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados | 16                               | 69                     |
| Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas                  | 40                               | 102                    |
| Educação                                                                            | 17                               | 125                    |
| Saúde e serviços sociais                                                            | 18                               | 169                    |
| Outros serviços coletivos, sociais e pessoais                                       | 86                               | 148                    |
| <b>Total</b>                                                                        | <b>1285</b>                      | <b>3569</b>            |

**Tabela 4 – Estrutura Empresarial de Morro Agudo – 2006.**

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2006.

Org.: Costa, 2009.

Por meio da interpretação dos dados apresentados no quadro 4, notamos que a economia municipal tem como base as atividades agropecuárias e outras a elas relacionadas. Desse modo, é importante compreender que a dinâmica das atividades agroindustriais inclui não somente atividades ligadas ao plantio, mas também atividades relacionadas à armazenagem, ao transporte, entre outras. Além disso, verificamos que no município de Morro Agudo existiam, em 2006, 3.569 pessoas ocupadas em 1285 unidades. Destas, 1157 pessoas estavam empregadas em 576 unidades de comércio, o que representa um total de 33,5% da população ocupada. Enquanto 1154 estavam trabalhando em 50 unidades de indústrias de transformação, ou seja, 32,3%. No setor agropecuário, por sua vez, apenas 165 pessoas em 181 unidades, ou seja, 4,6%. Estes números reforçam a importância do setor secundário e terciário para a economia local, visto que, juntos, somam 67% dos postos de trabalho existentes.

Como salientamos anteriormente, a atividade comercial também é de grande influência no município. Vale lembrar, ainda, que esta é impulsionada pelas atividades agropecuárias locais. Segundo alguns comerciantes, o lucro chega a aumentar de 20% a 40% na época da colheita da cana-de-açúcar. A tabela a seguir apresenta o PIB municipal no ano de 2007.

| <b>VALOR ADICIONADO</b> | <b>REAIS</b> |
|-------------------------|--------------|
| <b>Agropecuária</b>     | 118.858      |
| <b>Indústria</b>        | 180.427      |
| <b>Serviços</b>         | 213.611      |

**Tabela 5 – Produto Interno Bruto de Morro Agudo - SP, (IBGE), 2007.**

Org.: COSTA, A.L.S, 2011.

A partir dos dados apresentados na tabela 5, percebemos que as atividades agroindustriais, como dito anteriormente, representam as principais fontes de renda do município, proporcionando a este um Produto Interno Bruto de aproximadamente R\$299.285 em 2007. Enquanto que o PIB do estado de São Paulo era de R\$205.245.721 e do Brasil era R\$644.478.998 (IBGE, 2007).

Para que possamos analisar ainda melhor o perfil do município de Morro Agudo, devemos conhecer as principais produções agrícolas locais (tabela 6).

| <b>Cultura</b>               | <b>Produção (t)</b> | <b>Área Colhida (hectare)</b> |
|------------------------------|---------------------|-------------------------------|
| Algodão herbáceo (em caroço) | 1690                | 500                           |
| Amendoim (em casca)          | 2700                | 900                           |
| Arroz em casca               | 216                 | 80                            |
| Cana-de-açúcar               | 7626000             | 93000                         |
| Feijão (em grão)             | 176                 | 70                            |
| Milho (em grão)              | 5520                | 1550                          |
| Soja (em grão)               | 40500               | 15000                         |
| Sorgo granífero              | 195                 | 105                           |

**Tabela 6 – Produção Agrícola de Morro Agudo (SP) - Lavoura Temporária 2007.**

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2007.

Org.: Costa, A.L.S, 2009.

Na tabela em análise, notamos que a produção de cana-de-açúcar no município é, certamente, a mais expressiva. Por isso, pode ser considerada como a base da economia agrícola municipal com 93.000 ha, 83,6% de área colhida. O cultivo da soja, por sua vez, fica em segundo lugar, já que tem somente 15.000 ha, o que representa 13,4% da produção.



**Foto 1 – Vista Aérea de Morro Agudo (SP).**

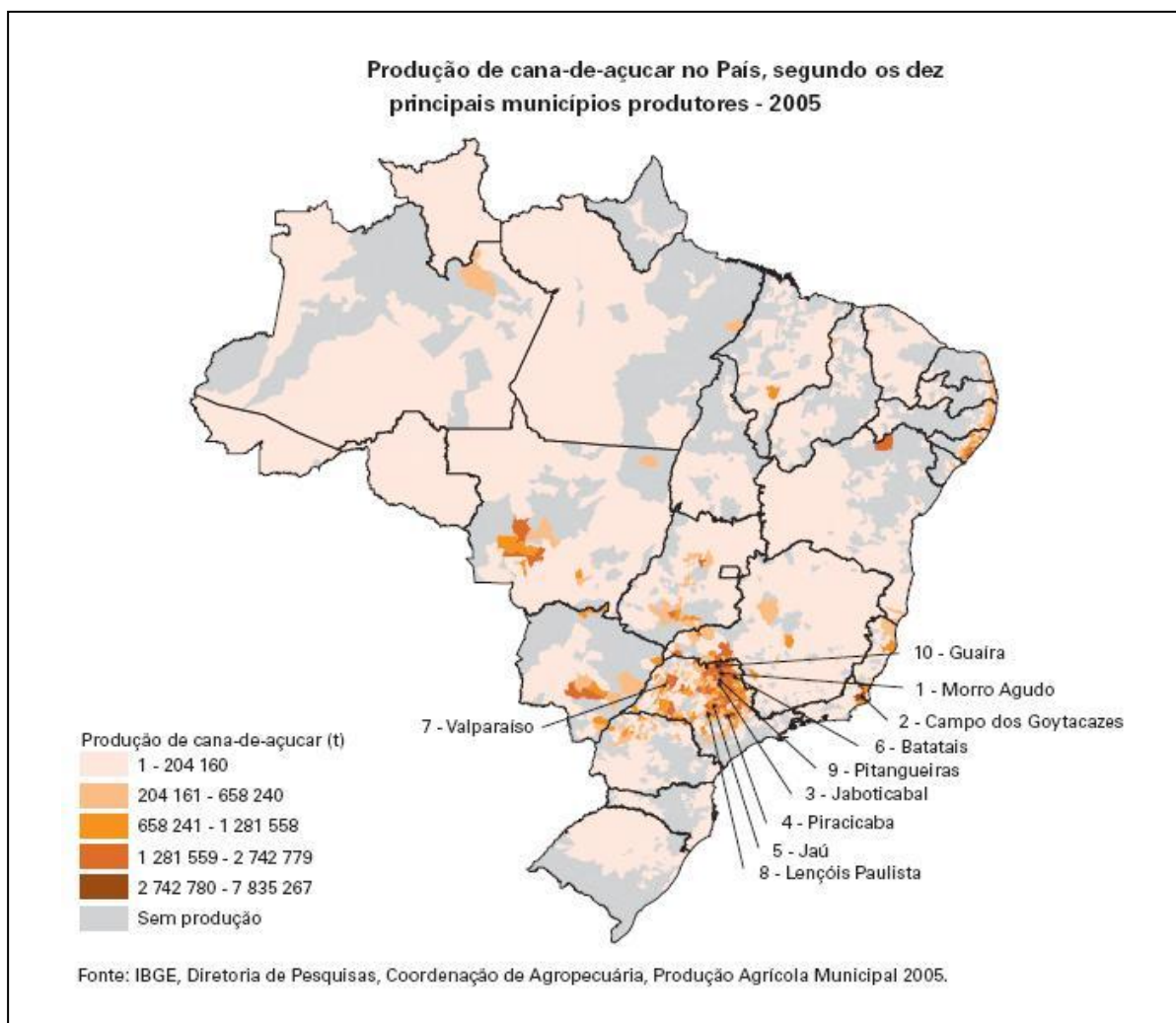
Autor: MOGIANA ON LINE, 2009.

Site: <http://www.mogianaonline.com.br> – Acesso em Março, 2010.

A foto 1 apresenta a vista aérea de Morro Agudo (SP). Nela é possível observar a mancha urbana rodeada pelos imensos canaviais que ocupam a maior área do município.

Segundo o IBGE (2005), Morro Agudo (Mapa 5) está em primeiro lugar no Brasil em produção de cana-de-açúcar, seguido por Campos dos Goytacazes (RJ), localizado no estado do Rio de Janeiro, e pelo município de Jaboticabal (SP), que ocupa a terceira posição no *ranking* nacional. Conforme se observa, o estado de São Paulo é tão expressivo no setor

sucroalcooleiro que apenas 1 dos 10 municípios de maior produção no setor está localizado em outro estado (Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, conforme citado anteriormente), conforme demonstrado na figura a seguir.



**Mapa 5 – Produção de cana-de-açúcar no País, 2005.**

Fonte: IBGE, 2005.

Site: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1293&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1293&id_pagina=1) – Acesso em Setembro 2010.

Um dos motivos pelo qual Morro Agudo se destaca na produção nacional de cana-de-açúcar se dá pelo fato deste possuir solos férteis e um relevo plano que favorece a mecanização das lavouras. Segundo o IBGE, a produção de cana em Morro Agudo, em 2005, foi de 7,8 milhões de toneladas, enquanto Campos dos Goytacazes e Jaboticabal foi de 3,8 e 3,6 milhões de toneladas, respectivamente. Enquanto os maiores produtores são encontrados

no estado de São Paulo, na maior parte do Brasil podemos observar uma produção de até 204.160 toneladas, o que demonstra que nessas localidades há produção de outras culturas, ou seja, a cana não constitui o principal produto agrícola. Seleccionamos a tabela a seguir a fim de apresentar o Censo Agropecuário do ano de 2006, em Morro Agudo, o qual pode ser esclarecedor quanto ao uso e a ocupação do solo no município.

| <b>Descrição</b>                          | <b>Número de Estabelecimentos</b> | <b>Área (hectare)</b> |
|-------------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|
| Estabelecimentos agropecuários            | 154                               | 40805                 |
| Estabelecimentos com Lavouras permanentes | 5                                 | 487                   |
| Estabelecimentos com Lavouras temporárias | 115                               | 31218                 |
| Estabelecimentos com pastagens naturais   | 83                                | 4721                  |
| Estabelecimentos com matas e florestas    | 73                                | 2523                  |

**Tabela 7 – Morro Agudo: Número e área dos Estabelecimentos Agropecuários em Morro Agudo, 2006.**

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Org.: Costa, A.L.S, 2009.

A partir do exposto na tabela 7, verificamos o número de área cultivada com diferentes tipos de lavoura. Dessa forma, podemos observar que o número de lavouras temporárias é expressivamente maior do que os demais cultivos. Além disso, notamos que a área de pastagens é maior que o número de matas e florestas.

Com efeito, os gráficos analisados sobre a economia de Morro Agudo reforçam a importância das atividades agroindustriais, tendo como sua principal fonte à cultura da cana-de-açúcar e as atividades industriais ligadas a este setor. Contudo, é importante ressaltar que as atividades relacionadas à cultura da cana-de-açúcar não se resumem ao campo, ao corte e à industrialização da matéria-prima, visto que a maioria das esposas de migrantes trabalham em fábricas têxteis locais, como empregadas domésticas, consultoras de cosméticos, artesãs, entre outras atividades. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro Agudo, são

poucas mulheres que trabalham no corte da cana, visto que a atividade é extremamente exaustiva e requer força bruta.

### **3.2. O FENÔMENO DA MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA MORRO AGUDO**

A dinâmica da migração de nordestinos ao município de Morro Agudo depende de vários fatores. O fluxo migratório de nordestinos se dá pela procura de trabalho numa região em que eles sabem que sua mão de obra é extremamente necessária. Quanto ao retorno desses migrantes, observamos que estes podem voltar ou não. Voltam quando têm dinheiro suficiente para pagar a viagem de retorno que, muitas vezes, é bem mais cara; ou quando não gastaram todo seu dinheiro em tratamentos médicos ou, até mesmo, quando têm alguém para quem voltar no Piauí.

Segundo Alves (2008, p.49),

É necessário deixar claro que a migração é um movimento determinado pela expulsão, isto é, os trabalhadores migram quando as condições de reprodução em seus locais de origem encontram-se comprometidas. Considera-se expulsão todo e qualquer fenômeno social, econômico, étnico-racial, religioso, político, natural ou de gênero que comprometa as condições de reprodução do grupo social, colocando a busca por outro local como única alternativa para sobrevivência.

Apesar da grande necessidade de mão de obra, com a migração e a cultura da cana-de-açúcar, surgiram diversos problemas nos municípios que sobrevivem dessa prática canavieira. Morro Agudo não escapa a essa realidade. Dentre estes problemas, os mais expressivos são de caráter social, econômico e ambiental. Ambiental devido à degradação que o cultivo da cana traz ao meio ambiente; social devido ao abismo econômico existente entre a população do município e os migrantes, que são tão marginalizados a ponto de residirem num bairro separado da população de Morro Agudo; e econômico pelo fato de que moradores e migrantes vivem de maneira diferenciada dentro do município.

O trabalho no corte de cana, além de extremamente cansativo, é considerado desumano, pois o grande esforço feito pelos cortadores de cana, por mais de 8 horas, provoca problemas de saúde. Há casos de vários cortadores que faleceram devido ao grande esforço realizado nos canaviais. Por mais que a queima da cana seja proibida por lei, diminuindo, em partes, o esforço dos trabalhadores, o corte ainda sim é de difícil realização, e a cana de árduo manuseio (Foto 2).

O trabalho do cortador de cana, denominado até recentemente como bóia-fria, é remunerado por produção, ou seja, de acordo com o que o trabalhador cortou no dia. Em Morro Agudo o preço da cana por tonelada cortado é de R\$3,35 a R\$3,40, ou cana crua de R\$4,88 a R\$4,90. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro Agudo a média salarial por dia é de R\$18,70, sendo assim um trabalhador precisa de uma produção de aproximadamente 6 toneladas para receber essa quantia em dinheiro. Tal critério utilizado para remuneração dos trabalhadores leva a exaustão e, até mesmo, a morte destes. (Pesquisa de Campo, março de 2011)



**Foto 2 - O Trabalho Árduo no Campo**

Autor: COSTA, A.L.S., 2008.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2008.

Para que possamos entender a dinâmica populacional do município em estudo, precisamos, primeiramente, saber quem reside neste local e suas atividades econômicas, pois

estas podem ser de grande valia na explicação da dinâmica local. O quadro a seguir representa o número de habitantes do município de Morro Agudo em 1980, 1991, 2000, 2001 e 2007 (Tabela 8).

| <b>ANO</b>  | <b>NÚMERO DE HABITANTES</b> |
|-------------|-----------------------------|
| <b>1980</b> | 17.381                      |
| <b>1991</b> | 21.191                      |
| <b>2000</b> | 25.386                      |
| <b>2007</b> | 25.390                      |
| <b>2008</b> | 28.205                      |
| <b>2010</b> | 29.127                      |

**Tabela 8 - População Residente no Município de Morro Agudo (SP) nos anos de: 1980, 1991, 2000, 2001, 2007, 2008 e 2010.**

Fonte: IBGE, 2010.

Analizando a tabela 8, podemos observar que a população de Morro Agudo apresentou um crescimento considerável entre as décadas de 1980 e 1990. Porém, este intervalo de tempo é grande em relação ao aumento no número de habitantes. Em 1980, o município possuía uma população de 17.381 habitantes, aumentando para 21.191 em 1991. Notamos, ainda, que o número de habitantes se apresenta praticamente homogêneo nos últimos anos. A partir do ano 2000, é possível observar uma constância no número de habitantes, pois passou de 25.386 para apenas 25.390 em 2007. No entanto, de 2007 a 2010 houve um aumento considerável na população, chegando à 29.127 habitantes. Tal aumento pode ser explicado devido a expansão da cana-de-açúcar e record de produção naquele ano.

Segundo dados do Censo do IBGE, em 2010 a população urbana de Morro Agudo era de 27.918 (95,85%) enquanto a população residente em áreas rural era de 1.209 (4,15%). Tal percentual dá ênfase ao fato de que, apesar da economia local ser voltada ao agronegócio, a maioria da população reside em áreas urbanas, o que demonstra uma relação campo-cidade diferenciada no município, reforçando o fato de que os canaviais dominam a paisagem agrícola, deixando pouco espaço aos produtores de outros tipos de cultura.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, até Março de 2011, há por volta de 4000 migrantes no município, entre estes, alguns escolheram fixar residência no município, enquanto pretendem migrar novamente para seu estado de origem quando a colheita da cana terminar, no mês de Dezembro. Alguns migrantes, ao retornar à sua cidade natal, após a safra, disseminam uma propaganda de uma vida melhor, de possibilidades de ganhar dinheiro e dar uma vida digna às suas famílias por meio do trabalho nos canaviais. Desse modo, no momento da nova colheita, geralmente, esse trabalhador, além de retornar à antiga ocupação, traz novos migrantes à Morro Agudo.

Por meio desse leva e traz de homens trabalhadores, segundo o governo municipal, os migrantes Piauienses representam, aproximadamente, 13,73% da população de Morro Agudo, durante o período da colheita. Tal migração não é bem vista pela população do município, pois o pensamento do morroagudense é que “migrante traz desordem”.

Segundo Antico,

O atual panorama diversificado dos deslocamentos populacionais já não possibilita mais análises restritas às formulações puramente econômicas ou do tipo atração-expulsão. Assim, as várias dimensões do processo migratório, incluindo a individual, envolvendo escolhas, estratégias e alternativas, adquirem papel relevante para o seu entendimento. (ANTICO, 1997, p.20)

Em Morro Agudo tem ocorrido, assim, um intenso processo de migração de trabalhadores vindos do Piauí, principalmente, devido à carência de mão de obra e à própria propaganda realizada por quem já lidou com essa realidade e voltou ao seu estado de origem, conforme já salientado. A maior parte dos migrantes é constituída por homens jovens, mulheres, crianças e adultos. No entanto, por causa de sua força e rendimento, os mais jovens são os que trabalham no corte da cana.

Durante uma conversa com uma migrante do Piauí, que se deslocou para Morro Agudo há 50 anos para fugir da seca nordestina e em busca de trabalho, ela relatou que, inicialmente, somente seu marido migrou para o município, mas, após adquirir condições de trazer toda a família, acabou fixando residência por lá. Hoje recebem aposentadoria e moram

num casebre com infraestrutura inadequada, conforme demonstrado na foto 3. Nesse local, residem familiares e outros moradores migrantes que trabalham no corte da cana.



**Foto 3 – Vista do Local de Residências de Vários Cortadores de Cana de Morro Agudo, 2008.**

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2008.

Autor: COSTA, A.L.S., 2008.

Ao examinar essas imagens verificamos um problema sério do município, que tem preocupado muito a Prefeitura Municipal, que é a especulação imobiliária. Isso porque a maior parte dos casebres não é de posse dos migrantes. Normalmente, um quarteirão inteiro tem apenas um único dono. Nesse local, estão construídos vários casebres. Num espaço para a construção de uma casa popularmente compreendida como normal, são edificadas diversos “barracos” com uma infraestrutura extremamente precária e aluguéis com preços exorbitantes.

A esse respeito, a Prefeitura, juntamente com as usinas locais, tem exigido que os proprietários dêem o mínimo de infraestrutura aos “barracos” como, por exemplo, o assentamento de azulejos nos banheiros, no mínimo até um metro e meio de altura, o encapamento dos fios elétricos, o conserto dos telhados, entre outros requisitos básicos, para tanto, as casas têm sido inspecionadas para constatar se há irregularidades nas mesmas.



**Foto 4 - População Migrante no Corte de Cana (Morro Agudo – SP)**

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2008.

Autor: COSTA, A.L.S., 2008.

De acordo com o governo municipal, em Morro Agudo, o número de migrantes é muito expressivo, tendo como base que o município recebe mão de obra, em sua maioria, de migrantes. Por isso, foi criado uma espécie de bairro afastado na cidade para que esses trabalhadores possam morar, o qual é conhecido localmente como “Vila”.

Segundo Silva (1999, p.211), o “bom cortador de cana” é aquele que sobreviverá por algumas safras, visto que o cansaço o esgotará em breve. Mesmo assim, apesar de Morro Agudo já ter recebido um expressivo número de piauienses, a migração no município continua crescente. Para corroborar com tal perspectiva, muitos daqueles que chegam não tem intenção de retornar à sua cidade natal.

Outra questão relacionada aos trabalhadores migrantes é os nomes pelos quais são chamados, criando uma espécie de identificação rotulada. No caso dos migrantes residentes provisória ou definitivamente, no município de Morro Agudo, estes são denominados de “Os Piauí”. Segundo Oliveira (1987, p.57), “não é apenas a situação de classe, mas esta travestida

numa diferença de etnias: em São Paulo e no Sul do Brasil, a herança da imigração estrangeira trabalha para criar o preconceito”.

Neste sentido, percebemos a importância da presença destes nordestinos não somente para o corte da cana-de-açúcar, mas também para o desenvolvimento econômico do município. Durante o período de corte da cana, a cidade é tomada por uma dinâmica completamente diferente. As atividades comerciais são impulsionadas pelo consumo destes migrantes, principalmente, porque muitos desses migram com suas famílias.

Por meio de conversas informais com esposas de migrantes, durante a realização da pesquisa de campo em 2008, notamos que estas sentem falta de trabalhar, pois, de acordo com elas, não há trabalho na cidade para aqueles que não têm escolaridade e no campo não se aceita mulheres para o corte de cana, apenas para recolher os tocos de cana que tenham ficado no canavial. Contudo, mesmo assim, os produtores contratam apenas algumas poucas mulheres para esse serviço.

Em Morro Agudo, observamos novas relações as quais são impulsionadas pela economia sucroalcooleira e pelas relações cidade-campo, conforme veremos a seguir. No que diz respeito às relações campo-cidade, o município de Morro Agudo apresenta 1.372 km<sup>2</sup>. No entanto, sua área urbana possui apenas 20km<sup>2</sup>. Sendo assim, podemos questionar a urbanização ou ruralidade de tal município, como José Eli da Veiga afirmou: “até o Estado Novo não havia lei que estabelecesse diferença entre cidade e vila”. Ainda sobre isso, Veiga (2003, p. 10) relata que,

As relações cidade-campo mudaram radicalmente na segunda metade do século passado. O espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio.

O autor discute se a referência “urbanização do campo”, devido à “industrialização da agricultura”, é realmente atual ou se, na verdade, hoje o “urbano” foi modificado pelo “rural”.

Com 95,85% da população do município vivendo na cidade, fica claro que em Morro Agudo o urbano foi, realmente, modificado pelo rural, visto que a cultura da cana-de-açúcar acabou expulsando os pequenos produtores rurais do campo levando-os a cidade ou outros municípios. O município se tornou essencialmente urbano e totalmente dependente das relações econômicas com as indústrias sucroalcooleiras.

Outra autora que aborda a questão cidade-campo é Bagli. Segundo ela, as modificações do urbano e do rural têm ocorrido de forma muito rápida. O urbano cresce não homogeneamente e nem toda mudança nele apresentada possui a velocidade apropriada para tal. (BAGLI, 2006, p.86) Sendo assim, as modificações ocorridas nem sempre são feitas de maneira correta e o crescimento não é estruturado. Já no rural, de acordo com a mesma autora, as relações cotidianas são construídas sobre um tempo ligado a uma certa lógica territorial, consolidando sua relação à natureza. No campo, tudo se expressa em um outro modo de vida, pois sua temporalidade é diferenciada, ou seja, o tempo é mais bem estudado devido aos hábitos agrícolas como o plantio, a colheita, a poda, a entressafra, entre outros. Assim,

O tempo é predominantemente ritmado pela lógica do intenso movimento, embora isso não seja regra para todos os espaços urbanos. No rural, a mudança é aparentemente pouco perceptível, e o tempo segue a cadência natural, embora com incursões de um tempo mecânico, mas que não se sobrepõe. (BAGLI, 2006, p.86)

Por mais que as mudanças no campo possam parecer pouco perceptíveis, para aqueles que lá trabalham ou dele sobrevivem, cada novidade tecnológica gera grande mudança e aprimoramento no plantio das culturas, assim como na colheita. Em decorrência disso, a velocidade das mudanças pode parecer um tanto quanto lenta se compararmos com a da cidade, porém no campo tudo acontece em seu tempo.

### **3.3. A CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MIGRANTE PIAUIENSE EM MORRO AGUDO**

Como analisado nos capítulos anteriores, a descontinuidade do processo de urbanização brasileira, especialmente, na região Nordeste, intensificou a migração. No caso de Morro Agudo, a expansão da indústria sucroalcooleira e os crescentes postos de trabalho motivaram uma grande quantidade de migrantes, interessados em “mudar de vida”, a buscarem nesse local melhores condições de sobrevivência.

O município de Morro Agudo recebe migrantes nordestinos desde a segunda metade da década de 1980. Nessa época, o Pró-Álcool incentivou a produção de Etanol, fazendo com que as indústrias sucroalcooleiras expandissem e buscassem cada vez mais mão de obra para o trabalho nos canaviais.

Chegando ao município, os migrantes, muitas vezes, residiam em áreas carentes, distantes da área central, onde as condições de vida não eram adequadas ou, até mesmo, precárias. Os governantes de Morro Agudo, percebendo a importância dos migrantes para o trabalho nos canaviais e para o comércio local, passaram a investir nos bairros onde a maioria da população migrante reside.

Um desses bairros é o Jardim das Silveiras (Foto 5), mais conhecido como “A Vila”, que passou a receber grande atenção por parte do governo municipal. Este realizou obras de grande relevância para a população local, como a construção de postos de saúde, escolas, creches, quadras de esporte e farmácias populares. Tais investimentos foram efetuados visando o bem-estar da população migrante, e, segundo informações da população local, visando os votos daqueles que tem residência permanente no município.



**Foto 5 – Avenida Localizada no Bairro Jardim das Silveiras, 2011.**  
 Autor: CHAPINA, F., 2011.

No lado direito da Avenida representada na figura anterior, uma das principais do bairro Jardim das Silveiras, está localizada a Escola Municipal Professor Lourenço Roselino, Foto 6.



**Foto 6 – Escola Municipal Professor Lourenço Roselino, 2008.**  
 Autor: COSTA, A.L.S., 2008.

A escola de Ensino Fundamental apresentada na foto 6, localizada no bairro Jardim das Silveiras, possui salas de aulas amplas e bem iluminadas, cantina, banheiros, sala de

vídeo, sala de artes e parquinho. A direção da escola informou que conta ainda com o apoio de uma nutricionista que cuida da qualidade das refeições dos alunos. Além disso, os discentes desta instituição recebem mochilas e material escolar cedidos pela prefeitura, a fim de padronizar o ensino e ajudar aqueles que não têm condições de adquirir os materiais escolares. (Pesquisa de Campo, 2008)

Para que fosse possível conhecer os problemas vividos pelos migrantes em Morro Agudo, desenvolvemos um roteiro de entrevistas a fim de padronizar nossas indagações. Nesse roteiro (Anexo 2), intentamos obter dados como: idade, local de origem, estado civil, nível de escolaridade, ocupação, local de trabalho, jornada de trabalho, entre outros. As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, no bairro Jardim das Silveiras. Além de utilizarmos o roteiro supracitado, ouvimos também relatos de migrantes a respeito assuntos diversos, como, violência e preocupações com o fim da queima da cana, fato que acarretara a perda de postos de trabalho nos canaviais.

Foram entrevistadas 55 pessoas, entre estes homens e mulheres. Nas conversas com migrantes, no bairro anteriormente mencionado, estes ressaltaram que a violência é crescente no município, especialmente, na “Vila”, onde os crimes ocorrem com frequência. Uma moradora relatou que, uma semana após a entrevista, realizada em 2008, uma pessoa havia morrido próximo a um orelhão, na esquina do posto de saúde, vítima de uma facada. Os moradores acreditam que a violência se dá devido ao baixo nível educacional da população migrante. Salientamos que mesmo com o auxílio da prefeitura, “A Vila” ainda possui diversos problemas a serem resolvidos, como, a violência.

De acordo com os dados obtidos durante a realização do trabalho de campo, constatamos que 25,5% dos migrantes nunca frequentaram a escola; 26,5% possuem o Ensino Fundamental incompleto; 15% Ensino Fundamental completo; 22% Ensino Médio incompleto; 11% Ensino Médio completo e nenhum dos entrevistados tinha Ensino Superior.

Conhecer a origem dos migrantes é de extrema importância para entendermos o contexto cultural e as possíveis causas de um nível de escolaridade tão baixo. Ao entrevistarmos os migrantes, os dados revelam que 96,4% destes são Piauienses e 3,6% são do Maranhão. Segundo os entrevistados, é possível encontrar pessoas de outros estados, mas, a maioria, assim como os dados obtidos demonstram, é oriunda do Piauí.

Para que possamos traçar ainda melhor o perfil dos migrantes, é necessário analisarmos o sexo e a idade destes. Entre os entrevistados, 63,6% eram homens e 36,4% mulheres. Destes, 56,4% trabalham no corte da cana; 20% são donas de casa; 7% são empregadas domésticas e 16,6% exercem outras atividades como, por exemplo, tratoristas, operadores de máquinas, confecções, artesanato ou na colheita de café. Das migrantes entrevistadas nenhuma trabalhava no corte da cana, mas, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro Agudo, há trabalhadoras nos canaviais que recolhem a “bituca”, pedaços de cana sobressalentes nos canaviais, e, raramente vão para o corte direto da cana, mas às vezes acontece. Na tabela a seguir apresentamos a faixa etária dos migrantes entrevistados residentes em Morro Agudo no ano de 2008.

| <b>Faixa Etária (anos)</b> | <b>Número de Migrantes</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
|----------------------------|----------------------------|------------------------|
| <b>15 a 20</b>             | 7                          | 13,0                   |
| <b>21 a 25</b>             | 17                         | 31,0                   |
| <b>26 a 30</b>             | 11                         | 20,0                   |
| <b>31 a 35</b>             | 6                          | 11,0                   |
| <b>36 a 40</b>             | 3                          | 6,0                    |
| <b>40 a 45</b>             | 4                          | 8,0                    |
| <b>Acima de 46</b>         | 6                          | 11,0                   |

**Tabela 9 – Faixa Etária da População Migrante Residente em Morro Agudo, 2008 (em %).**

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Org.: COSTA, A.L.S, 2010.

Como apresentado anteriormente na tabela 9, podemos verificar que entre os migrantes entrevistados, em 2008, 31% tinham idade entre 21 a 25 anos; 20% entre 26 a 30 anos; 13% tinham idade entre 15 a 20 anos; 11% tinham idade acima de 46 anos; 8% entre 40

a 45 anos e 6% entre 36 a 40 anos. Tais dados demonstram que mais de 50% dos migrantes que vêm para Morro Agudo são jovens e apenas 19% destes tem mais de 40 anos de idade.

Entre os entrevistados, em 2008, 74,5% eram casados; 12,7% amasiados; 9,2% eram solteiros e apenas 3,6% eram separados. Na tabela a seguir mostramos o número dos entrevistados que tiveram filhos e a quantidade destes.

| <b>Número de filhos</b> | <b>Número de Migrantes</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
|-------------------------|----------------------------|------------------------|
| <b>0</b>                | 16                         | 30,0                   |
| <b>1 a 2</b>            | 28                         | 51,0                   |
| <b>3 a 4</b>            | 6                          | 11,0                   |
| <b>5 a 6</b>            | 2                          | 4,0                    |
| <b>7 ou mais</b>        | 2                          | 4,0                    |

**Tabela 10** – Número de Filhos entre os Migrantes Entrevistados, 2008.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Org.: COSTA, A.L.S, 2010.

Observando a tabela 10 podemos constatar que a redução na quantidade de filhos por mulher entre os migrantes é muito semelhante à taxa de fecundidade brasileira apresentada pelo IBGE. Segundo este órgão estatístico, nas Regiões Sul e Sudeste, em 2006, o número de filhos por mulher era de 1,9 a 1,8 filhos, respectivamente. No Centro-Oeste, a taxa era de 2 filhos por mulher. No Norte e Nordeste, 2,5 e 2,2 filhos, respectivamente, enquanto, no Brasil, a média é de 1,97 filhos.

Estudos realizados pelo IBGE demonstram que a redução na quantidade de filhos se dá pelo fato de as mulheres receberem instruções sobre o uso de métodos contraceptivos, entre eles, os anticoncepcionais. A Prefeitura Municipal de Morro Agudo oferece, gratuitamente, pílulas anticoncepcionais a população morroagudense e às migrantes que residem no município. No entanto, acreditamos que está seja uma das possíveis causas dos migrantes residentes em Morro Agudo terem poucos filhos, visto que estes são constituídos, na sua maioria, por uma população jovem, visto que mais de 64% dos entrevistados tem

menos de 30 anos e, muitos deles, são recém casados, como foi relatado em conversas informais com vários entrevistados.

Segundo o IBGE, na década de 1970, as mulheres que tinham até 3 anos de estudo e cerca de 7,2 filhos, enquanto mulheres com 8 ou mais anos de estudo tinham 2,7 filhos. Em 2005, os índices eram de 3 e 1,4 filhos, respectivamente. Em Morro Agudo, por meio dos dados obtidos nas entrevistas, em 2008, mais de 80% dos migrantes tinham de 0 a 2 filhos, o que nos possibilita crer que o nível de instrução tem auxiliado no controle da taxa de natalidade.

### **3.4. A ORIGEM E OS FATORES DE EXPULSÃO E ATRAÇÃO DE MIGRANTES PARA MORRO AGUDO**

A migração do estado do Piauí para o estado de São Paulo é notória, como apresentado nos capítulos anteriores. Desse modo, para compreendermos as migrações é necessário termos conhecimento da origem dos migrantes e das características destas localidades.

De acordo com as informações obtidas na Secretaria de Administração Pública de Morro Agudo em 2010, há, no município aproximadamente 2000 migrantes temporários. Número esse que vem diminuindo gradativamente. Segundo Barbeti (2010), o número de migrantes começou a reduzir em 2008 devido o início da implantação da mecanização nos canaviais.

Por meio de entrevistas, realizadas em 2008, como anteriormente descrito, verificamos que 96,4% dos migrantes residentes em Morro Agudo vêm do estado do Piauí. A tabela a seguir destaca os principais municípios de origem desses migrantes.

| <b>Cidade de Origem – Estado do Piauí</b> | <b>Número de Migrantes</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
|-------------------------------------------|----------------------------|------------------------|
| Oeiras                                    | 13                         | 23,63                  |
| Novo Oriente                              | 8                          | 14,54                  |
| Inhuma                                    | 7                          | 12,72                  |
| Elesbão Veloso                            | 6                          | 10,90                  |
| Valença do Piauí                          | 5                          | 9,09                   |
| Francinópolis                             | 4                          | 7,27                   |
| Ipiranga                                  | 3                          | 5,45                   |
| Várzea Grande                             | 2                          | 3,63                   |
| Barra D’Alcântara                         | 2                          | 3,63                   |
| Outras                                    | 5                          | 9,44                   |

**Tabela 11 – Municípios de Origem dos Migrantes Entrevistados, 2008.**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Org.: COSTA, A.L.S, 2010.

Examinando a tabela 11 percebemos que 23,63% dos migrantes piauienses entrevistados que residem temporária ou permanentemente em Morro Agudo são oriundos do município de Oeiras, Piauí. Segundo Dom Juarez Sousa da Silva, Bispo de Oeiras, em visita realizada aos migrantes piauienses em Morro Agudo, em 2009, tanto a igreja quando a Prefeitura Municipal de Oeiras estão preocupados com o esvaziamento e o enfraquecimento da comunidade local. Ainda segundo o Bispo, essa migração é consequência da ausência de políticas públicas de sustentabilidade, o que fomenta a pobreza da população.

Ainda de acordo com os dados da tabela 11, é possível observar também que 14,54% dos migrantes são oriundos de Novo Oriente; 12,72% de Inhuma; 10,9% de Elesbão Veloso; 9,09% de Valença do Piauí; 7,2% de Francinópolis; 5,45% de Ipiranga e os municípios de Várzea Grande e Barra D’Alcântara com 3,63% cada. Dos entrevistados, 9,44% são oriundos de outras localidades, como, Presidente Dutra, Tanque do Piauí e Caraíba. O Mapa 6 representa os fluxos migratórios citados.

A maioria dos migrantes que reside em Morro Agudo tem sua origem na microrregião de Valença do Piauí. Esta microrregião é constituída por 14 municípios entre eles, Elesbão Veloso, Valença do Piauí, Francinópolis, Barra D’Alcântara e Várzea Grande. Ademais, a

população total estimada é de 103.193 pessoas, cerca de 3,63% do estado. (MORAES, FRAZÃO e JÚNIOR, 2008, p.263)

A economia da microrregião de Valença do Piauí tem como base a agropecuária, no entanto, não conta com a dinâmica do agronegócio. Além disso, os empregos são escassos no mercado formal de trabalho, e a estrutura de serviços básicos conta com 108 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 388 de ensino fundamental, 10 de ensino médio e 2 de ensino superior, além de 11 hospitais e 4 agências bancárias (IDEM, p. 264).

Os municípios da microrregião de Valença do Piauí, e Oeiras, tem uma economia essencialmente voltada a agricultura. A tabela seguinte apresenta o número da população total dos municípios de origem dos migrantes que têm como destino Morro Agudo, da capital Teresina, bem como a população urbana e rural dos mesmos.

| <b>Municípios</b> | <b>População Total</b> | <b>População Urbana</b> | <b>População Rural</b> |
|-------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| Teresina          | 814.439                | 767.777                 | 46.662                 |
| Oeiras            | 35.646                 | 22.001                  | 13.645                 |
| Novo Oriente      | 6.498                  | 3.280                   | 3.218                  |
| Inhumas           | 14.868                 | 7.294                   | 7.574                  |
| Elesbão Veloso    | 14.499                 | 10.119                  | 4.380                  |
| Valença do Piauí  | 20.325                 | 15.791                  | 4.534                  |
| Francinópolis     | 5.230                  | 3.271                   | 1.959                  |
| Ipiranga          | 9.326                  | 5.745                   | 3.581                  |
| Várzea Grande     | 4.336                  | 2.581                   | 1.755                  |
| Barra D'Alcântara | 3.852                  | 2.032                   | 1.820                  |

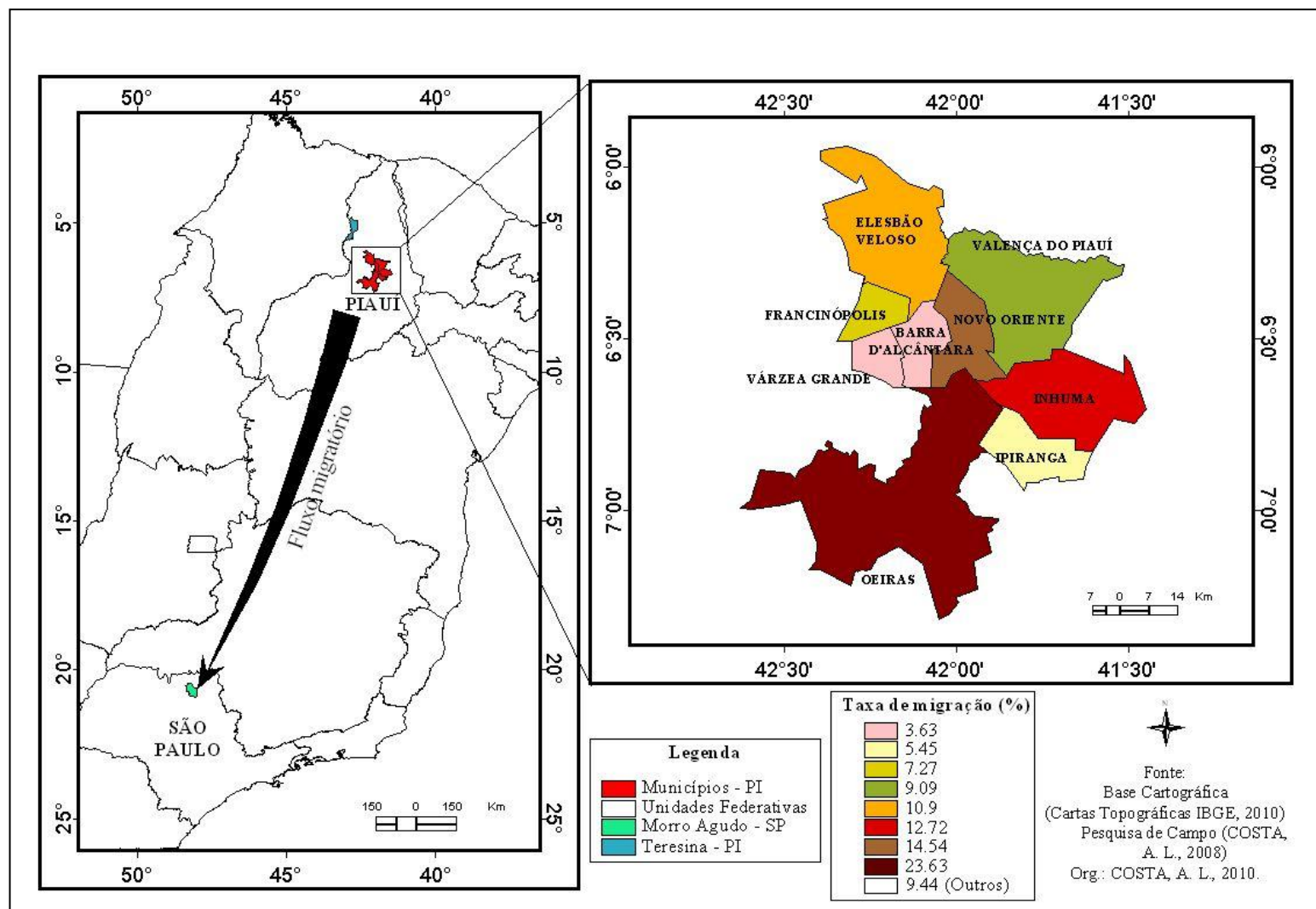
**Tabela 12 - População Total, Urbana e Rural dos Municípios da Microrregião de Valença do Piauí, Oeiras e Teresina (2010).**

Fonte: IBGE, 2010.

Através dos dados anteriores, apresentados na tabela 12, podemos observar que na maioria dos municípios a população urbana supera a rural. O município de Teresina, utilizado apenas para que possamos comparar os demais com a capital, possui 94,27% de sua população nas áreas urbanas e somente 5,73% nas áreas rurais. Os municípios de Elesbão Veloso, Valença do Piauí, Ipiranga, Francinópolis e Várzea Grande também apresentam esta característica. Elesbão Veloso possui 69,54% da população residente nas áreas urbanas e

37,46% nas áreas rurais; Valença do Piauí 77,69% e 22,31%, respectivamente; Ipiranga possui 61,6% e 38,4% e Francinópolis com 62,51% e 37,46%, respectivamente.

Alguns dados apresentados na Tabela 12 chamam a atenção. Conforme se observa, no município de Inhumas 50,94% da população total reside nas áreas rurais e 49,06% nas áreas urbanas, são 280 habitantes a mais no rural (7.574 pessoas moram nas áreas rurais enquanto 7.294 vivem na área urbana). Novo Oriente possui 50,48% habitantes residentes nas áreas urbanas e 49,52% nas áreas rurais, ou seja, 62 habitantes rurais a mais (3.280 no rural e 3.218 no urbano). Em Várzea Grande 59,52% da população total é urbana e 40,48% é rural; e Barra D'Alcântara possui 52,75% da população residente em áreas urbanas e 47,25% em áreas rurais.



Mapa 6 – Fluxo Migratório de Piauienses para Morro Agudo (SP)

Através dos dados anteriores podemos perceber que os migrantes vêm de municípios de realidades diferentes, principalmente no que diz respeito ao lugar de moradia. Os municípios da microrregião de Valença do Piauí e Oeiras têm uma economia essencialmente voltada para a agricultura. Mesmo que grande parte da população resida na cidade os mesmos desempenham atividades ligadas à agricultura.

Dados que poderiam nos auxiliar na compreensão da migração dos piauienses para o estado de São Paulo são os indicadores de exclusão social e privação dos municípios de origem dos mesmos, conforme podemos observar na tabela 13.

| Municípios         | IES%<br>Excluídos | Pop.<br>total | Pop.<br>Excluí-<br>da | Priv.<br>Água<br>(%) | Privação<br>saneamento<br>(%) | Priv.<br>lixo | Priv.<br>educação | Priv.<br>renda | Renda<br>(US\$/ mês) |
|--------------------|-------------------|---------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------|---------------|-------------------|----------------|----------------------|
| Teresina           | 22,82             | 715.360       | 163.274               | 10,08                | 21,88                         | 14,35         | 21,40             | 40,71          | 376,06               |
| Barra              | 54,73             | 4.107         | 2.247                 | 48,71                | 76,39                         | 78,17         | 27,00             | 84,14          | 102,42               |
| D'Alcântara        |                   |               |                       |                      |                               |               |                   |                |                      |
| Elesbão<br>Velooso | 55,79             | 15.002        | 8.369                 | 34,97                | 99,16                         | 56,23         | 36,30             | 83,56          | 106,05               |
| Francinópolis      | 55,66             | 5.254         | 2.924                 | 31,74                | 99,35                         | 78,45         | 30,40             | 86,45          | 87,84                |
| Várzea             | 55,36             | 4.475         | 2.477                 | 36,28                | 82,78                         | 63,72         | 36,40             | 84,32          | 101,25               |
| Grande             |                   |               |                       |                      |                               |               |                   |                |                      |
| Oeiras             | 36,2              | 33.910        | 12.275                | 16,2                 | 45,1                          | 65,7          | 25,3              | 25,2           | 350,00               |

**Tabela 13 – Exclusão Social e Privação de Alguns Municípios da Microrregião de Valença do Piauí e Oeiras, 2000.**

Fonte: MORAES, FRAZÃO e JÚNIOR, 2008. Censo Demográfico de 2000.

Analisando a tabela 13 podemos observar que mais de 50% da população residente nos municípios é, de alguma forma, excluída; se comparado com a capital do estado, Teresina, que apresenta 22,82% da população como excluída.

Dos municípios supracitados, todos apresentam privação de água para mais de 30% da população, enquanto Teresina apenas 10,08% sofre por esse tipo de problema. Ao tratarmos da privação de saneamento, os dados são ainda mais alarmantes, pois os municípios apresentam mais de 70% de privação. A exemplo disso podemos citar Barra D'Alcântara com 76,39% de privação de saneamento; Elesbão Veloso com 99,16%; Francinópolis 99,35%; Várzea Grande 82,78% e Oeiras 45,15, enquanto na capital 21,88% da população sofrem esse tipo de privação.

Quanto à privação de coleta de lixo, os municípios apresentam índices superiores a 50%. Barra D'Alcântara apresenta 78,17% de privação de coleta de lixo; Elesbão Veloso 56,23%; Francinópolis 78,45%; Oeiras 65,7% e Várzea Grande 63,72%. Na capital, Teresina, 14,35% da população é privada de coleta de lixo.

No quesito renda, na capital, 40,71% da população é privada de renda; enquanto Barra D'Alcântara apresenta 84,14% de privação; Elesbão Veloso apresenta 83,56%; Francinópolis 86,45%; Várzea Grande 84,32% e em Oeiras 25,3%. Como notamos na tabela 13, a renda por mês de um chefe de família era de US\$307,06 por mês em Teresina. Já no município de Oeiras a renda é de US\$350,00 por mês; enquanto em Barra D'Alcântara um chefe de família recebia US\$102,42; em Elesbão Veloso US\$106,45; em Várzea Grande US\$101 e em Francinópolis US\$87,84,25 por mês.

Segundo Moraes, Frazão e Júnior (2008, p.264), os municípios apresentados na tabela 14 encontram-se entre os índices 0,000 e 0,400 de exclusão social, sendo que quando maior o índice, melhor a situação do município.

Ainda segundo os autores, de acordo com dados do IBGE do Censo de 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Dinamismo Municipal (IDM) e o Índice de Dinamismo Econômico (IDE) são 0,00 nesses municípios. A atração de atividades econômicas e a progressão de capacitações profissionais são inexistentes (MORAES, FRAZÃO e JÚNIOR, 2008, p.296). Além disso, enquanto o IDH dos municípios acima citados era 0,00, o IDH Brasileiro era de 0,771. Já no estado de São Paulo esse índice era de 0,814; em Minas Gerais 0,766 e no estado do Piauí de 0,673. O município de Morro Agudo, no ano 2000, obteve o IDH de 0,767, um pouco abaixo da média brasileira.

Os dados apresentados esclarecem, pelo menos em parte, os motivos pelos quais a população migra, já que as condições de moradia nos municípios são extremamente

precárias e a renda é muito baixa, o que, por sua vez, acaba contribuindo para que os moradores busquem outros lugares onde possam melhorar as condições de vida.

| Municípios        | Indigentes (%) | Pobres (%) | Crianças Indigentes (%) | Crianças Pobres (%) | Intensidade da pobreza (%) |
|-------------------|----------------|------------|-------------------------|---------------------|----------------------------|
| Barra D'Alcântara | 50,2           | 72,48      | 64,99                   | 84,66               | 63,92                      |
| Elesbão Veloso    | 42,79          | 68,66      | 57,96                   | 80,25               | 57,22                      |
| Francinópolis     | 63,21          | 76,92      | 70,68                   | 87,01               | 67,73                      |
| Vázea Grande      | 45,39          | 68,65      | 62,51                   | 83,99               | 59,26                      |
| Oeiras            | *              | 55,10      | *                       | 53,90               | 61,64                      |

**Tabela 14 – Índice de Pobreza de Alguns Municípios da Microrregião de Valença do Piauí e Oeiras, 2000.**

Fonte: Moraes, Frazão e Júnior, 2008 – SIM Brasil.

\* Dados não encontrados.

Segundo os dados expostos na tabela 14, os índices de pobreza nos municípios da microrregião de Valença do Piauí são altos. Verificamos que o número de pobres, em todos os municípios apresentados, está acima de 60%. Além disso, a intensidade de pobreza é acima de 50%. Para ilustrar tais asserções, apresentamos a figura a seguir que mostra a proporção de municípios com incidência de pobreza acima de 50% em 2003.

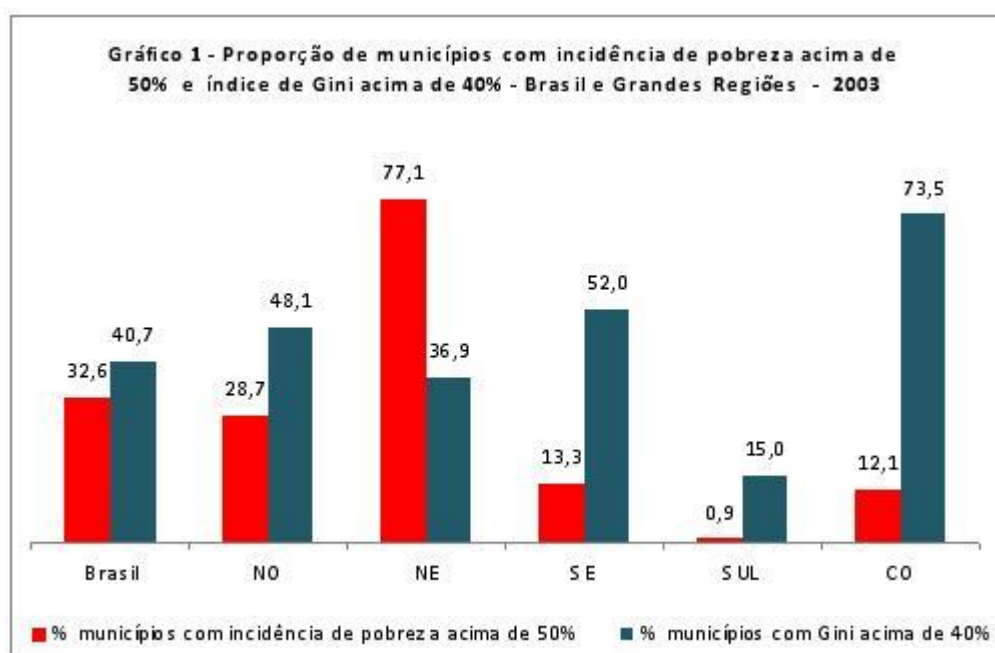


**Gráfico 10 – Proporção de Municípios Brasileiros com Incidência de Pobreza Acima de 50%, 2003.**  
Fonte: IBGE, 2003.

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1293&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1293&id_pagina=1) – Acesso em Setembro 2010.

Analisando o gráfico<sup>10</sup> podemos observar que a proporção de municípios com incidência de pobreza da região Nordeste é superior às demais regiões brasileiras com 77,1% de seus municípios. Em segundo lugar está a região Norte com 28,7%; em terceiro a região Sudeste com 13,3%; seguida pela região Centro Oeste com 12,1% e, em último lugar, a região Sul com 0,9% de municípios com incidência de pobreza.

Esses números, mais uma vez, ilustram as condições de vida da população nordestina e reforçam a idéia de que mesmo passando por importantes transformações econômicas e sociais, o Nordeste ainda configura-se como uma das regiões mais pobres e carentes do país o que incita o processo migratório, ainda que, na atualidade, a região tem recebido um fluxo significativo de migração de retorno. Após estas considerações sobre as condições de vida nos principais municípios de origem dos migrantes piauiense, passaremos a analisar as condições de vida dos migrantes oriundos do estado do Piauí em Morro Agudo.

### **3.5. AS CONDIÇÕES DE VIDA DO MIGRANTE EM MORRO AGUDO (SP)**

Com base nos dados apresentados anteriormente, podemos compreender melhor a realidade dos municípios de origem dos migrantes. Em virtude disso, é possível concluir que a migração é realmente vista como única alternativa de melhoria de vida. Logo, o migrante tem por objetivo fugir da pobreza e da fome, conseguir emprego e, por meio deste, adquirir bens materiais e dar melhores condições de vida às suas famílias. Contudo, ao chegar a Morro Agudo, os migrantes não encontram aquela realidade sonhada durante o caminho.

Um dos problemas vivenciados por esses indivíduos, ao chegar a Morro Agudo, diz respeito às instalações e às condições de moradia. Um número significativo delas

apresentam-se inadequadas aos mínimos padrões de sobrevivência. Em visitas realizadas à “Vila”, obtivemos informações de que grande parte dos que migram para a cidade vem sem a família e residem no município em casas de aluguel, pagas pelos próprios moradores. Na maioria das casas, normalmente compostas de 2 quartos, sala, cozinha e 1 banheiro, vivem cerca de 8 a 13 homens, que dividem um espaço minúsculo a fim de repartir as despesas e poder enviar parte do dinheiro à família que ficou no Piauí, conforme foto 7.



**Foto 7 – Residência temporária de cortadores de cana em Morro Agudo.**

Autor: COSTA, A.L.S., 2008.

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2008.

Em entrevista realizada com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro Agudo em 2010, estes relataram que a prefeitura, juntamente com a usina, tem fiscalizado as residências dos trabalhadores a fim de checar as condições em que vivemos cortadores de cana. Ainda segundo o sindicato, quando é encontrada uma quantidade elevada de pessoas residindo em apenas uma casa, que não tem condições de atender a todos, a usina dá um ultimato para que a situação seja resolvida. Caso

contrário aqueles trabalhadores não são contratados. O sindicato relatou que esta vistoria é realizada todo início de colheita.

Em conversa com alguns migrantes, estes disseram que Morro Agudo é um bom lugar para se viver, mas reclamaram do valor pago pelos imóveis de aluguel. Durante entrevistas foi obtida a informação de que os imóveis são, em sua maioria, de um mesmo dono.

A respeito do aluguel, a Prefeitura Municipal tem realizado visitas periódicas às casas alugadas a moradores migrantes, especialmente, na “Vila”, para que os proprietários possam adequar as moradias às normas municipais. Durante estas visitas, a Vigilância Sanitária Municipal observa se a fiação elétrica, se as condições sanitárias dos banheiros, bem como o estado do telhado estão de acordo com as normas municipais (Figura 3), como pode ser observado no Anexo 1, que apresenta um Auto de Infração, Imposição de Multa, Embargo, Advertência ou Infração.

Como abordado anteriormente, o governo do município tem ajudado ao máximo a população migrante no que diz respeito à saúde, à educação e à segurança, mas no quesito emprego, segundo os entrevistados, a administração municipal tem deixado a desejar. Inclusive, outra questão levantada pelos entrevistados que foram para Morro Agudo com suas famílias, é que suas esposas não conseguem emprego devido à falta de oferta de trabalho para as pessoas com baixo nível de escolaridade. Esta tem sido uma questão que o poder público municipal ainda não se manifestou.

Conforme Moraes, Frazão e Júnior (2008, p.277), os municípios mais procurados pelos migrantes na Mesorregião de Ribeirão Preto são: Orlândia, São Joaquim da Barra e, principalmente, Morro Agudo. Os autores afirmam que Morro Agudo é o município favorito dos migrantes da microrregião de Valença do Piauí pelo fato de que este é considerado por eles como um lugar de tradição de destino das migrações. Desse modo, Morro Agudo é tido como um ponto privilegiado de atração

por meio de redes sociais (parentesco, amizade etc.) que funcionam como mediadores do processo de migração.

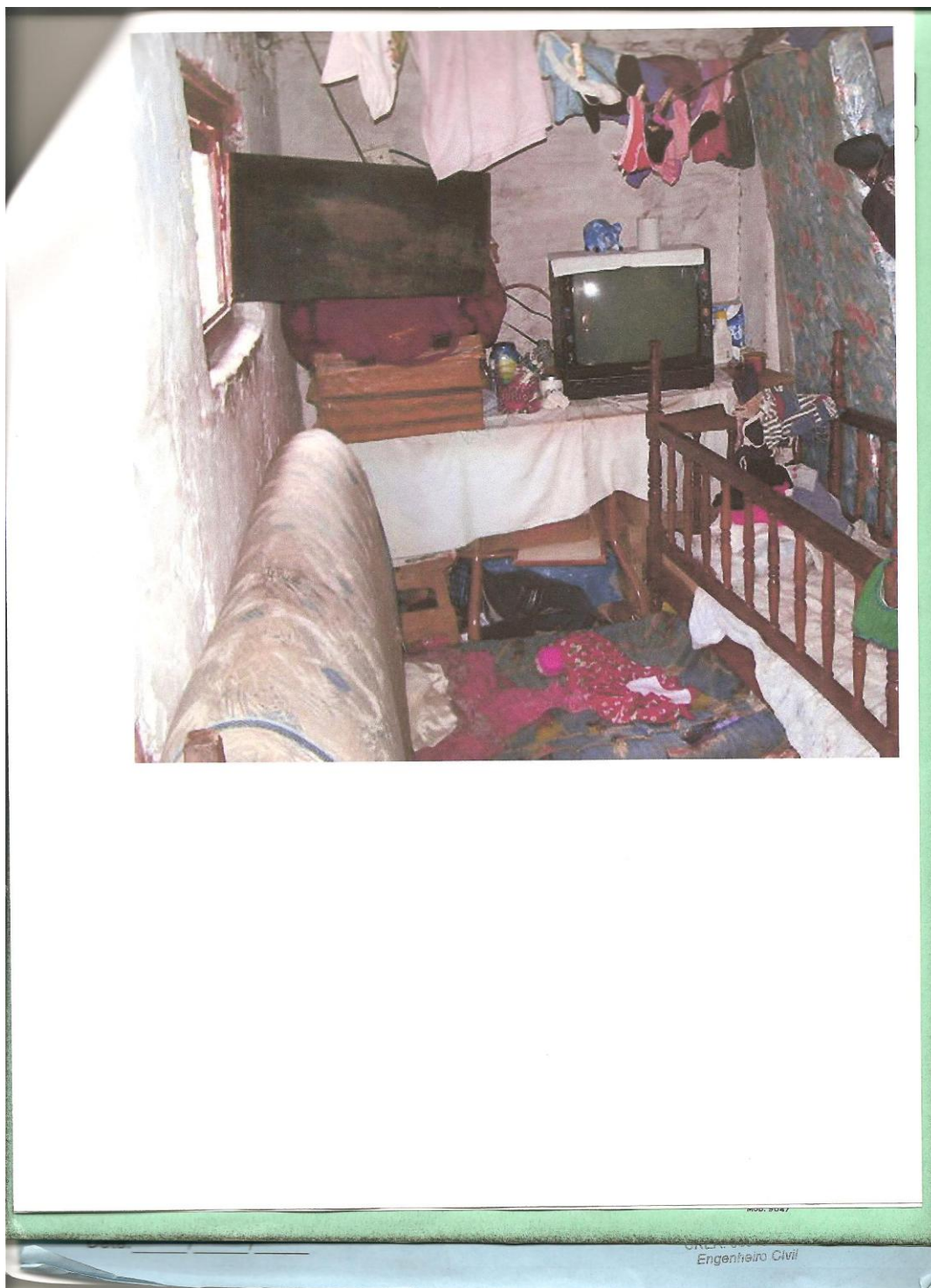


**Figura 3 – Foto de um Auto de Infração, Imposição de Multa, Embargo, Advertência e Intimação da Prefeitura Municipal de Morro Agudo (SP)**

Fonte: Vigilância Sanitária, Morro Agudo (SP), 2008.

Ainda segundo os mesmos autores, o prefeito de Barra D’Alcântara, até então, Gilvan Ferreira dos Santos, afirmou que em 2007 o município tinha, aproximadamente, 3.886 habitantes. Destes, cerca de 30% da população (por volta de 1.165 pessoas) estavam atuando no corte da cana. Ainda segundo o prefeito, 200 pessoas migram semanalmente para trabalhar nos canaviais, sendo que 80% destas (160 pessoas) têm como destino Morro Agudo.

A respeito do trabalho no corte da cana, durante entrevistas realizadas em 2008, houve relatos de migrantes que não gostam da lida no corte da cana devido ao fato do trabalho ser exaustivo. Alguns disseram que “não há nada de bom em cortar cana, pois é um serviço muito sofrido”. Outros afirmaram que “gostam do trabalho quando a cana é boa, do contrário o serviço fica ainda mais difícil”. Alguns entrevistados relataram, ainda, que são, muitas vezes, são humilhados por serem cortadores de cana. Outros migrantes afirmaram que o trabalho causa muita dor no corpo, especialmente, nas costas.

Quando perguntamos sobre o retorno ao estado do Piauí, a grande maioria afirmou sentir muita falta dos familiares e do município em que viviam, mas que voltar seria impossível, pois, como observado nos dados anteriores, e ainda, segundo os entrevistados, não há emprego nos municípios de origem. Por sua vez, existem alguns entrevistados que afirmam pretender retornar ao município de origem quando a safra terminar e por lá ficar. Todavia, a grande maioria tenciona visitar os familiares ou trazê-los, definitivamente, para Morro Agudo.

Uma preocupação crescente, não somente para os governantes municipais, mas também para os migrantes, é a respeito do futuro da profissão dos cortadores de cana, visto que esta tem data marcada para acabar. O que vai fazer essa quantidade vasta de trabalhadores sem experiência em outras áreas de trabalho, sem especialização e sem estudo? Como qualificar esses profissionais? Acreditamos que a resposta para estas

questões serão respondidas somente num momento próximo à mecanização total dos canaviais e, então, o problema estará grande demais para ser resolvido. Essa questão configura-se, portanto, como um grande problema social que tem que ser tratado pelas autoridades governamentais tanto de Morro Agudo quanto do estado de São Paulo e pelo próprio Governo brasileiro, que podem e devem adotar medidas que contribuam para a fixação do homem à terra, no seu local de origem.

### 3.6 AS USINAS SUCROALCOOLEIRAS EM MORRO AGUDO (SP)

O município de Morro Agudo está cercado por usinas sucroalcooleiras, entre elas, podemos citar as usinas Bela Vista, Aliança, Vale do Rosário e MB, sendo as duas últimas pertencentes ao Grupo Santelisa Vale, em grande expansão no Brasil.

A Santelisa Vale S/A é uma das maiores produtoras de açúcar e etanol no mundo. Compondo a sociedade da mesma estão às famílias Biagi; Junqueira, uma das famílias fundadoras do município de Morro Agudo; investidores *Goldman Sachs* e BNDESPAR, entre outros acionistas.

A maior parte de suas unidades, no Brasil, estão localizadas no estado de São Paulo, com um processamento de 18 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, atingindo, em 2008, uma produção de 800 milhões de litros de etanol e 25 milhões de sacas de açúcar de 50kg. (SANTELISA VALE, 2008)

A rede de usinas tem gerado energia elétrica a partir de biomassa mantendo, além da autossuficiência de seus complexos industriais, um excedente exportado de 400 mil Mwh, que, segundo a usina, é o suficiente para atender uma cidade com mais de 1 milhão de habitantes. Algumas parceiras de tal empresa são a *Amyirs Biotechnologies*, especializada em biocombustíveis; *BP* e o *Grupo Maeda*, grandes grupos petrolíferos; entre outros.

Segundo notícia do Jornal Voz, online, em abril de 2009 o grupo Santelisa Vale S/A teria se unido a uma empresa francesa, *Louis Dreyfus Commodities* (LDC). A notícia foi dada como o início de uma sociedade, onde a LDC injetaria recursos no grupo para o aumento de capital. Segundo o jornal, juntos os grupos teriam a capacidade de processar 40 milhões de toneladas de cana por safra; mesmo assim, perderiam para a COSAN, líder brasileira e mundial de tal segmento, com capacidade para moer 60 milhões de toneladas de cana. (JORNAL VOZ, 2009)

A *Louis Dreyfus* entrou no setor sucroalcooleiro em 2000, através da compra da usina Cresciumal, de Leme. Logo após adquiriu outras duas usinas: São Carlos (SP) e Luciânia (MG). No início de 2007 comprou o grupo Tavares de Melo, com sede no Nordeste brasileiro.

Anterior a sociedade com a LDC, o grupo Santelisa Vale tinha pretensões de avançar para a região do Triângulo Mineiro, mais precisamente para o município de Santa Vitória. No entanto, a forte tentativa de expansão do grupo gerou dívidas ao mesmo, causando uma desaceleração nos planos da mesma. Segundo o Jornal Voz as dívidas da Santelisa giravam em torno de R\$3 bilhões em 2009 e, a maior parte desta, foi contraída durante o processo de fusão entre a Santa Elisa e a Vale do Rosário, com os bancos Bradesco e Itaú. Ainda segundo o Jornal, a escolha da LDC como sócia foi vital para evitar a falência do grupo.

Em junho de 2009, em meio à crise, funcionários da Santelisa Vale de Morro Agudo fizeram uma paralisação reivindicando melhorias salariais. De acordo com o Jornal Voz, os funcionários deveriam ter recebido a participação dos lucros da empresa, pago todos os anos. No entanto, esse pagamento havia sido adiado três vezes pela empresa naquele ano. Outro motivo da paralisação seria um suposto aumento que a Santelisa havia prometido durante a safra, e, ao contrário do combinado, a empresa teria reduzido o salário. Ainda segundo o jornal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Morro Agudo pretendia negociar com a empresa um aumento de 5,83%; até então o que estava sendo cumprido pela usina era a estabilidade de emprego e um aumento no ticket alimentação de R\$150,00 para R\$175,00.

Segundo a reportagem do site do Jornal Voz (2009), além da má remuneração dos cortadores de cana, estes também eram obrigados pela usina a abrirem contas-corrente, ao invés de contas-salário, no Banco Bradesco. Ainda segundo o site, o Banco Bradesco, em 2008, era um dos principais acionistas do grupo Santelisa Vale, situação esta que deveria ter sido denunciada às autoridades na época, visto que se tratava de um tipo de coação.

A grande preocupação dos morroagudenses desde que a *Louis Dreyfus Commodities* se associou à *Santelisa Vale* é de que o capital produzido pelo grupo não fique no município, não traga a este crescimento econômico. No entanto, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, a empresa, juntamente com o governo municipal, tem oferecido incentivos aos funcionários da mesma para que estes possam se especializar e continuar no grupo após a mecanização das lavouras. No entanto, como se sabe, tais oportunidades abrangem somente uma pequena parcela dos trabalhadores.

Estes são alguns dos problemas que os migrantes terão que enfrentar num futuro muito próximo. Aliás, não somente os trabalhadores dos canaviais, mas toda a população de Morro Agudo, pois tais mudanças irão repercutir nas questões sociais, econômicas e ambientais do município, trazendo conseqüências a todos. Nesse contexto, torna-se imprescindível que as esferas municipais, estaduais e nacionais comecem a se preocupar com o futuro dos territórios da cana no Brasil e as condições de trabalho da população, particularmente dos cortadores de cana.

## **CAPÍTULO 4**

### **OS IMPACTOS GERADOS PELA PRODUÇÃO DE CANA-DE- AÇÚCAR EM MORRO AGUDO (SP)**

#### **4. OS IMPACTOS GERADOS PELA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM MORRO AGUDO (SP)**

No presente capítulo pretendemos apresentar alguns dos impactos que a cultura da cana-de-açúcar pode acarretar, como, por exemplo, os impactos sócio-econômicos, ambientais, trabalhistas e fundiários.

O avanço dos canaviais na região Centro-Sul do Brasil tem gerado impactos ambientais, sejam estes diretos ou indiretos. O Etanol surge como um substituto ao petróleo, tendo por finalidade combater o aquecimento global devido à necessidade de menores emissões de carbono. No entanto, a produção de etanol pode causar danos à biodiversidade brasileira, aos recursos hídricos e à qualidade do ar. (REPORTER BRASIL, 2008, p.18)

De acordo com uma pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2008, os sistemas de produção de açúcar e álcool podem causar grandes impactos ao meio ambiente. Contudo, as consequências que estes podem produzir ao meio ambiente, de forma global, são ainda desconhecidas. Os pesquisadores da Embrapa afirmam que os impactos causados pela cana são sócio-econômicos e ecológicos. Entretanto, esses impactos podem ser menores devido ao desenvolvimento de novas tecnologias, como, por exemplo, o controle biológico da broca da cana e a colheita mecanizada de cana crua, sem a necessidade da queima.

As queimadas nos canaviais é um assunto que tem sido discutido há anos. Para que a queima seja controlada, o Governo tem acompanhado processos de licenciamento e fiscalizado alguns processos nos canaviais. A preocupação com esta questão é crescente devido ao fato de que a queima da palha da cana, como método facilitador da colheita manual, causa grandes danos ambientais devido à poluição atmosférica. Além disso, a grande quantidade de fuligem, proveniente da queima, causa também problemas respiratórios nos habitantes que residem próximo aos canaviais. Não podemos deixar de

mentonar, ainda, os impactos provocados na fauna e na flora da região onde ocorre a queima.

Ainda sobre as queimas, segundo a organização não-governamental Repórter Brasil, o lançamento na atmosfera de ozônio e substâncias potencialmente danosas à saúde humana atinge, especialmente, os cortadores de cana, pois trabalham diretamente com os resíduos da queima, sendo que alguns destes são considerados cancerígenos. Ainda segundo a ONG, a emissão de grandes quantidades de gás carbônico, em decorrência das queimas da palha da cana na atmosfera, potencializa o risco de incêndio em áreas de florestas e matas ciliares, além da destruição da fauna. Tal ONG ressalta que, em 2008, o setor sucroalcooleiro brasileiro foi campeão de multas no estado de São Paulo devido à emissão de poluentes.

Durante o ano de 2008, na mesorregião de Ribeirão Preto, a queima da cana foi proibida devido à baixa umidade relativa do ar, que vinha causando grandes problemas respiratórios na população local, acentuada pela queima da palha da cana. Para diminuir tal impacto, o governo do estado reduziu, num acordo em 2007, os prazos para o fim de tal prática de 2022 para 2016. No entanto, em 2010, esse prazo foi repensado e prolongado para 2020. Os ambientalistas esperam que com a imposição de um prazo para o fim da queima da palha da cana faça com que as usinas acelerem o processo de mecanização da colheita, o que resultaria na extinção das queimadas nos canaviais.

Com a minimização dos impactos ambientais em decorrência da proibição da queima da palha da cana, surge outro impacto, porém não no meio ambiente. A preocupação crescente é a diminuição dos postos de trabalho no corte da cana. Segundo pesquisas levantadas pela Repórter Brasil (2008, p.23), os cortadores de cana desempregados pela substituição do corte manual pela mecanização podem trabalhar em outras funções no setor sucroalcooleiro.

Para que isso ocorra, a iniciativa privada e o Governo Federal deverão investir em cursos para qualificar esses trabalhadores. Se tal iniciativa não se efetivar, vivenciaremos um o impacto social-econômico que será gerado pelo desemprego de milhares de trabalhadores do setor sucroalcooleiro. O que tais trabalhadores vão fazer? Como qualificar tantos trabalhadores em tão pouco tempo? Haverá ajuda por parte do Governo? Haverá interesse por parte destes trabalhadores? Apesar de tantos questionamentos, pesquisadores entrevistados pela Repórter Brasil se dizem otimistas e acreditam que, com o apoio do Governo, a situação poderá ser resolvida.

Ao pensarmos na situação dos trabalhadores no corte da cana, não podemos desassociá-los das usinas empregadoras. Segundo artigo publicado pela organização não-governamental Repórter Brasil, em 2008, a atividade dos cortadores de cana está inteiramente ligada ao balanço financeiro das usinas de açúcar e álcool, pois, quando estas não operam com lucro, não há dúvida sobre quem são os mais prejudicados.

Ainda segundo a referida ONG (2008, p.9), as dificuldades enfrentadas pelo setor sucroalcooleiro, ao longo de 2008, atingiram diretamente a remuneração dos trabalhadores, em especial, daqueles envolvidos com o corte da cana. Por esse motivo, o ano de 2008 ficou marcado como o ano em que houve o maior número de protestos na porta das usinas. Tais manifestações foram tão proeminentes que sindicalistas consideraram que seria quase possível mobilizar uma greve geral dos cortadores em todo o estado de São Paulo, sendo que a última ocorreu em 1986.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), havia no país, em 2007, 572.283 trabalhadores envolvidos diretamente com as atividades do setor sucroalcooleiro - do cultivo de cana aos serviços nas usinas - que receberam uma remuneração média de R\$1053,34. A maior parte desses postos de trabalho, 215.735, foi oferecida em São Paulo, onde a remuneração média chegou a R\$1398,68, ou seja, 32,7% acima da média nacional. Mesmo no caso do estado de São Paulo, há uma

diferença entre os níveis salariais conforme a posição na cadeia de produção (REPÓRTER BRASIL, 2008, p.9).

Segundo entrevista realizada com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro Agudo, a remuneração no município se difere dos dados do MET. Os trabalhadores recebem por produção, R\$3,35 a R\$3,40 por tonelada de cana cortada. Na colheita da cana crua a remuneração é de R\$4,88 a R\$4,90. A média diária de remuneração é de R\$18,70. No plantio os trabalhadores recebem R\$0,75 por metro linear. Assim, o salário base, mensal, dos trabalhadores no município é de R\$560,00 a R\$570,00. Segundo o sindicato, alguns trabalhadores chegam a receber R\$1.400,00, quando este consegue cortar uma alta quantidade de cana.

É importante ressaltar que os dados apresentados a respeito dos salários de trabalhadores no corte da cana se tratam somente daqueles que possuem algum tipo de contrato de trabalho formal com as empresas, ficando, portanto, de fora das estatísticas uma grande quantidade de empregados, sobretudo os menos escolarizados.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), 27,1% dos empregados do setor canavieiro, em 2005, não possuíam contratos de trabalho formalizados. Hoje, conforme a ONG anteriormente mencionada, estima-se que haja, no país, aproximadamente, um milhão de empregos criados diretamente pelas usinas. Acredita-se, ainda, que boa parte desses postos de trabalho foi afetada pela deterioração da situação financeira das empresas em 2008, quando houve reversão, pela primeira vez em anos, do lento processo de aumento real do salário dos trabalhadores (REPÓRTER BRASIL, 2008, p.9).

Segundo a FERAESP, confirmando os dados do sindicato, no estado de São Paulo, as usinas pagam aos cortadores um piso salarial entre R\$500,00 e R\$600,00, mais um montante que varia de acordo com a quantidade de cana cortada por dia. Este último é o chamado pagamento por produção. A FERAESP calcula que, ao final do

mês, a maioria dos cortadores recebe, no total, entre R\$800,00 e R\$ 900,00, enquanto aqueles que conseguem cortar mais cana podem ganhar até R\$1.300,00.

Para o representante da FERAESP, na região canavieira de Ribeirão Preto, Zaqueu Ribeiro de Aguiar (REPÓRTER BRASIL, 2008, p.9), a perda do poder de compra dos salários, apurada em 2008, explica, em parte, o aumento do número de greves ocorridas na região ao longo da atual safra. Ele estima que, em outubro de 2008, cerca de 10 mil trabalhadores de diversas usinas haviam cruzado os braços na luta por melhores salários. Não são poucos os estudiosos, sindicalistas e ativistas em geral que vêem na atividade de cortar cana um exemplo clássico de superexploração do trabalho. Um dos pilares teóricos de tal conceito é a apropriação, pelo capitalista, dos ganhos de produtividade obtidos pelo trabalhador, fato que amplia o desgaste físico desse empregado durante a atividade sem receber por isso uma parcela equivalente em remuneração. (REPÓRTER BRASIL, 2008, p.10)

Uma análise realizada pela mesma ONG, a partir dos dados coletados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) de São Paulo, aponta que, desde 2000, o preço da tonelada de cana paga ao cortador aumentou 9,8%, atingindo R\$3,45 por tonelada em 2008. No mesmo período, a produtividade do trabalhador, no estado de São Paulo, cresceu mais, em 11,9%, passando de 7,6 toneladas derrubadas por dia em 2000 para 8,6 toneladas em 2008. (REPÓRTER BRASIL, 2008, p.10)

Segundo a mesma fonte, a estimativa de produtividade saltou de três toneladas diárias por trabalhador, na década de 1950, para seis toneladas em 1980 e 12 toneladas no final da década de 1990 e início da atual década. Como dito anteriormente, um trabalhador que corta 12 toneladas caminha 8.800 metros por dia, despende 133.332 golpes de podão e carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg em média. Portanto, ele faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância

de 1,5 a 3 metros. Além disso, ele faz, aproximadamente, 36.630 flexões e perde, em média, 8 litros de água por dia de trabalho.

A partir dos dados acima apresentados e das análises apontadas anteriormente, podemos compreender porque morrem tantos trabalhadores rurais cortadores de cana em São Paulo. O excesso de trabalho causa um desgaste muito expressivo e, tendo em vista o fato de que os salários estão estagnados, o trabalhador se vê obrigado a cortar ainda mais cana para aumentar seus rendimentos, o que ocasiona ainda mais problemas de saúde, ou até mesmo a morte. De acordo com a ONG Repórter Brasil, em várias regiões de São Paulo, a média diária de produção de um cortador já chega a 16 toneladas e alguns já chegaram a derrubar 30 toneladas por dia.

No município de Morro Agudo, alguns cortadores de cana relataram que a carga diária não ultrapassa 8 horas diárias e que as usinas têm oferecido todos os equipamentos necessários para a poda, assim como banheiros ecológicos e local apropriado para as refeições nos próprios canaviais. Outra questão apontada por eles é a utilização de um suco, que eles chamam de “suco energético”, o qual é ingerido pelos cortadores a fim de suprir a quantidade de água perdida no corte da cana. (PESQUISA DE CAMPO, 2008)

Alguns cortadores entrevistados, no município estudado, afirmam também que o horário do almoço, de 1 hora, é respeitado pelas usinas, mas reclamaram do preço que tem sido pago pelo metro de cana cortada. Outros cortadores disseram também que os feitores, responsáveis por medir e pesar a cana cortada, têm medido e pesado a cana de forma errada, trazendo prejuízo aos trabalhadores e, evidentemente, aumentado o lucro dos usineiros.

Em entrevista realizada, em 2008, com um cortador de cana em Morro Agudo, este relatou ter perdido mais de 12 kg no corte da cana, visto que o esforço é excessivo. Disse também que consegue uma renda boa no corte, já que é mais jovem que os outros

cortadores, 22 anos, e não tem família para sustentar. Assim como citado acima pelos autores Moraes, Frazão e Júnior (2008, p.281), o entrevistado sonhava em comprar uma motocicleta e roupas. Disse que, provavelmente, iria voltar para casa no final da colheita e retornar ao corte do próximo ano.

Em Morro Agudo, a instalação de usinas sucroalcooleiras causa diversas transformações sobre o território, seja em ocupação, crescimento econômico, geração de emprego ou na infraestrutura local. Segundo a Repórter Brasil (2008, p.24), há uma preocupação com a competição dos canaviais com as culturas de grãos, com a pecuária, etc., ou ainda com a elevação do preço da terra. Essa é a realidade de Morro Agudo. Nessa localidade, a produção de grãos foi reduzida e o preço das terras tornou-se altamente rentável para aqueles que as arrendam para as usinas locais. Entrevistando antigos moradores do município, que, atualmente residem em Araguari, Minas Gerais, foi relatado que, com a venda das terras em Morro Agudo, no final da década de 1990, foi possível comprar o triplo de terras em Araguari, construindo um império na cultura da soja e milho na região.

No estado de Goiás, mais precisamente no município de Rio Verde de Goiás, conhecido por suas atividades agrícolas, a disputa entre a indústria processadora de grãos e plantadores de cana e usineiros foi tão intensa que levou à criação de uma lei municipal, Lei nº 5.200/2006, restringindo a expansão dos canaviais a 10%.

Outro impasse na expansão dos canaviais é a reforma agrária. No Mato Grosso do Sul, pequenos agricultores, acampados há mais de 5 anos na rodovia BR-163, aguardam, em barracos, pela desapropriação de uma fazenda, que, recentemente, foi considerada como produtiva. Os pequenos agricultores relatam que, certamente, essa fazenda será vendida a usinas sucroalcooleiras. (REPORTER BRASIL, 2008, p.24)

Já no estado de São Paulo, em 2007, foi criada uma Comissão Especial de Bioenergia do estado de São Paulo devido à crescente preocupação a respeito da

expansão da área da cana no estado. Segundo Goldemberg (REPORTER BRASIL, 2008, p.25), coordenador da comissão, o governo do estado irá ajudar a controlar a expansão dos canaviais e as consequências que o fim da queima da palha causará aos trabalhadores, mas a iniciativa privada deve ser mais responsabilizada pelos impactos.

Segundo pesquisas realizadas pela ONG, a grande expansão da cana ocorreu na safra de 2005/2006. No entanto, após a queda nos preços do açúcar e devido ao mercado do etanol em outros países não estar em expansão como no Brasil, o produtor voltou-se para a produção de grãos que estava em alta. A ONG afirma que o estado de São Paulo possuía, em 2008, aproximadamente, cinco milhões de hectares de cana plantada, ou seja, 20% das áreas ocupadas com atividades agrícolas. Nos outros 80% das terras há diversas culturas, como, por exemplo, laranja, café, borracha natural, frutas, etc.

Apesar de todos os impactos causados pelas atividades sucroalcooleiras, as usinas têm apresentado grande interesse em desenvolvimento tecnológico para a diminuição destes. Um exemplo disso é a co-geração de energia nas usinas, que vêm investindo para produzir sua própria energia e, também, comercializar o excedente.

Segundo a ONG Repórter Brasil (2008, p.25), a expectativa do setor sucroalcooleiro é de que o Brasil alcance, entre 2012 e 2013, cerca de 9,5 mil megawatts de co-geração de energia. A ONG afirma, também, que a produção de energia da biomassa da cana gera hoje 3% da matriz energética brasileira, podendo chegar a 15% em 2020. Esse reaproveitamento da biomassa da cana tem sido feito no Mato Grosso do Sul, porém, no estado de São Paulo, as usinas não consideram essa possibilidade como meta.

Para que possa ser realizado um controle das usinas no estado de São Paulo, em 2008, o governo estabeleceu uma lei que ajuda a delimitar as áreas onde pode haver expansão da cana, proibindo, inclusive, instalação de usinas. O objetivo da delimitação

das áreas de plantio é a possível competição com a produção de culturas alimentares, o que poderia elevar o preço da cesta básica.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização desta pesquisa foi possível compreender melhor a vida do migrante piauiense que deixa seu estado de origem em busca de melhores condições de vida para sua família. Ele foge da seca, da fome e da miséria, indo em direção ao Sudeste com esperança de encontrar, nesta terra distante, tudo aquilo que procura.

No município de Morro Agudo (SP), observamos as condições de vida dos migrantes, assim como sua influência e importância na economia e na cultura local. Uma grande parte do comércio morroagudense depende dos migrantes, pois estes gastam a maior parte de seus salários para comprar, alimentos, roupas, eletrodomésticos, entre outros produtos, muitos dos quais, posteriormente, são enviados para as suas famílias que ficaram no Piauí ou são usufruídos em sua residência em Morro Agudo.

Os migrantes são extremamente importante economicamente, também devido o fornecimento de mão de obra nos canaviais, pois não há nenhum registro de trabalhadores nascidos em Morro Agudo no corte da cana. Em virtude disso, a população migrante é a maior responsável pelo corte da cana no município, sendo, por agora, impossível suprir tal necessidade sem a presença deles.

Os municípios de origem desses migrantes, como dados apresentados anteriormente, não oferecem a eles qualquer possibilidade de melhoria de vida, visto que os postos de emprego são escassos, o índice educacional é baixo e não há saneamento básico para toda a população. Apesar dos programas governamentais para minimizar a saída da população piauiense do estado, estas migrações continuam, mesmo que atualmente tem-se observado uma migração de retorno para o Nordeste. Tal fato pode ser explicado pelas questões econômicas e sociais da região de origem de grande parte dos migrantes que buscam Morro Agudo.

Apesar da migração de retorno para o Nordeste ter aumentado nos últimos anos, devido, também, aos incentivos governamentais, a migração para os canaviais paulistas ainda é bastante expressiva. É interessante ressaltar que, muitas vezes, é através da comunicação entre os migrantes que buscam trabalho nos canaviais todos os anos, que outros trabalhadores se dirigem a Morro Agudo, mesmo num cenário sem muitas perspectivas.

O setor sucroalcooleiro é de extrema importância para a Mesorregião de Ribeirão Preto, pois, como foi relatado ao longo deste trabalho, tal setor é imprescindível para a economia da região. Grande parte dos municípios da Mesorregião é sustentada pela produção de cana-de-açúcar e álcool, inclusive o comércio local que necessita tanto dos consumidores piauienses, seus maiores compradores.

Apesar da importância dos migrantes para a economia local, estes, muitas vezes, são discriminados pela população morroagudense, que deseja que todos retornem ao seu estado de origem. Isso se dá devido à violência na “Vila” e ao medo que a população tem de que essa violência aumente e se propague em todo o município e região. No entanto, não é possível generalizar a violência a um bairro somente ou a uma só parcela da população, pois esta existe independente da origem daqueles que a causam.

Atualmente, Morro Agudo conta com, aproximadamente, 4.000 migrantes que residem temporariamente no município durante a safra de cana-de-açúcar. É importante ressaltar que as condições de vida dos migrantes trabalhadores no corte da cana são, em alguns aspectos, precárias; visto que estes não residem em casas adequadamente construídas, com infra-estrutura pobre, e, muitas vezes há superlotação nessas residências. O trabalho nos canaviais é exaustivo, pois, segundo os cortadores de cana, são oito horas diárias no corte, além de uma hora, aproximadamente, de viagem até os canaviais; totalizando dez horas fora de casa.

O fluxo de migração vem diminuindo, gradativamente, nos últimos dois anos, devido à implantação da mecanização para o corte da cana, fato que vem a substituindo a mão de obra nordestina. Segundo o governo municipal, há uma agenda envolvendo usineiros e o Ministério Público programando a mecanização completa das lavouras até 2014, tendo em vista os problemas de saúde e os danos ao meio ambiente provocados pelas queimadas.

Com esse prazo para o final do corte manual da cana-de-açúcar, a recolocação da força de trabalho piauiense é preocupante. Segundo o governo municipal de Morro Agudo, parte da mão de obra que atuava no município tem sido absorvida por usinas do estado de Goiás e Minas Gerais, que ainda não possui projetos imediatos de mecanização. No entanto, a situação daqueles migrantes que residem em Morro Agudo há anos e trabalham no corte é preocupante, pois não há planejamento para remanejamento destes para outros setores da economia local.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro Agudo, o grupo Santelisa Vale, juntamente com a prefeitura, tem apresentado propostas de cursos de especialização aos trabalhadores migrantes. Os cursos vão desde o término do ensino fundamental e médio a cursos de operação de maquinário agrícola. Ainda segundo o sindicato, aqueles que não possuem carteira de motorista poderão adquiri-la após o curso. Apesar da iniciativa da prefeitura e do grupo Santelisa Vale, muitos trabalhadores não apresentaram interesse em frequentar os cursos e preferem continuar somente no corte da cana.

Mesmo com as alternativas propostas pelo governo municipal e iniciativa privada, o que se observa em Morro Agudo é a incerteza tanto com relação ao trabalho nos canaviais como no comércio. Em entrevista a uma piauiense, que fixou moradia em Morro Agudo devido ao trabalho de seu marido no corte da cana, ela disse estar preocupada com relação ao futuro de sua família, visto que o corte mecanizado da cana

tende a substituir o trabalho braçal, especialmente, com o fim da queima da cana. Ela e o marido não têm escolaridade suficiente, segundo ela, para conseguir um emprego melhor e, por isso, estão preocupados com o futuro de seus filhos.

Outra inquietação local registrada foi a dos comerciantes que têm uma boa parcela de seu lucro advinda dos cortadores de cana e do consumo das famílias. Conversando com comerciantes e moradores locais, foi possível perceber que estes não consideram os migrantes como bem-vindos no município e que gostariam que estes partissem. No entanto, ao mesmo tempo, estão preocupados com o fim do corte manual da cana e com as vendas futuras em suas lojas e mercados.

A população morroagudense tem se preocupado, ainda mais, com o futuro do município desde que a *Louis Dreyfus Commodities* se associou ao *Grupo Santelisa Vale*. Correm boatos na cidade que a mesma comprou à Santelisa Vale. A preocupação se dá devido ao fato de que a população acredita que tal grupo pode não investir no município, transferindo o capital inteiramente para o exterior.

Com todos os fatos e argumentos apresentados pode-se dizer que o futuro de Morro Agudo é incerto. Haverá trabalho para todos quando o corte da cana for totalmente mecanizado? Para onde essa população migrante irá quando este trabalho for extinto? Como capacitar uma população analfabeta ou semianalfabeta? Haverá interesse por parte da prefeitura do município em manter esses migrantes ou haverá uma vontade de expulsá-los na primeira oportunidade? Essas questões, infelizmente, serão respondidas somente com o tempo, quando as condições no corte da cana mudarem radicalmente. No presente momento o que podemos fazer é esperar, observar a situação no município e na mudança de sua estrutura pelos próximos anos. Temos a esperança de que o governo municipal ajudará a população migrante residente no município, capacitando-a e criando novas oportunidades de emprego para a recolocação dela no mercado de trabalho.



## 6. REFERÊNCIAS

180graus.com. Disponível em: <<http://180graus.com/geral/em-46-anos-numero-de-filhos-por-mulher-passa-de-6-para-2-238822.html>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

Acesse Piauí. Disponível em: <<http://www.acessepiaui.com.br/vc-no-acesse/a-agricultura-familiar-no-piau-um-salto-de-qualidade/9857.html>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

Açúcar União. Disponível em: <[http://www.ciauniao.com.br/conheca\\_uniao/conheca\\_uniao\\_historia.asp](http://www.ciauniao.com.br/conheca_uniao/conheca_uniao_historia.asp)>. Acesso em: 15 set. 2010.

AGRIANUAL – Anuário da Agricultura Brasileira. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=999>> Acesso em: 20 set. 2010.

ALVES, J. E. D. **Mitos e realidade da dinâmica populacional**. Disponível em: <[www.abep.nepo.unicamp.br/.../mitos%20e%20realidade%20da%20dinamica%20populacional.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/.../mitos%20e%20realidade%20da%20dinamica%20populacional.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste**. Recife: Sudene, 1978.

ANTICO, C. Porque Migrar? In: PATARRA, N.; BAENINGER, R. (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana – São Paulo 1980-1993**. Campinas: UNICAMP, 1997.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 86 p.

BARBETI, M. A. de S. **Terra da Gente**. Morro Agudo: Serviço de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Morro Agudo, 1987.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CORREA, Roberto Lobato et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: 1997. p.319-367.

BIODIESELBR. Disponível em:  
<<http://www.biodieselbr.com/energia/alcool/etanol.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis – ONG Repórter Brasil. **O Brasil dos Agrocombustíveis. Cana 2008: Impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade.** São Paulo: Repórter Brasil, 2008.

CUNHA, J. M. P. da; BAENINGER, R. **A migração nos estados brasileiros, no período recente: principais tendências e mudanças.** In: Encontro Nacional sobre Migração, 2., Anais... Belo Horizonte: Abep, 2000, p. 117 – 165.

ECO DESENVOLVIMENTO. Disponível em:  
<<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/noticias/estudo-relaciona-aumento-da-temperatura-em-sp-com>> Acesso em: 5 jul. 2010.

EMBRAPA Satélites. Disponível em: <<http://www.cana.cnpm.embrapa.br/canfi.html>>. Acesso em: 05 set. 2010.

FERAESP. Disponível em: <<http://www.feraesp.org.br/Home/Default.aspx>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2009.

Governo do Estado do Piauí. Disponível em:  
< <http://www.pi.gov.br/materia.php?id=19464>>. Acesso em: 16 de mar. 2011.

GRUBISICH, J. C. Consumo de etanol consolida importância do setor para o país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2010. Disponível em:  
<<http://unica.com.br/opinia/show.asp?msgCode={E72464A5-3344-4793-88C7-4F4068EF6200}>>. Acesso em: 8 set. 2010.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** Niterói: EdUFF, São Paulo, 2002.

HOGAN, D. J. et al. (org.). **Migração e Ambiente em São Paulo – Aspectos relevantes da dinâmica recente.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000, p.17-57.

IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em:  
< [http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php?uf=22](http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=22)>. Acesso em: 11 mar. 2011.

JORNAL VOZ. Disponível em:

<[http://jornalvoz.com/site2/index.php?option=com\\_content&view=article&id=531:sant-elisa-vale-e-vendida&catid=81:regional&Itemid=198](http://jornalvoz.com/site2/index.php?option=com_content&view=article&id=531:sant-elisa-vale-e-vendida&catid=81:regional&Itemid=198)>. Acesso em: 15 mar. 2011.

LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LA-REI UITA. Disponível em:

< [http://www.rel-uita.org/sindicatos/situacao\\_tensa\\_morro\\_agudo-por.htm](http://www.rel-uita.org/sindicatos/situacao_tensa_morro_agudo-por.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MATOS, R. **Espacialidades em Rede: população, urbanização e migração no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.1

MATOS, Ralfo; BAENINGER, Rosana. **Migration and urbanization in Brazil: process of spatial concentration and deconcentration and the recent debate**. In: GENERAL POPULATION CONFERENCE 24, 2001, Salvador/BA, Anais..., Campinas: Abep, 2001. (45 pgs) 1 CD-ROOM.

MENEZES, M.A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: UFPB, 2002.

MIRANDA, J. R. **História da Cana-de-açúcar**. Campinas: Komedi, 2008.

MORAES, M. D. C., FRAZÃO, F., JÚNIOR, T. R. Andando Pelo Mundo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Paulo: EdUFSCar, 2007.

Notícias Agrícolas. Disponível em:

< <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/sucroenergetico/42914-louis-dreyfus-commodities-e-a-nova-socia-da-santelisa-vale.html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Paulo: EdUFSCar, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PASTORAL DO MIGRANTE. **Dossiê: 2001 – 2003 – Rota da Mobilidade Humana para o Interior Paulista**. Jaboticabal: Pastoral do Migrante, 2003.

PATARRA, N; BAENINGER, R.; BOGUS, L.; JANNUZZI, P. **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: UNICAMP, 1997.

Pé de Figueira. Disponível em: <<http://www.pedefigueira.com.br/brasil,3217,governo-vai-cortar-6-2-mil-beneficios-do-bolsa-familia-no-pi>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

Portal da Clube.com. Disponível em:

<<http://portaldaclube.globo.com/noticia.php?hash=aecd6052f768dcf360d18597e41159c0&id=9764&t=PI%20%E9%20o%203%BA%20mais%20beneficiado%20com%20programas%20sociais>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

Repórter Brasil – Organização Não-governamental. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/conteudo.php?id=40>> Acesso em: 10 abr. 2010,

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

Santelisa Vale. Disponível em: < <http://www.santelisavale.com.br/perfil.php>>. Acesso em: 12 de mar. 2011.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, M. L de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Terra Piauí. Disponível em: <<http://terrapiaui.com/migracao-do-nordeste-para-sudeste-recua-quase-50,regional,2474.html>>. Acesso em: 16 mar. 2011.

THOMÁZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os "nós" da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

TONELLI, Carolina. **Morro Agudo**. Monografia de conclusão de curso. 2007.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar. Disponível em: <<http://unica.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

United States and Brazil Timeline. Disponível em: <<http://international.loc.gov/intldl/brhtml/br-1/br-1-1.html>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2003.

WWF Brasil. **Cana-de-açúcar, Milho e Soja: programa agricultura e meio ambiente.** Brasília: WWF Brasil, 2008.



## ANEXO 1


**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO**  
 ESTADO DE SÃO PAULO  
**VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

**AUTO DE INFRAÇÃO, IMPOSIÇÃO DE MULTA, EMBARGO, ADVERTÊNCIA E INTIMAÇÃO** Nº 3195

Aos 23 dias do mês de janeiro do ano de 2006, às 15.00 horas, eu, [Redacted], na qualidade de Agente Sanitário / Engenheiro, e no exercício de minhas atribuições funcionais, verifiquei que [Redacted], residente na [Redacted], n.º [Redacted], na cidade de [Redacted], e estabelecido na [Redacted], n.º 28, na cidade de Morro Agudo, incorreu em infração por manter imóvel alugado em condições irregulares (4 abrigos), conforme relatório de inspeção 0988.

nos termos do artigo 559 do Decreto Estadual 12.342 de 27/09/1980, combinado com Decreto Municipal 2415 de 30/07/198.

Por isso, imponho-lhe, com fundamento no [Redacted], a multa de [Redacted]. Também, com fundamento no mesmo artigo, imponho o embargo do abrigo nº 4.

Fica consignado que o não cumprimento do conteúdo do presente auto sujeitará o infrator a penalidades mais severas, podendo sua conduta caracterizar, inclusive, os crimes de resistência e desobediência (artigos 329 e 330 do Código Penal Brasileiro).

Fica concedido o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa ou impugnação deste AUTO.

Morro Agudo, 23/01/2006  
[Redacted]  
 (Nome e Cargo do Autuante)

ciente em 23 janeiro 2006  
[Redacted]  
 Assinatura

Testemunhas: (quando o infrator recusar a assinar ou for analfabeto)

a) Assinatura Testemunha  
 RG n.º  
 Endereço:

b) Assinatura Testemunha  
 RG n.º  
 Endereço:

Mod. 9047

## ANEXO 2

## Roteiro de Entrevista

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

**1) Qual é seu estado civil?**

( ) solteiro ( ) casado ( ) separado ( ) outros \_\_\_\_\_

**2) Tem filhos?**

( ) sim ( ) não Quantos? \_\_\_\_\_

**3) Qual seu estado de origem?**

( ) Piauí ( ) outro \_\_\_\_\_

**4) Qual cidade de origem?**

**5) Qual é seu grau de instrução (escolaridade)?**

( ) Ensino Fundamental completo ( ) Ensino Fundamental incompleto ( ) Nunca estudou  
( ) Ensino Médio completo ( ) Ensino Médio incompleto  
( ) Ensino Superior completo ( ) Ensino Superior incompleto

**6) Quantas horas diárias você trabalha? \_\_\_\_\_ horas**

Por semana? \_\_\_\_\_

**7) Como é sua remuneração? ( ) Semanal ( ) Quinzenal ( ) Mensal**

( ) até 1 salário ( ) 2 a 3 salários ( ) 3 a 4 salários ( ) outro \_\_\_\_\_

**8) O que é oferecido a vocês na contratação:**

( ) assistência médica ( ) assistência odontológica ( ) moradia  
( ) nada ( ) outros \_\_\_\_\_

**9) Quantos meses dura a colheita?**

\_\_\_\_\_ meses

**10) Quando termina a colheita você volta para sua cidade de origem ou parte para outro trabalho temporário?**

( ) cidade de origem ( ) outro trabalho temporário ( ) outro \_\_\_\_\_

**11) O que recebe durante a temporada dá para sustentá-lo por quanto tempo?**

**12) Você gosta do que faz?**

**13) Quais são os pontos positivos e negativos do seu trabalho?**